

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

ENSINO MÉDIO

Ministério da
Educação

Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

ENSINO MÉDIO

BLOCO 3

1ª EDIÇÃO REVISADA

BRASÍLIA – DF. CONEF, 2013.

Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

Banco Central do Brasil (BCB)

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)

Superintendência de Seguros Privados (Susep)

Ministério da Fazenda (MF)

Ministério da Educação (MEC)

Ministério da Previdência Social (MPS)

Ministério da Justiça (M)

Representantes da sociedade civil para o período 2011-2014:

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA)

Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg)

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Grupo de Apoio Pedagógico (GAP)*

Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC)

Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica (DICOEB/SEB/MEC)

Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC/SECAD/MEC)

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio (Abac)

Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec)

Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA)

Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg)

Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)

Escola Nacional de Seguros (FUNENSEG)

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Instituto Unibanco (IU)

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)

**A partir da instituição da ENEF, o GAP adquiriu nova composição, conforme Art. 5º do Decreto nº 7.397/2010.*

Agradecimento especial aos alunos do 1º ano do Ensino Médio de 2009 da Escola SESC de Ensino Médio, no Rio de Janeiro.

Coordenação do Programa Educação Financeira nas Escolas: Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil)
www.vidaedinheiro.gov.br

Organização e Produção

Didak Consultoria

Linha Mestra Consultoria

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Banco Central do Brasil.

Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor / [elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2013.

3 v. : il. color.

Conteúdo: **Bloco 1.** Vida familiar – Vida social – Bens pessoais – **Bloco 2.** Trabalho – Empreendedorismo – Grandes projetos – **Bloco 3.** Bens públicos – Economia do país – Economia do mundo.

ISBN: 978-85-67217-02-4

1. Educação financeira (Ensino médio) - estudo e ensino. 2. Finanças pessoais (Ensino médio) – estudo e ensino. I – Comitê Nacional de Educação Financeira (Brasil)(CONEF). II – Título

CDD 332.04

CDU: 64.031.3



O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) adota a Licença de Atribuição (BY-NC-ND) do Creative Commons (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>) nos livros "Educação financeira nas escolas". São permitidos o compartilhamento e a reprodução, contanto que sejam mencionados os autores, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais.

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO DO COREMEC

O presente material é o resultado da atuação coordenada de diversas instituições do Estado e da sociedade civil com o objetivo de promover a educação financeira da população brasileira. Sua origem remonta à iniciativa do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), instituído pelo Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006, de constituir Grupo de Trabalho, sob coordenação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para propor uma estratégia nacional de educação financeira.

O COREMEC é integrado pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem o propósito principal de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular.

Tal propósito tem os objetivos de promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

No intuito de construir uma proposta conjunta com a iniciativa privada e a sociedade civil, foi autorizada a participação de membros auxiliares nos trabalhos do grupo, selecionados entre aqueles que pudessem contribuir para o desenvolvimento do tema educação financeira. Esse trabalho conjunto entre dimensões pública e privada da vida social objetivava desenvolver-se com legitimidade e assegurar o apoio institucional necessário para a execução.

Entre as iniciativas consideradas, o COREMEC julgou estratégica a elaboração de um programa para a educação financeira de crianças e jovens, considerando a experiência internacional que aponta para a necessidade de inserir o tema ainda na escola, a fim de ajudar na formação de uma cultura de prevenção e de planejamento, investimento, poupança e consumo conscientes.

Diferentemente de algumas estratégias nacionais de educação financeira desenvolvidas por outros países, o programa envolveu, desde a sua concepção, educadores, instituições públicas de ensino e entidades representativas dos setores educacional (Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED – e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME) e financeiro, além dos órgãos integrantes do COREMEC, tendo trabalhado em estreita colaboração com o MEC, por meio, principalmente da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Básica (SEB), para planejar e construir a forma mais adequada de levar o tema às escolas.

Para organizar esse esforço e articular a atuação de diversas instituições, e considerando também a estrutura do sistema educacional, a autonomia das escolas e o papel da União na coordenação da política nacional de educação, foi constituído o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), no qual a participação de atores não-governamentais foi intensa.

Esse grupo elaborou, sob coordenação de educadores do Instituto Unibanco, o documento *Orientações para Educação Financeira nas Escolas*,¹ que foi apresentado em seminário sediado pelo BCB, em Brasília, em setembro de 2008, com a participação de representantes do MEC e das Secretarias de Educação de estados e municípios.

O Ensino Médio foi escolhido como o primeiro nível de ensino a receber os materiais didáticos elaborados por educadores do Instituto Unibanco, com a colaboração de representantes do COREMEC e dos diferentes sistemas de ensino, e aprovados no âmbito do GAP.

O Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar e a Superintendência de Seguros Privados, em conjunto com todas as instituições que apoiaram esse programa, acreditam que essa iniciativa se tornou possível graças ao atual estágio de amadurecimento institucional do Brasil, que possibilitou o trabalho voluntário de diversas pessoas e instituições ao longo de dois anos de esforço conjunto, unidos pelo objetivo maior de construir uma trajetória sustentada de desenvolvimento socioeconômico, com a redução das desigualdades sociais e econômicas e a promoção da cidadania.

**Comitê de Regulação e Fiscalização dos
Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de
Previdência e Capitalização (COREMEC)**

Brasília-DF
2010

¹ www.vidaedinheiro.gov.br

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO DO CONEF

Este livro faz parte de um importante programa educacional brasileiro: o Programa Educação Financeira nas Escolas, uma iniciativa da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o objetivo de oferecer ao jovem estudante a formação necessária para que possa tomar decisões financeiras conscientes e sustentáveis tanto para a vida pessoal quanto para o país. O Programa foi desenvolvido para as escolas porque a instituição escolar é um espaço fundamental para construção das competências necessárias para o jovem enfrentar os desafios sociais e econômicos da sociedade, e também para a construção e o exercício da cidadania.

A ENEF, instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, é resultado de um intenso trabalho de instituições do Estado e da sociedade civil. A iniciativa foi desencadeada pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC). Juntamente com a Estratégia Nacional de Educação Financeira, foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que recebeu a responsabilidade de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF.

O Conef é composto pelas seguintes instituições: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Previdência Social (MPS), e Ministério da Justiça (M)), além de quatro representantes da sociedade civil. Para o período 2011-2014, foram escolhidas para representar a sociedade civil no Conef as seguintes instituições: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

O Programa Educação Financeira nas Escolas é uma ação relevante e estratégica para toda a sociedade brasileira. Ao inserir a educação financeira na formação dos estudantes, o Programa contribui para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente. Os conhecimentos adquiridos com este material podem favorecer a transmissão do aprendizado pelos jovens a seus familiares e podem ajudá-los a conquistar sonhos individuais e coletivos e a protagonizar suas trajetórias de vida.

Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

Brasília, DF
2013

Olá,

Você está recebendo o LIVRO DO ALUNO e o CADERNO DO ALUNO de Educação Financeira.

Aqui você encontra oportunidades para aprender muitas coisas sobre dinheiro, como manter controle do seu orçamento pessoal, elaborar planejamentos financeiros, tomar decisões autônomas sobre consumo, poupança e investimento, equilibrar desejos e necessidades em seu planejamento de vida, dentre outras.

Assim, você poderá construir uma vida financeira mais equilibrada, como base para realizar seus sonhos.

Bom trabalho!

SUMÁRIO – BLOCO 1

| | |
|--|------------|
| Estrutura do Livro | 1 |
| O que você já sabe? | 6 |
| TEMA 1 • VIDA FAMILIAR COTIDIANA | 12 |
| Anote na agenda para não esquecer | 14 |
| Calendário | 18 |
| Reparos na casa | 24 |
| Supermercado | 30 |
| Ponha na balança | 36 |
| Imprevistos acontecem! | 44 |
| Para gastar, é preciso ter | 50 |
| TEMA 2 • VIDA SOCIAL | 58 |
| Que desperdício... | 60 |
| E vai rolar a festa | 66 |
| Ceder ou não ceder à pressão dos amigos: eis a questão | 70 |
| Comprando um presente | 78 |
| Acampamento | 84 |
| Viva São João | 90 |
| Voltando de viagem | 100 |
| TEMA 3 • BENS PESSOAIS | 106 |
| Em busca do tênis perfeito | 108 |
| Computador | 112 |
| Câmera digital | 120 |
| Num passe de mágica | 124 |
| Celular | 130 |
| Quebrou! E agora, quem me defende? | 142 |
| Traduzindo o dinheiro | 152 |
| Sonho Planejado | 160 |
| Referências bibliográficas e Websites indicados | 166 |
| Glossário | 167 |

SUMÁRIO – BLOCO 2

| | |
|--|------------|
| Estrutura do Livro | 1 |
| O que você já sabe? | 6 |
| TEMA 4 • TRABALHO | 12 |
| O trabalho dá as cartas | 14 |
| Primeiro emprego | 22 |
| Renda-se! | 34 |
| Vacas magras e vacas gordas | 42 |
| O incrível caso do 13º salário que sumiu | 50 |
| Linhas da vida | 58 |
| Antenor, o precavido trabalhador | 66 |
| TEMA 5 • EMPREENDEDORISMO | 72 |
| Uma grande ideia! | 74 |
| Quais são os seus talentos? | 84 |
| Profissão: Empreendedor | 90 |
| A alma do negócio..... | 96 |
| Mãos à obra! | 106 |
| Vitória! | 114 |
| Muito além do lucro | 122 |
| TEMA 6 • GRANDES PROJETOS | 130 |
| Tijolo por tijolo | 132 |
| Surpresa! | 138 |
| No seu cantinho | 142 |
| Todo o dia ela fala a mesma coisa | 154 |
| Um carro para chamar de seu | 164 |
| Agora é a minha vez de ajudar os meus pais | 170 |
| Quantos quilômetros separam você do seu amanhã? | 178 |
| Sonho Planejado | 186 |
| Referências bibliográficas e Websites indicados | 190 |
| Glossário | 191 |

SUMÁRIO – BLOCO 3

| | |
|--|------------|
| Estrutura do Livro | 1 |
| O que você já sabe? | 6 |
| TEMA 7 • BENS PÚBLICOS | 10 |
| Tudo tem o seu preço | 12 |
| Orçamento escolar | 16 |
| Livro escolar | 24 |
| Espaço público | 32 |
| Serviços públicos | 38 |
| Corrupto, eu? | 44 |
| Rap do contador | 52 |
| TEMA 8 • ECONOMIA DO PAÍS | 60 |
| Cultura e esportes | 62 |
| Meu bicho-papão nunca foi inflação | 68 |
| Supervisores do sistema financeiro nacional | 78 |
| Falando "economês" | 90 |
| Mercado | 98 |
| Previdência | 106 |
| Salário mínimo | 112 |
| TEMA 9 • ECONOMIA DO MUNDO | 118 |
| Fascículo especial sobre moeda | 120 |
| Rádio sul-americana | 128 |
| O jogo dos blocos econômicos | 134 |
| Negócio da China | 138 |
| Organismos internacionais | 146 |
| O bem-estar do seu país | 154 |
| Momento de crise: e eu com isso? | 160 |
| Sonho Planejado | 166 |
| Referências bibliográficas e Websites indicados | 172 |
| Glossário | 173 |

ESTRUTURA DO LIVRO

AS SITUAÇÕES DIDÁTICAS

O material de Educação Financeira é composto por diversas “Situações Didáticas”, que aqui são chamadas de SDs.

As SDs contêm textos, histórias, imagens, tabelas ligados a temas de vida relevantes para você. Ao final de cada SD há uma proposta para você experimentar fazer alguma coisa relacionada ao assunto tratado naquela SD. É o que chamamos de “Experimente!”.

Algumas SDs indicam o CADERNO DO ALUNO como suporte para o “Experimente!”. O CADERNO DO ALUNO é um pequeno encarte que fornece formulários para você fazer certos registros e anotações, de acordo com indicações específicas contidas no LIVRO DO ALUNO. Assim, o LIVRO DO ALUNO pode ser reutilizado.

Como nem todas as SDs remetem ao CADERNO DO ALUNO, você também precisará usar seus cadernos comuns de aula como suporte para diversas atividades, como realizar cálculos, anotar informações de pesquisas de produtos, serviços e preços, rascunhar trabalhos de grupo etc.

As SDs foram organizadas em três blocos. Cada bloco tem três temas, e cada um deles é explorado por meio de sete SDs. O Bloco 3 está organizado da seguinte maneira:

BLOCO 3 SITUAÇÕES DO PAÍS E DO MUNDO EM ARTICULAÇÃO COM A SUA VIDA PESSOAL E FAMILIAR, NO CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Tema 7 Bens públicos

Tema 8 Economia do país

Tema 9 Economia do mundo

SONHO PLANEJADO

Como você viu acima, o Bloco se inicia com uma SD chamada O que você já sabe?, que o ajuda a tomar consciência de suas práticas financeiras atuais e a lembrar os conhecimentos que possui em relação aos conteúdos que serão tratados ao longo do bloco. Use o CADERNO DO ALUNO para registrar suas respostas em relação a essa SD.

Em seguida, você estudará como são criados e como funcionam os bens públicos de que desfrutamos, e de que maneira o Brasil e o mundo se organizam economicamente. Em cada SD, você será convidado a compreender algum aspecto da organização das sociedades. Você já aprendeu a fazer um orçamento doméstico. Mas como se faz o orçamento de uma escola? E de um país? Por que temos que pagar impostos? De que forma a tal da “inflação” afeta a sua vida? O que é aposentadoria? Como os países se relacionam economicamente e o que isso tem a ver com você? Assim, estudando cada uma das situações apresentadas, você irá aprendendo a se situar nesse mundo, em especial na área econômica, entendendo a sua linguagem e deixando de se sentir perdido. Uma pessoa esclarecida, que compreende como o mundo econômico funciona, tem maiores chances de ser bem-sucedida!

Ao final do Bloco, a SD Sonho planejado ajuda você a criar um planejamento financeiro para realizar, de verdade, um sonho seu. Por meio dela, você vai conhecer o passo a passo das ações necessárias para decidir o que deseja fazer acontecer e, em seguida, arregaçar as mangas, ir à luta e ter o delicioso gostinho de ver a coisa se realizar do jeitinho que você queria. Essa experiência pretende mostrar que é perfeitamente possível transformar um sonho em realidade. O segredo disso é o conhecimento: conhecer os recursos e as ferramentas, conhecer a linguagem que apresenta e explica tudo o que acontece no mundo financeiro e conhecer as armadilhas no meio do caminho. É exatamente isso o que esse programa pretende oferecer para você.

OS ELEMENTOS DE PÁGINA

As SDs têm diversos elementos de página além dos textos e do “Experimente!”. Veja quais são e para que servem:

CARA A CARA

O “Cara a cara” serve para verificar o que você aprendeu em cada SD. No CADERNO DO ALUNO há uma lista que reúne o “Cara a cara” de todas as SDs. Conforme você for fazendo as SDs, marque no seu CADERNO DO ALUNO quais objetivos conseguiu atingir.

PISCA ALERTA

São caixas de texto com alertas importantes contra certas armadilhas comuns ligadas a situações financeiras, como, por exemplo, não ir às compras se estiver triste porque vai voltar para casa com muito mais do que queria e, conseqüentemente, com muito menos dinheiro no bolso!

PRA VARIAR

Como este programa de Educação Financeira foi feito para o Brasil inteiro, pode ser que existam algumas situações que não se encaixem tão bem na sua realidade de vida e nos seus costumes. O “Pra variar” indica que a situação pode ser adaptada para outros contextos.

Então, se você se deparar com uma situação com a qual não se identifique, procure aproveitar a SD para uma situação parecida, que tenha mais a ver com você.

ÍCONES ESPECIAIS

Há três ícones especiais que destacam os principais aspectos desse Programa e procuram deixar mais clara a mensagem de qual é o seu papel como cidadão em determinadas questões trazidas pelas SDs.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



A Educação Financeira está muito ligada ao nosso comportamento geral e ao nosso modo de ser no mundo. Evitar desperdícios, por exemplo, não é uma atitude puramente financeira. Quem costuma evitar desperdícios o faz em relação ao dinheiro, ao lixo, à água, ao papel, a produtos e serviços etc.

Esse ícone mostra os pontos de relação entre a Educação Financeira e a responsabilidade que precisamos ter diante da sociedade e do meio ambiente.

ALUNO MULTIPLICADOR



Se é verdade que os pais querem o melhor para os seus filhos, é também verdade que os filhos querem poder ajudar os pais no que for possível. Com o que vai aprender neste programa, você terá o poder de ajudar seus pais e familiares a lidarem melhor com suas questões financeiras.

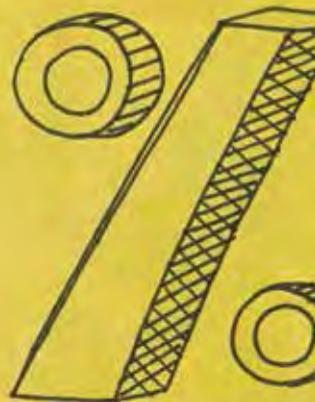
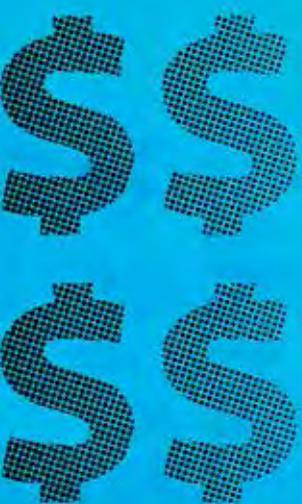
Ao passar esse conhecimento adiante – inclusive, mais tarde, para os seus filhos –, você estará atuando como multiplicador, como disseminador de informações, saberes e práticas, ampliando o número de pessoas que vão se beneficiar do que você aprenderá com este material. Assim, você estará desempenhando um papel muito importante na sociedade! Sempre que vir esse símbolo, significa que está tendo uma oportunidade concreta de ser um aluno multiplicador.

TOMADA DE DECISÃO AUTÔNOMA



Você verá, ao longo das SDs, que não há uma fórmula para lidar com suas questões financeiras. O livro apresenta as informações relevantes das variadas opções que você tem diante de situações financeiras. Qual será a melhor opção depende do contexto financeiro da família, das suas necessidades, dos seus desejos, das suas possibilidades, da sua história de vida. Então, no momento do “vamos ver”, quem decide é você.

Sempre que vir esse ícone, você estará diante de uma situação na qual poderá tomar suas próprias decisões, com base na análise de sua situação pessoal e familiar.



**VOCÊ, EU,
NÓS NO
MUNDO!**

BLOCO 3



7» BENS PÚBLICOS



8» ECONOMIA DO PAÍS

9» ECONOMIA DO MUNDO

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Esse bloco de atividades trata de temas importantes do âmbito social: bens públicos, economia do país e economia do mundo. Estamos falando da esfera social, dos elementos que compõem nossa sociedade. São temas que podem parecer mais distantes do dia a dia, mas que são o pano de fundo do cenário da nossa vida, sem o qual não a entenderíamos. A esfera social tem forte influência sobre a vida dos indivíduos, assim como a forma de agir e pensar dos indivíduos tem influência sobre a esfera social.

Será que você costuma pensar sobre esses temas? Nessas páginas você verá muitas perguntas para refletir e responder. O seu CADERNO DO ALUNO têm páginas, onde você pode escrever suas experiências, marcar as opções indicadas, rascunhar ideias, enfim, entrar mais a fundo nas questões apresentadas.

BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS

O que você acha que são bens e serviços públicos? Faça uma lista em seu CADERNO DO ALUNO dos bens e serviços públicos que você conhece.

PAPEL DO ESTADO

Na sua opinião, qual o papel do Estado na sociedade, na economia e em relação ao desenvolvimento? Em outras palavras, para que ele serve? Discuta sobre isso em pequenos grupos e anote as conclusões de vocês no seu CADERNO DO ALUNO.

Se você fosse candidato a algum cargo político, quais seriam as suas propostas de governo? Escreva-as em seu CADERNO DO ALUNO. Em seguida, troque suas ideias com uma dupla para chegar a uma proposta de governo com a qual vocês dois concordam, assim como deve ocorrer entre um candidato e seu vice.

JORNAL - SEÇÃO DE ECONOMIA

Você entende o que lê no jornal na seção de Economia? Antes de abrir um jornal, escreva em seu **CADERNO DO ALUNO** algumas palavras do vocabulário de Economia que você espera encontrar.

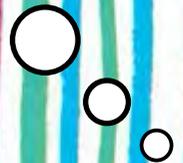
Pegue a seção de Economia de um jornal local. Em grupos, escolham uma das reportagens dessa seção e tentem analisar a reportagem. Não tenham a preocupação de chegar a uma interpretação “correta”, apenas discutam livremente o que vocês acham que a reportagem significa. Escreva no seu Caderno do Aluno a manchete da **reportagem escolhida e a interpretação que o grupo deu a ela.**

Vocês tiveram dificuldade de entender a matéria? Caso positivo, com quais palavras, conceitos ou ideias vocês engasgaram? Anote-as no **CADERNO DO ALUNO**.



ACONTECE LÁ E AFETA AQUI?

Você tem alguma lembrança de um momento mundial em que algo que aconteceu em um país afetou outros países? Essa lembrança pode vir de um momento histórico que você estudou ou que vivenciou. Escreva-o em seu CADERNO DO ALUNO.

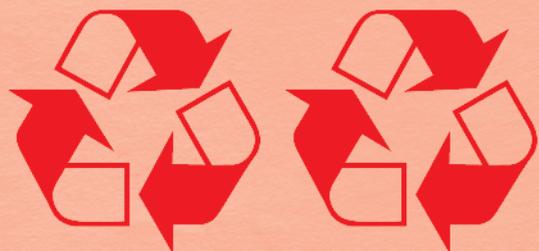


1.

**TUDO TEM
O SEU PREÇO**

2.

**ORÇAMENTO
ESCOLAR**



3.

**LIVRO
ESCOLAR**



4.

**ESPAÇO
PÚBLICO**

5.

**SERVIÇOS
PÚBLICOS**

6.

CORRUPTO, EU?

**BENS
PÚBLICOS**

7.

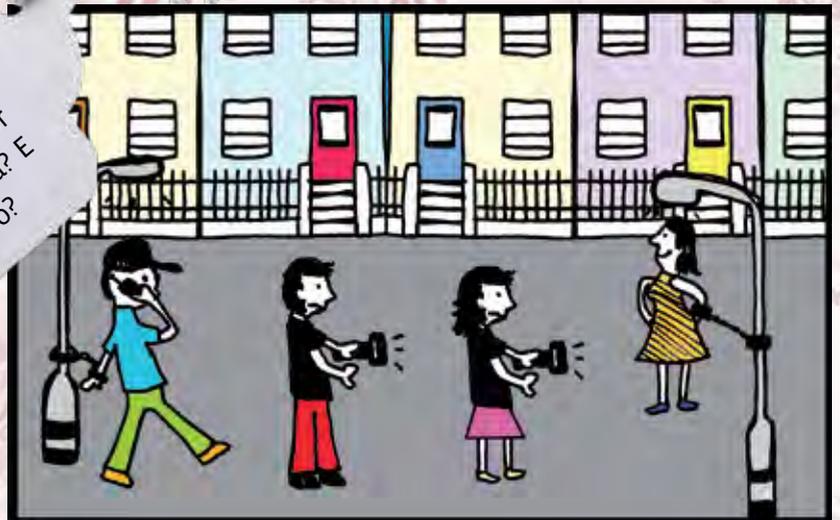
**RAP DO
CONTADOR**



TUDO TEM O SEU PREÇO

Existem várias coisas boas da vida que não custam nada: um belo por do sol, amar e saber que somos amados, banho de rio ou de mar e muitas mais. Outras parecem que são de graça, mas não são. Não custam nada para a gente, mas tem alguém pagando a conta. Por exemplo, quando sentamos na praça para conversar ou namorar, não pagamos entrada, mas o governo gasta para manter o local limpo e seguro. O mesmo vale para a iluminação pública, que clareia as ruas à noite; para a segurança pública, que a polícia deve garantir; para a defesa nacional, obrigação das forças armadas; as campanhas de vacinação etc. São bens de que usufruímos e pelos quais não pagamos nada diretamente ao governo. Estamos tão acostumados com essas coisas, que muitas vezes não damos o devido valor a elas.

Já imaginou se a iluminação pública fosse um serviço particular? Como as pessoas que estão simplesmente passando pela rua seriam cobradas por esse serviço? Colocando um cobrador de plantão 24 horas por dia abordando quem passa? E quem não tivesse dinheiro?



E as forças armadas?
Em caso de ataque ao
país, só defenderiam as
pessoas que estivessem
com o carnê de paga-
mento em dia?



Podemos imaginar um monte de outras situações semelhantes.



Como você pode ver, seria in-
viável cobrar cada um desses
serviços de forma proporcio-
nal ao uso. Esse é um dos mo-
tivos pelo qual as empresas
privadas não oferecem esses
serviços. Mas, como são re-
sponsáveis, passam a ser de res-
ponsabilidade do governo.

São os **direitos sociais dos cidadãos**. A cidadania é mais do que os direitos de vida, propriedade, igualdade perante a lei, votar e ser votado; ela também demanda direitos sociais. Imagine que não existissem escolas e hospitais públicos ou postos de saúde. Como ficariam as famílias com baixa renda? Elas conseguiriam ter acesso à educação e à saúde particulares? Para promover a igualdade e garantir certo nível de bem-estar social, o governo mantém serviços de saúde e educação públicos, dentre outros, mantidos com os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhorias) que todos nós pagamos.

PISCA ALERTA

Os bens e serviços fornecidos pelo governo demandam recursos, implicam despesas que o governo tem de cobrir com suas receitas. Logo, nós pagamos por eles através dos tributos, isto é, das taxas, impostos e contribuições de melhoria.

Alguns tributos são pagos diretamente ao governo, por exemplo, o imposto de renda, e nesse caso cada um sabe, de forma mais evidente, quanto pagou, ou indiretamente, quando os tributos fazem parte do preço final dos produtos ou serviços, como no caso do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, e do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

A cobrança de tributos reduz a renda disponível para o consumo. Portanto, ao exigir serviços públicos de qualidade você está agindo dentro dos seus direitos de cidadania.

ORÇAMENTO ESCOLAR

RECURSO FINANCEIRO

Uma escola tem muitas despesas: limpeza, pintura, reposição de materiais, como carteiras e equipamentos quebrados, luz, água, esgoto, refeições na cantina, etc. Tudo isso dentro de uma dinâmica enorme em que se tem de montar o horário das aulas, lidar com problemas de alunos e professores, organizar eventos como feira do livro, fazer relatórios, prestar contas... UFA!

Todos esses itens têm de se manter sempre dentro do orçamento. Assim como o **orçamento pessoal ou familiar**, o **orçamento escolar é uma ferramenta financeira que, geralmente sob a forma de tabela, organiza de um lado as receitas** (o dinheiro que vai entrar) e do outro, as despesas (o dinheiro que vai sair) previstas para serem realizadas ao longo do ano. Quem elabora o orçamento para disponibilizar os recursos financeiros destinados às escolas são as mantenedoras, ou seja, o Poder Público Executivo.

Em uma escola pública, a receita vem do governo, o qual, por sua vez, recebeu-a de nós, dos tributos, ou seja, impostos, taxas e contribuições de melhorias que pagamos. A maioria das despesas já está definida por serem prioritárias para o funcionamento da escola: compra de materiais, luz, telefone, água e esgoto, manutenção, reparos, etc. Uma parte pode ser remanejada e estabelecer prioridades pode ser bem difícil.

Assim, o que é mais importante? Fazer uma pintura nova na escola? Organizar uma feira do livro? Montar um curso de capacitação dos professores? Não importa qual decisão se tome, não será possível agradar a todos. Talvez seja possível atender aos desejos e necessidade de muitos. O problema é que muitas vezes quem decide pode não ter todas as informações de que precisa. É aí que os alunos e famílias podem ajudar.

A participação de pais e alunos pode ser vital para o sucesso de uma escola, e você pode fazer uma grande diferença junto com seus colegas. Agir traz resultados bem melhores do que apenas falar e reclamar.

ORÇAMENTO ESCOLAR

Assim como vocês ou sua família podem organizar a vida financeira por meio de um orçamento pessoal ou familiar, a escola também elabora o seu orçamento. O orçamento escolar é bem mais complexo do que o pessoal ou familiar, mas o sentido é o mesmo: servir como ferramenta para o planejamento financeiro, que traça metas para se alcançar determinados resultados. Os recursos disponíveis são alocados de acordo com essas metas, as quais são definidas pelas prioridades estipuladas pela direção da escola.

Em um planejamento orçamentário, temos as despesas e receitas previstas, as quais estimamos que ocorrerão dentro de determinados valores. Esse planejamento não pode ser rígido, porque determinadas receitas podem não se realizar, ou chegar a valores menores que o esperado, despesas imprevistas podem surgir etc. Portanto, é preciso **ter flexibilidade e traçar prioridades claras** para fazer os ajustes entre o orçamento previsto e o realizado, de acordo com as despesas e receitas de fato ocorridas.

PISCA ALERTA

Lembre-se de que tudo na vida é finito; não só o dinheiro, mas o tempo, os esforços, o pique, a saúde, e até a própria vida!

Por isso, fazer essas escolhas é sempre inevitável - não tem como ter tudo sempre. Nessas horas, baixar as próprias expectativas pode ser um super pulo do gato! Não se trata de ficar medíocre, e sim de parar de se atormentar com metas impossíveis, inviáveis, e concentrar a energia no que pode realmente realizar.

RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO

Em 2007, um movimento iniciado por um grupo e lideranças da sociedade civil, em sintonia com órgãos como o MEC, o Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), resultou no lançamento do **Plano de Metas compromisso Todos pela Educação e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. Com esse Plano, confirma-se o propósito de buscar a melhoria das condições de acesso, permanência, conclusão e sucesso dos alunos, de forma a não comprometer o presente e o futuro das novas gerações e do desenvolvimento social e econômico do país.

O Plano foi pensado para funcionar com a colaboração dos municípios e estados e também das famílias e da comunidade, num esforço de todos para a melhoria dos indicadores educacionais. Ao aderir ao PDE, os municípios e estados devem realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local. A partir desse diagnóstico, desenvolverão um conjunto coerente de ações. Esse conjunto de ações é o que recebeu o simpático nome de **Plano de Ações Articuladas (PAR)**.





PDDE

Criado em 1995, o **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)** tem prestado assistência financeira às escolas públicas de educação básica. O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos âmbitos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Em 2008, o PDDE investiu R\$ 692,7 milhões, beneficiando 26,9 milhões de alunos matriculados em 117,4 mil escolas. Em 2009, o investimento deu um salto expressivo: R\$ 1,1 bilhão em benefício de 134,1 mil escolas com 43,9 milhões de alunos. O orçamento previsto para 2010 foi de R\$ 1,4 bilhão.

Em 2012, o PDDE repassou R\$ 2 bilhões para mais de 134 mil escolas públicas e privadas de educação especial, em benefício de 43 milhões de alunos. O orçamento previsto para 2013 é de R\$ 2,38 bilhões.

A partir de 2013, o PDDE sofreu algumas inovações, conforme a Resolução N° 10, de 18 de abril de 2013, publicada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia responsável pelo repasse de recursos e vinculada ao MEC.

O recurso é repassado uma vez por ano para as escolas das redes estaduais e municipais que aderiram ao PDE, e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; desenvolvimento de atividades educacionais e de gestão escolar.

As escolas com mais de 50 alunos devem criar uma **Unidade Executora** para receber diretamente os recursos do PDDE.

Para consultar as inovações acerca do PDDE e saber mais, consulte: www.fnde.gov.br

A IMPORTÂNCIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL NAS ESCOLAS

Pois é, como deu para ver, o governo está interessado na crescente participação dos diferentes segmentos da sociedade nas questões relativas à melhoria da qualidade da educação brasileira. Você já pode pular para dentro dessa canoa também! Uma boa maneira de participar, mesmo ainda sendo adolescente, é por meio do grêmio escolar. **Os grêmios estudantis podem representar os alunos em reivindicações a serem solicitadas à escola, indicando problemas que precisam ser resolvidos**, que podem não ter chegado ainda ao conhecimento da direção.

O grêmio é um grupo de alunos eleito pelos demais para representá-los junto à direção da escola. Assim, os alunos ganham mais voz, dialogando com professores e a direção, de modo a ter maior atenção às suas sugestões e reivindicações.

Hoje em dia, já há governos incentivando a formação de grêmios nas escolas. Foi publicada, no dia 11 de março de 2009, no Diário Oficial do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a Lei nº 3.646, que regulamenta o estatuto do estudante. Um ponto de destaque é que os estabelecimentos de ensino público desse Estado deverão incentivar entre os alunos a criação de grêmios estudantis, com a função de representar os alunos junto à escola no caso de reivindicações solicitadas por eles.

A sua escola já tem grêmio? Se não, que tal conversar com a direção e pedir ajuda para começá-lo? E se não for por meio de um grêmio, de que forma você e seus colegas podem participar desse esforço nacional para a melhoria da educação?

SAIBA MAIS

Veja ótimas informações sobre como formar um grêmio em:

<http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=144>

JÁ VIU UMA COISA DESSAS?

CARTA DE UM ALUNO SOBRE A AVALIAÇÃO DA DIRETORA

" ESTOU ESCREVENDO PARA LHE CONTAR TUDO SOBRE A MINHA ESCOLA. TEM UMA DIRETORA QUE É MUITO EFICIENTE, SE PREOCUPA COM A INFRA-ESTRUTURA DO COLÉGIO E COM O BEM-ESTAR EDUCACIONAL DE CADA ALUNO, PRESTA CONTAS COM A GENTE DE COMO É GASTA A VERBA QUE O GOVERNO MANDA PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS, COLOCANDO NO MURAL DA ESCOLA XEROX DE TODOS OS RECÍBOS, DELA EU NÃO TENHO O QUE RECLAMAR."

Aluno de EM de escola pública, Piauí

CASO DE SUCESSO

O caso da Escola Serafim da Silva Salgado, Acre

A Escola Serafim da Silva Salgado, localizada no bairro periférico Aeroporto Velho, em Rio Branco, capital do Acre, estava quase abandonada, com paredes pichadas e altos níveis de violência.

A solução finalmente surgiu em 2004, quando a diretora Lúcia de Oliveira Melo começou **um trabalho de integração da escola à comunidade que mudou radicalmente aquela realidade**. Em 2008 já se podiam perceber grandes progressos: o índice de evasão escolar caiu e houve uma melhora significativa na autoestima dos alunos.

Um dos projetos desenvolvidos foi o *Escola Aberta* (projeto federal implantado na escola em 2004), que abre os portões da instituição nos fins de semana para receber moradores da região, estudantes e seus pais. Juntos, eles participam de atividades oferecidas, como aulas de violão, bijuteria, capoeira, futsal, crochê e bordado. Cerca de 80% dos alunos participaram e recomendaram as atividades para amigos e familiares. O espaço físico da escola passou a ser conservado pelos alunos.

Outro projeto foi o *Parada da Leitura*. A cada quinze dias, cerca de cem livros e cartilhas desenvolvidos pelos próprios alunos ficam à disposição da comunidade. Quem não sabe ler é auxiliado pelos alunos e amigos da escola.

Além dessas, há atividades de preservação do meio ambiente, o cultivo de uma horta pelas pessoas da comunidade escolar para as refeições dos alunos e programas culturais com cinema, teatro e música. Enfim, uma parceria entre educadores, pais e alunos que deu certo!

“Entregamos a escola nas mãos do aluno. Hoje, tudo é diferente ao redor e dentro da Serafim. Não temos mais problema de violência, de estudantes armados em sala de aula. O que podemos ver é o entorno tranquilo e uma escola sem depredações”, comemora Lúcia.

LIVRO ESCOLAR

O papel é a principal matéria-prima dos livros didáticos. Precisamos cuidar bem dos nossos livros didáticos, pois eles são importantes para o nosso aprendizado. Sabemos que a maioria deles tem a sua publicação utilizando muito papel, que para ser produzido, passa por um longo processo que começa com a derrubada das árvores. Portanto, uma excelente alternativa é cuidarmos do nosso livro, pois cada livro reutilizado significa que menos árvores são utilizadas. Conhecendo como esses livros são produzidos vai ajudar a compreender como todos nós, cidadãos deste país e deste planeta, poderemos interferir para a redução dos impactos negativos de tal produção na nossa sociedade.

O processo de produção de papel envolve várias etapas.

Tudo começa com o plantio de mudas de eucalipto, uma árvore com alta produtividade de celulose. Em seguida, as árvores são cortadas da floresta, os troncos são descascados e transportados para a fábrica para serem transformados em celulose. Depois disso, a celulose passa por uma limpeza, com alto consumo de água, para retirada de impurezas sólidas, pelo processo químico de branqueamento e pela secagem, para retirada da água. Durante esse processo, muito patrimônio ambiental é utilizado para a fabricação do produto final. E quem arca com os custos diretos e indiretos disso?

Quando as ações de indústrias têm impacto sobre o bem estar de pessoas que não participaram da ação, estamos diante de uma “externalidade”. **A externalidade é o efeito colateral ou a consequência para pessoas externas à transação econômica ou ao negócio, e pode ser positiva ou negativa.**

No caso da contaminação de seres vivos por produtos tóxicos no processo de fabricação de papel, as externalidades são negativas e se propagam sem custos para quem as gera. As empresas fabricantes de papel se utilizam de um recurso que não é seu, como os rios, e provocam danos socioambientais. A sociedade e o meio ambiente como um todo – e não um indivíduo ou empresa em particular – são quem sofrem o prejuízo.

O papel do governo é fazer com que o causador da externalidade assuma seus custos, se ela for negativa, ou receba seus benefícios, se positiva. Por isso existem os impostos e as proibições sobre produtos poluentes como cigarro e veículos movidos a gasolina (poluição do ar) ou casas de festas (poluição sonora) ou que possam causar acidentes (bebida alcoólica), e os incentivos e verbas para cultura e educação, dentre outros. Mas os consumidores também podem fazer sua parte.

A PRODUÇÃO DE PAPEL BRANCO
EXIGE USO DE PRODUTOS QUÍMICOS
ALTAMENTE TÓXICOS PARA O
BRANQUEAMENTO DA CELULOSE

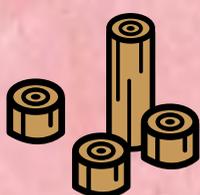


2-3 TONELADAS
DE MADEIRA

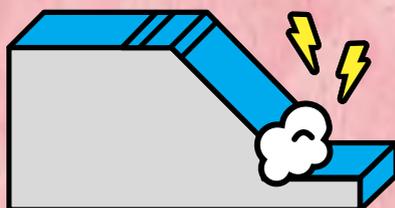
MUITA ÁGUA
E ENERGIA

PRODUTOS QUÍMICOS
ALTAMENTE TÓXICOS

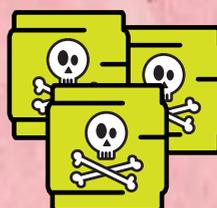
1 TONELADA
DE PAPEL



+



+



=



A produção de papel e celulose no Brasil emprega apenas matéria-prima de áreas de reflorestamento, principalmente de eucalipto (65%), mas isso não elimina os impactos ambientais. Hoje continua assim?

A monocultura de eucalipto consome tanta água que mais de 130 córregos já secaram no Espírito Santo depois que ela foi introduzida nesse estado.

DIOXINA » Mesmo com os tratamentos que recebe nas fábricas, a DIOXINA permanece e é lançada nos rios contaminando águas e solos, e em seguida vegetações, plantações, animais e os seres humanos. As dioxinas vão se acumulando no organismo humano e pesquisas têm mostrado que elas provocam defeitos de nascença, aumentam os riscos de câncer, doenças do sistema nervoso, endócrino e imunológico.

CONSUMO SUSTENTÁVEL

Para analisarmos de forma crítica a complexidade da reciclagem dos resíduos sólidos, é preciso debater sobre o nosso modelo de produção industrial, os nossos valores de sociedade de consumo e os fatores políticos e econômicos que envolvem a questão do lixo. Afinal, mais do que mudanças individuais de comportamento, **precisamos de transformações dos valores culturais que sustentam a lógica do consumo e da produção atuais.**

Nossa sociedade estimula o consumo de forma muito exagerada, o que torna os produtos cada vez mais descartáveis. Por exemplo, uma geladeira que poderia durar 10 ou 15 anos, se torna “velha” com 5 anos de uso. O mesmo acontece com os aparelhos celulares, no entanto, com um intervalo de tempo bem mais curto. Esses casos indicam que **se fizéssemos produtos que durassem mais, teríamos menos resíduos no planeta**, certo? Logo, a durabilidade dos produtos está nas mãos das empresas que os fabricam.

Outro aspecto importante a considerar é que **experimentamos uma constante insatisfação pela falta dos bens materiais que não possuímos e que desejamos ter.** Queremos sempre o que existe de mais moderno ou o que está na moda e, dessa forma, vamos consumindo cada vez mais e acumulando bens de consumo.

Conclusão: além de medidas técnicas e de ações de reciclagem, precisamos de transformações culturais no nosso próprio modo de viver neste planeta. Pense nisso!



PISCA ALERTA

Nenhum objeto será capaz de nos satisfazer plenamente. Nossos sonhos mudam e a realidade não corresponde ao que tínhamos imaginado. Essas ilusões são alimentadas por campanhas publicitárias, mas não podemos nos deixar iludir. Objetos não nos transformam, somente são usados por nós.

COLETA SELETIVA

Antes mesmo de se pensar na solução de um problema, é preciso olhar para a sua causa. Esse é o modo de pensar mais indicado para criarmos alternativas de gerar menos lixo para o planeta.

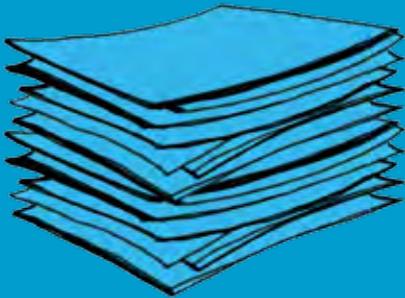
Considerando a quantidade de lixo que geramos diariamente, devemos atentar para o que produzimos em termos de **resíduo**. A coleta seletiva é um passo importante para as políticas de reciclagem de resíduos, facilitando muito esse processo. Basicamente, consiste em separar na fonte, ou seja, no momento em que as empresas e pessoas geram lixo, os materiais recicláveis (papel, plástico, metal, vidro, pilhas e baterias etc.) do restante do lixo. A separação na fonte evita a contaminação dos materiais reaproveitáveis, aumentando o valor agregado destes e diminuindo os custos de reciclagem.

O lixo deteriorável (biodegradável), composto pelos restos de carne, vegetais, frutas etc, é separado do restante, podendo ter como destino os aterros sanitários.

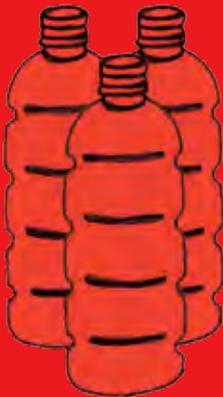
As escolas públicas são excelentes locais para a promoção de campanhas sobre a coleta seletiva, com o lixo sendo devidamente separado pelos alunos e funcionários.



Para 75 latas de aço, recicladas, preserva-se uma árvore que seria usada como carvão.



Para cada tonelada de papel reciclado, evita-se a derrubada de 16 a 30 árvores adultas.



A cada 100 toneladas de plástico reciclado, evita-se a extração de 1 tonelada de petróleo e a economia em torno de 90% de energia.



10% de vidro reciclado economiza 4% de energia e reduz 10% no consumo de água.

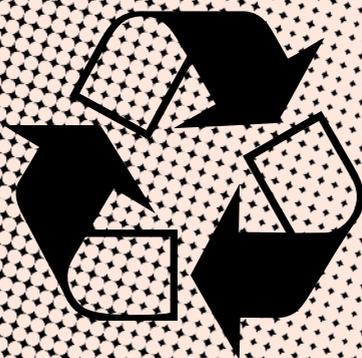
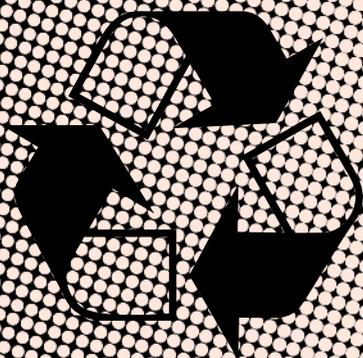
FONTE:

<http://www.planetaplastico.com.br/literatura/literatura/coletaselet.htm>

CONSUMO SUSTENTÁVEL

- » Reduza o uso de papel (e de madeira) o máximo possível.
- » Evite comprar produtos com excesso de embalagem. Saiba que 80% do papel que consumimos é na forma de embalagens.
- » Utilize os dois lados do papel, ao imprimir ou escrever.
- » Revise textos na tela do computador e só imprima se for realmente necessário.
- » Dê preferência a produtos reciclados ou aqueles que trazem o selo de certificação do FSC (“Forest Stewardship Council”), organização independente, sem fins lucrativos, que busca promover a gestão responsável de florestas (no Brasil, é representada pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal).
- » Use filtros, guardanapos e toalhas de pano em vez dos de papel.
- » Recuse folhetos de propaganda que não sejam de seu interesse.
- » Separe o lixo doméstico e doe os materiais recicláveis para as cooperativas de catadores.
- » Organize-se junto a outros consumidores para apoiar ações sócioambientais e pressionar o governo a fiscalizar empresas, criar leis de proteção ambiental e programas de incentivo à produção limpa.

Fonte: www.idec.org.br





ESPAÇO PÚBLICO

Quando olhamos para o mapa da cidade, vemos uma grande quantidade de propriedades privadas, espaços que pertencem a uma pessoa ou a uma empresa particular. Mas existem também as **áreas de uso comum**, que pertencem ao poder público e são voltados para o uso da população.

A rua é considerada o espaço público por excelência. Infelizmente, muitas pessoas pensam que, se a rua é de todos, não é de ninguém, e a sujam jogando lixo no chão, deprimindo, pichando etc. **Essa atitude enfeia e estraga o espaço em que vivemos, diminui a autoestima dos moradores, facilita a propagação de doenças** etc. Lembre-se, se a rua é de todos, se a praça é de todos, é sua também! Faça sua parte e exija que o governo faça a dele também para preservar o espaço público, limpando, reprimindo e punindo atos de vandalismo, punindo pessoas que sujam as ruas, se apropriem indevidamente das calçadas etc. A ação do governo, bem como a sua, é importante para impedir que algumas pessoas se desmotivem e desistam de tentar preservar o ambiente em que moram ou circulam.

HISTÓRIA DO ESPAÇO PÚBLICO

A ideia de que as cidades devam possuir, além das áreas privadas, uma esfera pública, pertencente e usada pela comunidade, é bastante antiga. Na cidade de Atenas da Grécia Clássica, a “ágora” era o local onde ocorriam as discussões políticas entre os cidadãos. Naquela época, só os homens livres (não escravos) eram considerados cidadãos. Entre eles, porém, todos eram iguais, independentemente das diferenças sociais. Portanto, tinham a mesma voz para discutir as questões de sua cidade. Os romanos deram continuidade à ideia com seu “fórum”. As cidades medievais cresceram desordenadamente, mas a ideia do espaço público voltou com a chegada do urbanismo sanitarista no século XIX, que transformou a criação de áreas públicas (grandes avenidas, especialmente) em prioridades. **Atualmente, o espaço público é planejado de forma mais integrada e harmônica com as necessidades e desejos das comunidades.**



ESPAÇOS PÚBLICOS LIVRES

Incluem as áreas de circulação (como a rua), espaços de lazer (como uma praça), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica). O governo não cobra ingressos e garante a livre circulação das pessoas. O espaço público livre é um recurso comum (no sentido de coletivo, ou seja, de todos), não se pode impedir alguém de usufruí-lo. **Cabe ao governo estabelecer normas e regulamentações de utilização dos recursos comuns, para evitar a sua degradação, além de garantir sua manutenção.**





CICLOVIAS

As vias de transporte conectam os diferentes pontos da cidade. Permitem que as pessoas circulem para trabalhar, passear, estudar, etc. Atualmente, as ciclovias são muito valorizadas, pois elas estimulam o hábito saudável do exercício. Além disso, as bicicletas não são poluentes e ajudam a diminuir os congestionamentos de carros e ônibus. O uso de bicicletas exige o estabelecimento de espaços próprios, ruas em condições e sem buracos. No Brasil, principalmente nas grandes cidades, o espaço para ciclovias ainda é restrito, em contraste com exemplos de capitais europeias, como Paris, onde a prefeitura instalou um sistema informatizado de estações de bicicletas alugáveis, com diversos pontos de locação e devolução espalhados pela cidade.

CONSERVAÇÃO

O espaço público tem de ser conservado continuamente para recuperar o desgaste causado pelo uso, pelo tempo, pela poluição e por atos de vandalismo. Por exemplo, você sabia que de outubro de 2008 a maio de 2009, os óculos da estátua do escritor Carlos Drummond no Rio de Janeiro foram roubados 3 vezes? O custo dos óculos foi de R\$3.000,00 por vez. A população está pagando essa conta...



TRIBUTOS

A conservação da cidade tem um custo enorme. Todo dia centenas ou milhares de funcionários de limpeza urbana, os garis, têm de recolher o lixo deixado pelo chão, retirar material publicitário inadequado, entre outras atribuições. O custo dessas ações de conservação recai sobre a população em geral através dos tributos pagos: impostos, taxas e contribuições de melhorias.

Para fazer frente às despesas com os serviços públicos e com os espaços públicos, o governo precisa de receita, e essa receita vem dos tributos que pagamos. Mais um motivo para conservar bem o local onde vivemos. Se nós fizermos nossa parte, contribuindo para a conservação do espaço público, além de cobrar a correta utilização dos recursos públicos, estaremos ajudando na redução de custos orçamentários e abrindo espaço para destinação de recursos para investimentos em prol dos cidadãos.



SERVIÇOS PÚBLICOS

JORNAL



Impresso em papel reciclado

SEGUNDA-FEIRA

Gabriel estava voltando da faculdade quando notou uma multidão reunida numa rua do seu bairro. Por pouco ele não passa batido, sem reparar nesse rebuliço, porque estava mergulhado em seus pensamentos sobre sua irmã, que tinha sido assaltada na véspera. Ele se aproximou do grupo de pessoas e logo descobriu que era o prefeito dando uma entrevista na frente de uma obra recém-inaugurada.

Ele dizia para os repórteres que, como a arrecadação de tributos caiu, havia menos recursos disponíveis para as ações da prefeitura, e algumas áreas teriam que apertar o cinto.

— Porém, graças a um acordo com o governo federal, teremos dinheiro para fazer as importantes obras de saneamento básico para as comunidades carentes de nossa cidade. Como sabemos, algumas casas foram construídas

próximas a um esgoto que corre a céu aberto, e isso tem contribuído para a disseminação de doenças que afetam a todos nós.

Após os aplausos, o prefeito também anunciou a reforma de duas escolas municipais, a restauração do calçamento das ruas de um bairro e um evento cultural. Foi nesse momento que Gabriel, que havia lido na véspera uma reportagem sobre o orçamento da prefeitura, ergueu a mão e fez uma pergunta:

— Bom dia, senhor prefeito. Meu nome é Gabriel. Li ontem uma matéria sobre o orçamento da prefeitura e tenho uma dúvida.

— Uma dúvida? Vamos a ela, claro.

— Minha dúvida é a seguinte: Os índices de criminalidade vêm subindo em nossa cidade, com assaltos e outros tipos de violência. Mi-



P.21

Prefeito anuncia reforma de duas escolas municipais, a restauração do calçamento das ruas de um bairro e um evento cultural.

P.23

Prefeito concede entrevista em frente a obra recém-inaugurada. Região sofre com grande número de assaltos.

DIÁRIO

A, MAIO 2010

| jornaldiario.com.br

415-777-1111 46¢

na própria irmã foi assaltada ontem. Considerando-se esses fatos, por que o senhor reduziu as verbas para iluminação pública e para a guarda municipal? O senhor não concorda que uma presença maior da guarda nos espaços públicos e ruas mais iluminadas ajudam a afastar os assaltantes?

Nesse momento, o prefeito teve uma de suas terríveis e famosas enxaquecas, passou a palavra para seu secretário de fazenda e se ausentou. Fontes anônimas declararam ter ouvido o prefeito dizer “Esses jovens de hoje...”.



ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS

Um orçamento público é um instrumento de gestão das finanças públicas, que pode ser entendida, em termos mais simples, como sendo similar a uma tabela em que de um lado estão as receitas, e, do outro, as despesas (o orçamento de um país pode ser a maior tabela que você já viu, com mais de 5.000 linhas). As receitas representam o dinheiro que entra, com o qual se pagará as despesas. A fonte de receita dos governos vem principalmente dos tributos (taxas, impostos e contribuições de melhorias) que os cidadãos pagam. Se a arrecadação cai, ou seja, se menos tributos foram recolhidos pelo governo, há menos dinheiro para se gastar com os serviços públicos.

O orçamento público indica quanto e onde o governo vai gastar o dinheiro que ele recebe.

Um fato importante que deve ser considerado é que o setor público é o responsável pelo maior volume de recursos que gira numa economia. Não há uma empresa particular cuja atuação possa ser comparada com a dimensão e importância dos gastos do governo. Por isso os gastos do governo têm tanto peso sobre a economia de uma cidade, estado ou país.

ORÇAMENTO PÚBLICO

O governo, seja ele federal, estadual, municipal ou distrital, é o responsável pelo provimento de serviços públicos que garantam os direitos do cidadão. Alguns desses direitos são o acesso à educação, saúde, segurança, transporte e saneamento.

Os governos destinam, em seus orçamentos públicos, recursos para dar conta de cada um desses serviços, e o controle dos gastos do governo cabe aos cidadãos e seus representantes legais (os vereadores, deputados e senadores). Observando como o governo gasta o dinheiro público, podemos perceber suas prioridades. Se há muito dinheiro para educação, constatamos que o governo acha essa área importante. Se falta recurso para a segurança pública, é por que o governo acredita que outros setores precisam de mais atenção.

Nos países democráticos, o orçamento, depois de preparado pelo poder executivo – no nível federal, pelos ministros e, no estadual e municipal, pelos secretários – precisa ser votado pelo poder legislativo – Congresso Nacional, no nível federal; Assembléia Legislativa, no nível estadual; Câmara de vereadores, no âmbito municipal. Uma vez aprovado o orçamento, entra em cena, novamente, o poder executivo, que é a parte do governo que toma as iniciativas para que sejam seguidas as decisões de gastos e receitas definidas na votação do legislativo.

Da mesma forma, a proposta de orçamento feita pelo poder executivo e enviada ao legislativo também sofre alterações feitas pelos representantes desse poder. Desvios daquilo que estava previsto no orçamento são noticiados pela imprensa e por sites da internet. Como o cidadão tem o direito de escolher seus representantes legislativos e executivos, é ele que indiretamente define as prioridades de gastos públicos. Se os seus candidatos, quando eleitos, se comportam de modo diferente daquele que prometeram na campanha, perdem a confiança do cidadão-eleitor e podem não conseguir se reeleger.

Realizar esse tipo de fiscalização contribui para que os governos sejam mais eficientes no atendimento à população.

SAIBA MAIS

Como fazer a nossa parte? Há inúmeras organizações que lutam para termos mais acesso às informações públicas. Também existem sites de órgãos públicos (Tesouro Nacional, prefeituras, tribunais de contas) que publicam informações referentes à execução orçamentária e à prestação de contas das entidades públicas. Veja algumas formas de acompanhar nosso país:

Portal Brasil

<http://www.portalbrasil.net/>

Esse site divulga uma série de indicadores nacionais, permite acesso a serviços públicos e redireciona internautas a páginas eletrônicas de órgãos do governo.

Portal da Transparência

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

Aqui o cidadão pode acompanhar a destinação de recursos do Orçamento da União.

CGU – Olho Vivo no Dinheiro Público

<http://www.cgu.gov.br/olhovivo/>

A Controladoria Geral da União (CGU) não tem recursos para auditar (verificar as contas), ao mesmo tempo, dos 5.600 municípios brasileiros, das 27 unidades da Federação e de todos os órgãos da administração direta e indireta; então criou um programa para capacitar as pessoas a entender as contas públicas e ajudar nessa fiscalização. É o programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”.

Câmara dos Deputados – Plenarinho

www.plenarinho.gov.br

Este site é voltado para o público infantil, mas traz um interessante “Jogo do Orçamento” com a simulação simplificada das decisões de um orçamento público que diverte ao mesmo tempo em que motiva reflexões importantes.

Fazer a nossa parte, porém, é mais do que acompanhar e fiscalizar o governo. É também:

- » Evitar desperdícios, usando luz e água com mais eficiência. Por exemplo, evitando deixar luzes acesas ou lavar as calças com mangueira de água.
- » Agir com ética e correção, exigindo a nota fiscal nos estabelecimentos comerciais e jamais cedendo a sugestões de propinas para se livrar de multas.
- » Tomar cuidados com sua higiene e saúde, para não gerar gastos com doenças que poderiam ter sido evitadas.
- » Enfim, agindo de forma responsável e consciente em relação à realidade em que vivemos para podermos cobrar o mesmo do governo.



CORRUPTO, EU?

FLAG

EDUARDO — Vocês estão acompanhando esse último escândalo? É incrível como volta e meia a gente dá de cara com político corrupto!

SÉRGIO — É mesmo! A gente tinha que tirar esses caras corruptos de lá!

CRISTINA — Eles, que estão no poder, tinham que dar o exemplo mais do que todo mundo.

PAULA — É verdade. Eles têm casa, dinheiro, tudo, e se comportam desse jeito.

ADRIANO — Isso é um absurdo! Não devemos aceitar esse tipo de comportamento seja de quem for. Um absurdo. Bem, vamos embora?



GRA



Adriano pega um ônibus e dá R\$10,00 para o trocador, que se confunde e acaba devolvendo dinheiro demais para ele. Adriano percebe e devolve o troco a mais.

FLAGRA



Eduardo vai para seu carro com Cristina. Chegando lá ela o interpela observando que ele bebeu cerveja. Eduardo tenta argumentar, mas Cristina se mantém firme, ela não bebeu, logo é ela quem vai dirigir.



FLAGRA

Paula sai do restaurante terminando de comer sua sobremesa, um brigadeiro. Ela está acompanhada de Sérgio. Depois de dar a última mordida no doce, Paula joga o papel no chão. Sérgio vê, pega o papel e o joga na lixeira. Paula fica sem graça.

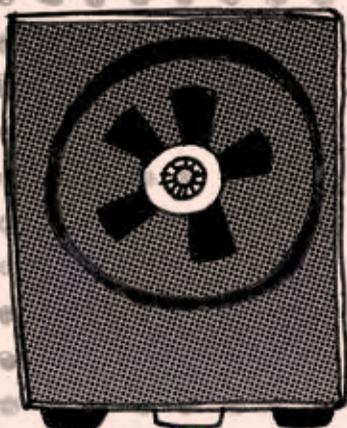
PREVENIR A CORRUPÇÃO É A PRIMEIRA FORMA DE COMBATÊ-LA!

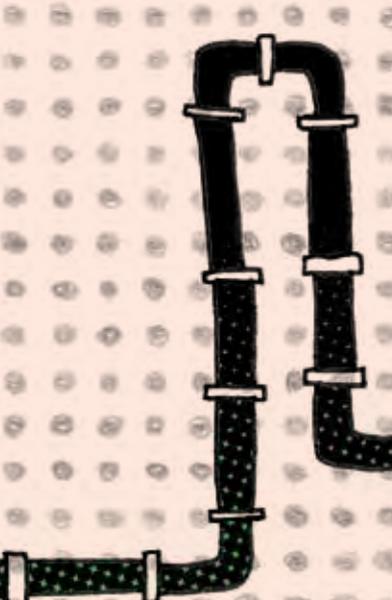
“Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.” Infelizmente, quando o assunto é corrupção, muita gente segue esse lema. Não hesitam na hora de criticar os outros, mas também cometem infrações. Situações assim quase aconteceram com esse grupo de amigos, onde dois quase “escorregaram”, mas foram alertados por quem estava ao seu lado.

Muitas pessoas condenam a atitude de deputados envolvidos em um escândalo, mas infringem a lei e agem em flagrante desrespeito à cidadania. Por exemplo, criticam os políticos, mas estacionam em local proibido, tentam subornar policiais, sonegam impostos etc.

Há mais de trinta anos, o cientista político americano Stuart Gilman – chefe do *Programa Global da ONU contra a Corrupção*, cujo trabalho é coordenar os programas de combate ao problema que as Nações Unidas desenvolvem junto a diversos países, entre eles, o Brasil – se dedica a uma mesma tarefa: descobrir, pelo mundo afora, como se pode evitar que as pessoas pratiquem a corrupção, ou seja, façam uso indevido do dinheiro público. “Um país que admite a pequena corrupção abre caminho para que ocorram grandes esquemas”, diz ele.

Quando veio ao Brasil em 2007, Gilman desenvolveu um treinamento para o pessoal da CGU (Controladoria Geral da União) sobre técnicas para detectar corrupção – mais especificamente, crimes financeiros. Segundo ele, **a ONU quer enfatizar no Brasil a necessidade de a sociedade civil e o setor privado participarem do enfrentamento do problema porque o interesse é de todos. Se a discussão for apenas entre partidos políticos, a situação nunca se resolverá!**





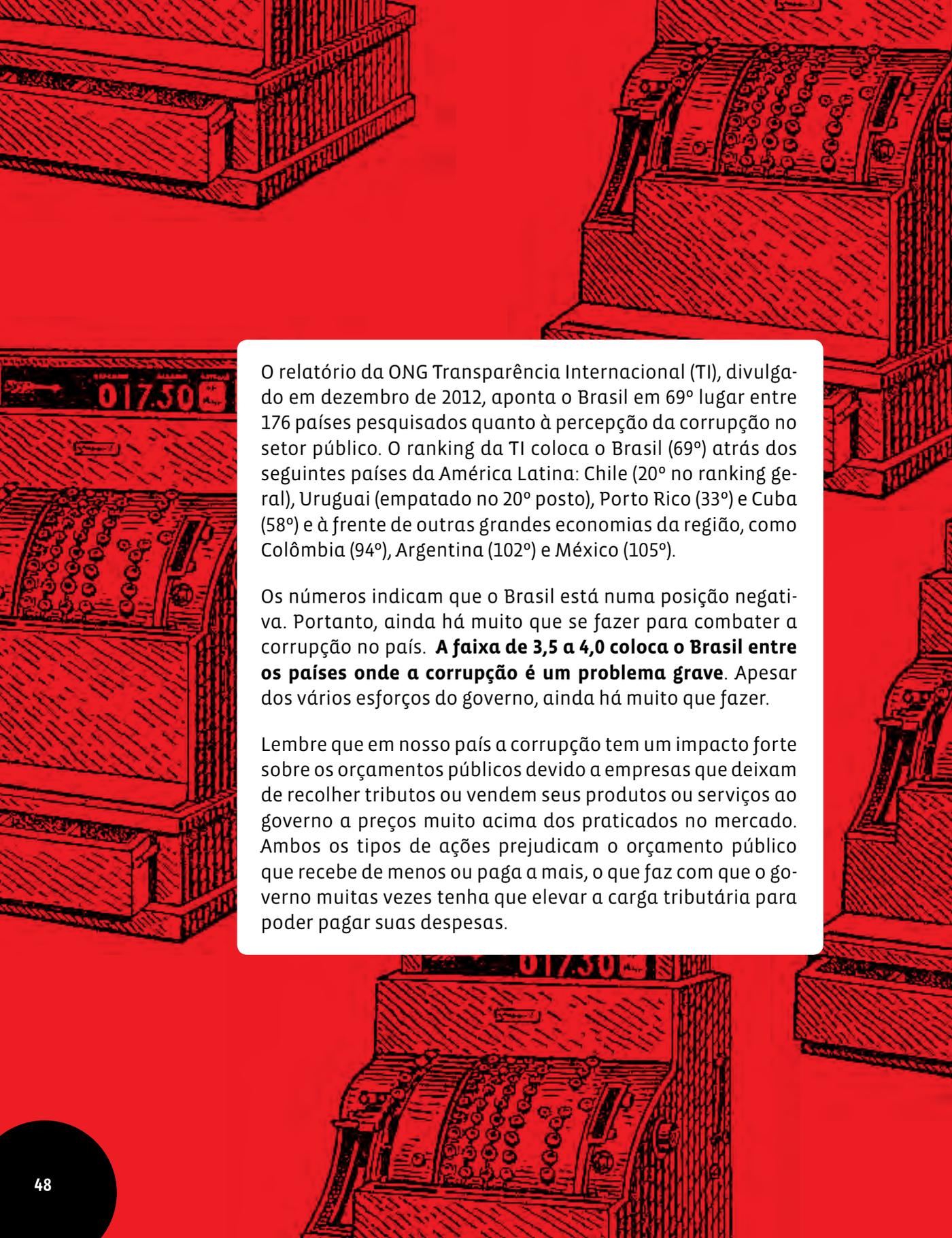
A posição de Gilman é bastante clara: é possível evitar que o dinheiro público seja usado para fins privados vigiando-o por meio de agências independentes, que fiscalizem de perto e continuamente o poder público. Essas agências podem verificar, por exemplo, se, depois que o governo liberou verbas para a construção de um hospital ou escola, a obra foi realmente feita.

Outra maneira eficiente de prevenir a corrupção nos governos é fazer uma checagem regular de funcionários para ver se eles têm um padrão de vida que combina com seus salários. A Albânia fez isso e, ao final do processo, quase a metade dos funcionários foi mandada embora e no ano seguinte, a arrecadação de impostos praticamente triplicou!

Mas prevenção, sozinha, não resolve o problema. **É preciso combinar prevenção e punição.** Gilman defende que as punições administrativas são mais rápidas e até mais eficazes do que as criminais, que dependem de processos que podem levar infundáveis anos na Justiça. Segundo ele, a simples demissão do funcionário de seu emprego público – que é estável e lhe dá diversos benefícios –, por exemplo, pode ser castigo suficiente para desestimular outros funcionários públicos a saírem da linha.

Uma das formas de saber como anda o Brasil no que se refere à corrupção é olhar estudos e comparações internacionais. A ONG *Transparência Internacional* calcula, por exemplo, o Índice de Percepção da Corrupção, que é baseado na percepção que a sociedade tem do grau de corrupção entre políticos e funcionários do governo. O índice, que cobre 180 países, resulta em notas que variam entre 10 (ausência de percepção) e 0 (percepção total de corrupção).





O relatório da ONG Transparência Internacional (TI), divulgado em dezembro de 2012, aponta o Brasil em 69º lugar entre 176 países pesquisados quanto à percepção da corrupção no setor público. O ranking da TI coloca o Brasil (69º) atrás dos seguintes países da América Latina: Chile (20º no ranking geral), Uruguai (empatado no 20º posto), Porto Rico (33º) e Cuba (58º) e à frente de outras grandes economias da região, como Colômbia (94º), Argentina (102º) e México (105º).

Os números indicam que o Brasil está numa posição negativa. Portanto, ainda há muito que se fazer para combater a corrupção no país. **A faixa de 3,5 a 4,0 coloca o Brasil entre os países onde a corrupção é um problema grave.** Apesar dos vários esforços do governo, ainda há muito que fazer.

Lembre que em nosso país a corrupção tem um impacto forte sobre os orçamentos públicos devido a empresas que deixam de recolher tributos ou vendem seus produtos ou serviços ao governo a preços muito acima dos praticados no mercado. Ambos os tipos de ações prejudicam o orçamento público que recebe de menos ou paga a mais, o que faz com que o governo muitas vezes tenha que elevar a carga tributária para poder pagar suas despesas.

QUANTO CUSTA A CORRUPÇÃO?

O Banco Mundial estima que, nos países onde os índices de corrupção são mais altos, como o Congo, entre 25% e 30% do Produto Interno Bruto (PIB) seja desperdiçado em decorrência do problema. Em países onde a corrupção está sob controle, esses valores não ultrapassam os 3%. Isso ocorre, sobretudo, porque **a corrupção afasta os investidores**. As grandes companhias internacionais, evidentemente, preferem investir em países onde não têm de pagar propinas.

A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CORRETA

Para se combater a corrupção, é muito importante ter informações corretas e disposição para ir do discurso à ação. Stuart Gilman dá como exemplo a África do Sul, que iniciou um programa de combate à corrupção. Nesse país pensava-se que o sistema judicial era um grande foco de corrupção. Nas pesquisas feitas em 2005, mais da metade dos entrevistados afirmava acreditar na corrupção do judiciário, porém só uma pessoa em mil declarou ter pago propina a um oficial de justiça! Essa contradição chamou a atenção dos pesquisadores. Ao fim de mais estudos, foi possível concluir que o maior problema do sistema judicial do país não era a corrupção e, sim, ineficiência, incapacidade. As pessoas associavam a perda de provas e o arquivamento de casos à corrupção, quando, na maior parte das vezes, esses problemas eram simplesmente resultado de incompetência dos funcionários. O diagnóstico fez, então, com que o governo investisse corretamente em programas de capacitação e reforma dos procedimentos administrativos e burocráticos para dar maior eficiência ao sistema judicial.

RAP DO CONTADOR

Tenho uma dúvida que não consigo responder ~~X~~



O que é imposto e taxa, você sabe dizer???

A primeira coisa a aprender vai levar menos de um ~~minuto~~ minuto

Eles têm lá suas diferenças, mas são dois tipos de tributo

Os tributos são a fonte de receita principal

Dos governos municipais, estaduais e federal

\$\$\$

Os tributos são responsáveis pela maior parte do dinheiro

Que entra para pagar as despesas públicas do brasileiro

E o que é despesa pública, você deve estar se perguntando

Tem tanta coisa nessa lista que parece que eu estou **exagerando**

Na escola estadual, o governo tem que pagar

Desde a construção do prédio, até a manutenção do lugar



Acha que é só isso? Olha a sua volta, seja sagaz

Tem o salário dos professores, a comida da cantina e muito mais

Nos postos de saúde, o governo também é ativo

Paga os médicos, os remédios e até o curativo



Essa lista é **gigantesca** e não acaba por aí

Os tributos pagam os salários do policial e do ~~gari~~ gari

Acha que quem cuida da sua cidade é uma fadinha?

É o governo quem mantém as ruas, a iluminação pública e a pracinha

(com o povo dando aquela ajudinha)



≠ "Mas a diferença entre o imposto e a taxa, você não explicou."

Já entendi o que é tributo, mas do assunto desviou"

Tá certo, vamos lá.



Atenção na rima (123) e já!

Você sabe qual a diferença entre imposto e taxa?

Não é tão complicado, cantando tudo se encaixa.

* O rap (abreviatura em inglês de *rhythm and poetry*, ritmo e poesia) é uma das vertentes da cultura hip hop, as outras sendo o grafite e a dança break. Surgiu nos EUA dos anos 1980 como uma forma de a comunidade negra protestar contra o racismo.

Quando a gente paga o imposto, não sabemos pra que será
Pode ser para manter as forças armadas ou outra coisa que precisar
O imposto também serve pra pagar os serviços diplomáticos do país
E os salários dos servidores públicos, pra não deixar ninguém infeliz

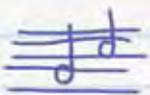


Já no caso das ~~taxas~~ taxas há uma vinculação
Ela é usada para uma coisa específica, já se sabe de antemão
Como a prestação de um serviço público de que a população necessite
Mesmo que não use no momento, ele tá lá, ele existe

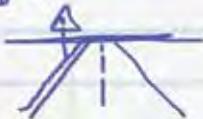


Dar um exemplo é melhor que blábláblá 
Sabe a taxa de incêndio? É dela que vou falar 
Dos bombeiros você poderá precisar ou não
Mas lá estão eles, sempre à sua ~~disposição~~ disposição

As taxas estão relacionadas à fiscalização e licenciamentos em geral
Se organizam em "competências", em níveis federal, estadual, municipal ou distrital
Portanto, só o município pode cobrar taxas de competência municipal
Como a taxa de coleta domiciliar de lixo, pra evitar o lamaçal

Os impostos são obrigatórios e independem de qualquer contrapartida
O contribuinte não sabe exatamente onde a grana será investida.
Sabe o imposto sobre propriedade de automóvel? (dessa nem eu sabia)
Ele não vai necessariamente para a melhoria das vias urbanas ou de uma rodovia.



Para garantir o bem estar público e fazer o que foi proposto
O governo tem o poder de impô-lo, por isso o termo imposto
"Mas se ele tem esse poder, pode tributar o que quiser?"
Só até certo ponto, existem leis que impõem limites. Não é um banzê

Por tudo isso, temos que votar com cuidado
Se informe, não seja acomodado (O seu país diz "muito obrigado!")



IMPOSTOS E TAXAS

É importante saber que os impostos podem ser diretos ou indiretos. No caso dos indiretos, estes estão embutidos nos preços dos produtos ou serviços. A gente paga indiretamente quando compra alguma coisa ou contrata um serviço. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo. Nesse caso, o percentual do imposto não varia de acordo com a renda da pessoa, como acontece com o Imposto de Renda, que é um exemplo de imposto direto porque incide direto sobre a renda.

Você deve estar pensando: E se eu deixar de pagar a taxa? Eles apagam o fogo na minha casa mesmo assim?

E a gente responde: Claro! Você acha que o bombeiro vai ficar olhando a sua casa ser destruída? Isso seria um absurdo, imoral e, além de tudo, burrice! Se os bombeiros não fizerem nada, o fogo se alastra e destrói outros imóveis. Agora, se você não paga a taxa, fica com seu nome na lista de devedores do governo e isso traz uma série de problemas. Se você não paga, não está contribuindo para que os bombeiros tenham os recursos para apagar os incêndios.

Existem leis que impõem limites ao poder do governo de criar impostos. Já houve grandes revoltas na história contra o avanço desmedido do governo sobre a renda e o patrimônio da população. A Inconfidência Mineira, que acabou com a morte de Tiradentes, era um movimento de repúdio à tributação. Naquela época, éramos uma colônia da coroa portuguesa e eles prenderam todo mundo que se rebelou. Hoje o país é livre, uma democracia, e a gente pode botar a boca no trombone e protestar sem ser morto ou preso por isso.

Ainda existem as contribuições de melhoria e as contribuições sociais. **Contribuição de melhoria** – Quando o governo faz uma obra que valoriza os imóveis de um local, as pessoas têm de pagar algum valor para o governo. Imagine que o governo municipal aproveite um terreno vazio para construir um parque e uma quadra de esportes. A obra beneficiará toda a população, mas também pode valorizar as residências próximas ao novo parque, gerando um benefício adicional para os proprietários. Os moradores verão seus imóveis subir de valor graças a essa obra. Por isso, a contribuição é vinculada, porque a sua cobrança se destina a cobrir, pelo menos parcialmente, os custos da obra. Não é de qualquer obra que a contribuição pode ser cobrada. Para tanto, ela deve ser instituída por lei. E isso ocorre apenas se gerar valorização do imóvel. **Contribuição social** – Podem ser de vários tipos, a mais conhecida delas é a utilizada para custeio da seguridade social, ou seja, a saúde, a previdência e a assistência social.

EXIJA A NOTA FISCAL

Ao exigir a nota fiscal, você faz com que o fornecedor do produto ou serviço fique obrigado a pagar o imposto devido.

É com o dinheiro dos tributos que o governo (federal, estadual, municipal ou distrital) consegue fornecer os serviços e bens públicos, fazer a manutenção dos espaços públicos etc. O maior beneficiado é você, que inclusive ganha mais força para poder cobrar do governo que ele cumpra bem suas obrigações. A cidadania traz direitos, mas também traz deveres para que o país progrida. É seu direito e dever exigir a nota, e o benefício pelo pagamento do imposto deve ser seu.

As campanhas de conscientização são importantes, mas outras estratégias podem funcionar ainda melhor. Por exemplo, um estado criou o seguinte programa: ao exigir a nota fiscal eletrônica, os consumidores recebem de volta 10% do ISS devido pelo serviço. Além disso, esse estado permite ao consumidor abater até 50% do valor do IPTU devido se ele guardar notas fiscais de suas compras.

PALAVRAS-CHAVE

Esses são apenas alguns dos tributos do sistema tributário do país, mas existem dezenas de outros, o que torna a carga tributária do país uma das mais altas do mundo.

Carga Tributária = proporção dos tributos em relação ao PIB (Produto Interno Bruto, soma de tudo o que se produz no país, sendo a medida do tamanho de uma economia).

IPTU = Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana; é um imposto municipal que as pessoas pagam pelo imóvel dos quais são proprietárias.

ISS = Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; é um imposto municipal pago por empresas ou profissionais autônomos ou liberais ao prestarem serviço para alguém, como médicos, advogados, qualquer tipo de consultoria etc. Apesar de o imposto ser pago por quem presta o serviço, muitos municípios determinam que os clientes são os responsáveis pelo recolhimento do imposto, devendo descontar seu valor do pagamento feito à empresa ou ao autônomo.

IR = Imposto de Renda. Este imposto de renda existe em diversos países, consiste em uma porcentagem da renda média anual de uma pessoa ou empresa que deve ser entregue ao governo. No Brasil, o imposto de renda é cobrado (ou pago) mensalmente, por exemplo, por desconto no salário recebido por empregados, o famoso desconto em folha. (Existem alguns casos em que a mensalidade é opcional pelo contribuinte.) No ano seguinte, o contribuinte prepara uma declaração de ajuste anual em que determina se tem mais imposto de renda a pagar ao governo ou se tem dinheiro a receber (devolução). A cobrança do imposto é proporcional à renda da pessoa. Em 2013, as pessoas que ganhavam até R\$ 1.710,78(*) por mês estavam “isentas” do pagamento de imposto de renda, isto é, não pagavam nada, desde que essa fosse sua única fonte de renda. O imposto de renda no Brasil se divide em Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), para as pessoas, e Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), para empresas.

(*) Pesquise o valor atualizado em:
www.receita.fazenda.gov.br

ICMS = Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços; é o mais importante tributo cobrado pelos estados que incide sobre cada etapa da circulação de todo tipo de mercadoria e de alguns serviços. Em cada uma das etapas, deve haver a emissão de nota ou cupom fiscal. O imposto também incide sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de comunicações e de energia elétrica, entre outros. Na maioria dos casos, as empresas repassam esse imposto ao consumidor, embutindo-o nos preços dos produtos. As mercadorias normalmente são tributadas de acordo com sua importância. Assim, para produtos básicos, como o arroz e o feijão, o ICMS cobrado é menor do que no caso de produtos supérfluos, como cigarros, bebidas alcoólicas e perfumes.

PARA SABER MAIS

Para conhecer mais sobre os tributos e sua importância para o país, é interessante se familiarizar com o PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal.

www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef

A Receita Federal possui seu próprio programa de educação fiscal:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/educafiscal/default.htm>

Além disso, a Receita Federal tem um site que traz informações interessantes e ideias para apresentar aos jovens os conceitos e informações sobre tributos, de forma lúdica e atraente:

<http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/>

<http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/pnef/default.htm>



CARA A CARA

O que você aprendeu?

APRENDI:

A RELACIONAR O DEVER CIDADÃO DE EXIGIR NOTA FISCAL E DE PAGAR TRIBUTOS COM O DEVER GOVERNAMENTAL DE OFERECER OS BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS QUE EU TENHO O DIREITO DE USUFRUIR

PARA QUE SERVEM OS DIFERENTES TIPOS DE TRIBUTOS PAGOS PELOS CIDADÃOS

A PLANEJAR E ME ENGAJAR EM UMA CAMPANHA DE INCENTIVO À EXIGÊNCIA DE NOTA FISCAL PELOS CIDADÃOS



1.

CULTURA E ESPORTES

2.

MEU BICHO-PAPÃO NUNCA FOI INFLAÇÃO



3.

SUPERVISORES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

4.

FALANDO "ECONOMÊS"

CD-ROM
3月10日(日)
セール中吉日

5.

MERCADO



**ECONOMIA
DO PAÍS**

6.

PREVIDÊNCIA

7.

**SALÁRIO
MÍNIMO**



BRASIL

CULTURA E ESPORTES

CULTU



DOIS FILHOS DE FRANCISCO É SUCESSO DE BILHETERIA

O filme *Dois filhos de Francisco*, que conta a história da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, levou centenas de milhares de brasileiros ao cinema. O Caderno de Cultura entrevistou o diretor Breno Silveira, que fala sobre o impacto do longa-metragem no mercado cinematográfico nacional.

OLIMPIÁDAS 2016 NO BRASIL

O Rio de Janeiro vai sediar as Olimpíadas de 2016. Autoridades acreditam que a vitória da cidade, que derrotou Madri, Chicago e Tóquio, irá atrair um número recorde de investimentos. Paralelamente, atletas e educadores alertam: é preciso formar a base, investindo nos futuros talentos desde cedo.

ESPOR



Você tem ideia de quanto custa produzir um filme? Pois saiba que *Dois filhos de Francisco* custou R\$ 5,9 milhões. Para conseguir realizá-lo, uma parte do dinheiro veio da Lei Rouanet. Você sabe o que é isso?

Existem leis de “incentivo fiscal” que permitem que as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) apliquem uma parte do seu imposto de renda em ações culturais ou esportivas.

A Lei Rouanet é uma lei de incentivo fiscal porque **permite que as empresas usem até 4% do valor do imposto de renda (IR) para projetos culturais**. Assim, se a empresa deve R\$ 100.000,00 de IR ao governo, pode usar até R\$ 4.000,00 para ajudar a produzir um filme ou uma peça de teatro. O governo abre mão de parte de sua receita, para, em contrapartida, incentivar a cultura. A empresa investe em cultura e, além de beneficiar a sociedade, melhora sua imagem junto à população.

A lei de incentivo ao esporte (Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006) contém incentivos similares aos da Lei Rouanet. Com a Copa do Mundo de 2014 sendo realizada no Brasil e o Rio de Janeiro sediando as Olimpíadas de 2016, a questão do esporte ganhou mais destaque. Veja a seguir uma parte da lei de incentivo ao esporte.

“Art. 1º. A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e para-desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)”

“A gente não quer só comida; a gente quer comida, diversão e arte”. Refrão da música “Comida”, de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto.

Você já parou para pensar por que os projetos culturais recebem apoio do governo? Afinal, por que isso é tão importante?

A cultura faz parte do patrimônio de um país, de um povo, o que significa que a cultura brasileira também é seu patrimônio. Afinal, desde que nasce, você é herdeiro de uma série de bens culturais, a começar com a própria língua portuguesa e, além dela, de todas as manifestações artísticas e todos os costumes que caracterizam o que significa ser brasileiro. Por causa dessa herança, você pode entender e se divertir com as músicas de que gosta, apreciar e seguir os rituais das suas festividades favoritas etc. Ao fazer essas coisas junto com outros brasileiros, você pode saborear a gostosa sensação de estar entre pessoas que partilham vários aspectos da sua vida com você. Sendo um patrimônio de todos, **a cultura recebe apoio do governo** para que mais pessoas tenham acesso a ela e para que os artistas possam cumprir seu papel adequadamente.

FUNDO NACIONAL DE CULTURA (FNC)

O FNC tem o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais. Veja dois artigos da Lei Rouanet, de nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que explicam o que é o FNC e como ele funciona.

A linguagem de certos textos legais é às vezes meio difícil, mas vale a pena você tentar compreendê-la para que possa aproveitar os benefícios que várias leis trazem para você. Para ajudar na compreensão destes artigos, preparamos umas perguntas e inserimos algumas explicações. Então, vai encarar?

“Art. 6º. O FNC financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do proponente, ainda que pessoa jurídica de direito público, da circunstância de dispor do montante remanescente ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento, através de outra fonte devidamente identificada, exceto quanto aos recursos com destinação especificada na origem.”

Qual é trecho do artigo que determina que quem pede financiamento do FNC deve comprovar que tem como pagar o valor não financiado do projeto?

Resposta: “mediante comprovação (...) da circunstância de dispor do montante remanescente”. “Montante remanescente” quer dizer “dinheiro que ainda falta ser pago”, no caso, 20% do valor total do projeto.

O FNC financia até 80% do custo total de cada projeto. Isso quer dizer que ele “doa” ou que “empresta”?

Resposta: “empresta”, porque financiamentos precisam ser pagos de volta.

“Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art. 5o, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)”

Você diria que “pessoas físicas” é um termo que se refere a pessoas comuns e que “pessoas jurídicas” é o termo que se refere a empresas ou vice-versa?

Resposta: “pessoas físicas” se refere a pessoas comuns e “pessoas jurídicas” se refere a empresas.

Afinal, essa lei foi escrita em 1991 ou em 1999?

Resposta: A lei 8.313 foi originalmente escrita em 1991, mas este artigo foi modificado por outra lei, em 1999. Muitas leis vão tendo seus artigos reescritos ou até mesmo revogados ao longo do tempo.

MEU BICHO- PAPÃO NUNCA FOI INFLAÇÃO

REVISTA
O SEU DOMINGO

AINDA
E

AINDA EXISTE UM CHOQUE DE GERAÇÕES?

Mães e filhas que dividem o armário e usam as mesmas roupas. Pais mais compreensivos. Avôs e avós que vão à academia e navegam na internet com facilidade. O perfil das gerações está mudando. Terceira idade não é mais sinônimo de aposentadoria, pois muitos homens e mulheres com mais de 60 continuam produzindo.

A revista *O Seu Domingo* colocou três gerações de uma mesma família para conversarem e descobrirem o que eles têm em comum e quais são suas maiores diferenças.

Mauro, o avô de 75 anos, Marcílio, de 46 anos, e Guto, de 16, moram todos na mesma casa.

MEDO DE INFLAÇÃO?

— Eu tenho medo que acabe a água do planeta, meu avô tem medo da volta da **inflação** – diz Guto.

— Esse meu neto pega no meu pé por causa disso – ri Seu Mauro. — Mas ele não viveu a época em que a inflação chegava a 50% ao mês. O refrigerante custava CR\$ 1,00 num mês e CR\$ 1,50 no mês seguinte. Foi quase uma **hiperinflação**. Nossa, eu passei por tantas **moedas diferentes**. A gente gastava dinheiro que não acabava mais para comprar umas coisinhas. Era monte de cruzeiro pra cá, monte de cruzeiro para lá.

— É verdade, filho. Eu me lembro bem dessa época. O dinheiro perdia valor a cada dia, parecia que não valia nada. Não dava para trabalhar assim. Fazer orçamento, previsão, nada. Eu tinha uma loja, mas não podia simplesmente **repassar os aumentos** para os clientes. Não dava para ir aumentando os preços à vontade, senão os clientes não conseguiam pagar. E se eles não compravam, eu não vendia, certo? — diz Marcílio. — Além disso, todo mês a gente ficava **mais pobre**. Ora, se os preços das coisas aumentavam e os salários não aumentavam, a gente comprava cada vez menos com o que ganhava.

HO PAPÃO
INFLAÇÃO

INFLAÇÃO

Uma passagem de ônibus, um lanche, um quilo de feijão não custam hoje o mesmo que custavam cinco anos atrás. Em 1994, uma latinha de refrigerante custava R\$ 1,00, enquanto hoje, em muitos lugares, ela custa R\$ 2,00. Se com R\$ 10,00 em 1994 você comprava dez latinhas de refrigerante, hoje compra cinco. Se isso tivesse acontecido só com o refrigerante, o problema seria dos consumidores da bebida, mas aconteceu com refrigerante, feijão, ônibus, lanches etc. Ou seja, o aumento de preços foi geral, afetou vários produtos.

O aumento contínuo e generalizado dos preços tem um nome: inflação. Como o nome diz, os preços dos produtos estão inflados.

HIPERINFLAÇÃO

Nos anos 1980 e início dos anos 1990, a inflação era um problema sério no Brasil: em alguns meses, passava de 50%. Isso quer dizer que, se ainda fosse assim, no mês passado uma garrafinha de água que custasse R\$ 1,00 poderia estar custando R\$ 1,50 este mês. Um ano depois, já custaria R\$ 130,00. Em agosto de 1993, a moeda passou a ser o Cruzeiro Real, substituída pelo Real em julho de 1994. Uma unidade monetária em agosto de 1993 equivaleria a 126 unidades monetárias em agosto de 2013! Já imaginou uma coisa dessas?



Em uma hiperinflação, a perda do poder de compra é tão grande, que as pessoas procuram não ficar com dinheiro na mão, nem mesmo por poucos dias. Os preços aumentam tanto e tão rapidamente, que assim que as pessoas recebem seu dinheiro, elas correm para comprar produtos e fazer estoques antes que não consigam comprar mais nada.

O caso mais conhecido de hiperinflação na História aconteceu na Alemanha logo após a Primeira Guerra Mundial, chegando ao incrível valor de um trilhão por cento, entre agosto de 1922 e novembro de 1923, causando uma crise econômica gigantesca. Muitos historiadores apontam essa crise como um grande motivador da ascensão do nazismo de Hitler. Depois da criação do Euro e do Banco Central Europeu, as taxas alemãs de inflação estão entre as menores do mundo.

MAIS POBRE

A inflação afeta toda a economia do país, empobrecendo a população em geral. A moeda perde seu poder de compra, enfraquecendo-se continuamente. **A inflação faz com que se compre menos produtos hoje com a mesma quantidade de dinheiro de antes.** Se a receita (salário, aposentadoria, pensão, comissão de vendas etc.) não acompanha esse aumento de preços, compram-se menos coisas do que no ano anterior. É óbvio: se os preços sobem e o quanto sua família ganha não sobe (ou o que você ganha sobe menos que os preços em geral), vocês podem comprar cada vez menos, ou seja, empobrecem. Daí a expressão poder aquisitivo ou poder de compra, que significa que você consegue comprar as coisas. **Se o salário não acompanha a inflação, o poder de compra cai.**

Lembra o exemplo do refrigerante? Se o preço dele dobrou de 1994 para 2009, a sua receita (o dinheiro que você ganha) tem que acompanhar o aumento, ou você terá que se conformar em beber menos refrigerante.



REPASSAR OS AUMENTOS

Para qualquer pessoa ou família poder planejar o seu orçamento familiar é necessário conhecer os índices de inflação. Se a sua família trabalha com vendas, também é preciso entender sobre inflação para poder ajustar os preços dos produtos ou serviços que vocês vendem.

A inflação é medida através de um “índice de inflação”, um número expresso em porcentagem, que mostra como os preços variaram entre duas determinadas datas. Os índices que medem a inflação são como termômetros para a febre.

Existem diferentes índices de inflação, mas todos eles se relacionam aos preços de uma cesta de produtos, obtendo-se uma média que dá uma visão de como os preços se comportaram em um determinado período. Ou seja, é escolhido um conjunto de produtos e os pesquisadores avaliam se os preços deles subiram ou desceram ao longo do mês, do trimestre, do ano, da década etc. Por exemplo, imagine um índice A, calculado a partir de uma cesta de produtos:

- » Preço da cesta de produtos no ano de 2000: R\$ 100,00
- » Preço da cesta com os mesmos produtos em 2009: R\$ 120,00

Inflação segundo o índice A: $(120 - 100)/100 = 20\%$. Isso quer dizer que os preços dos produtos da cesta subiram em média 20% entre 2000 e 2009. Tradução: há itens que subiram mais de 20% enquanto outros subiram menos. Alguns podem até ter caído. Mas, se calcularmos a média dos preços da cesta entre 2000 e 2009, essa média terá subido 20%.

E o “repasso”? Repasse quer dizer que um aumento de custo vai se transformar em aumento de preço. Por exemplo, o aumento do trigo vai ser repassado ao preço do pão francês.

PASSEI POR TANTA MOEDA

Muita gente acha (você também?) que se um país precisa de mais dinheiro, basta imprimir mais “cédulas” (notas de dinheiro). Mas acontece que a inflação está relacionada ao volume de moeda em circulação, isto é, à quantidade de moeda disponível para as pessoas (cédulas, papel, dinheiro no banco). Se o Banco Central – órgão do governo responsável pelo controle do dinheiro em circulação – permite que o volume de dinheiro disponível aumente, os preços começam a subir.

A razão é simples: se há mais dinheiro no bolso das pessoas, as empresas, as lojas, os supermercados percebem que podem cobrar um pouco mais por cada item vendido sem perder compradores.

MOEDAS EMITIDAS PELO BANCO CENTRAL



CRUZEIRO Cr\$
01/11/1942 A 12/02/1967



CRUZEIRO NOVO NCr\$
13/02/1967 A 14/05/1970



CRUZEIRO Cr\$
15/05/1970 A 27/02/1986



CRUZADO Cz\$
28/02/1986 A 15/01/1989



CRUZADO NOVO NCz\$
16/01/1989 A 15/03/1990



CRUZEIRO Cr\$
16/03/1990 A 31/07/1993



CRUZEIRO REAL CR\$
01/08/1993 A 30/06/1994

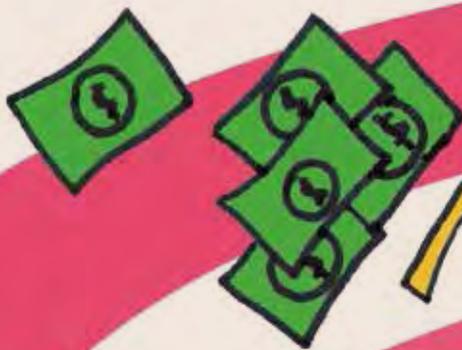


REAL R\$
01/07/1994

NÃO DAVA PARA TRABALHAR ASSIM

Se a inflação cresce demais, a moeda perde o valor e o país perde credibilidade, ninguém confia mais em sua moeda, as pessoas empobrecem. É por isso que o combate à inflação é tão importante.

Hoje, no Brasil, **o governo tem metas para a inflação** que são estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é quem formula a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade dos preços e o desenvolvimento econômico e social do País. O governo então assume o compromisso de evitar a inflação. Para 2013, 2014 e 2015 a meta foi estabelecida em 4,5% ao ano, podendo oscilar em dois pontos percentuais para menos ou para mais, ou seja, 2,5% ou 6,5%. Para cumprir a meta, o Banco Central precisou controlar o volume de moeda em circulação, aumentando ou diminuindo esse volume por meio de recursos legais dos quais dispõe, entre outros instrumentos de controle de inflação.



OS “MILIONÁRIOS” QUE ERAM POBRES

Do final dos anos 1980 até 1994, os brasileiros sofreram com taxas de inflação muito altas. A incerteza era enorme mesmo a curto prazo: os preços subiam toda semana, quando não, todos os dias. Todos reclamavam. Contudo, apesar de fazer várias tentativas com diversos planos econômicos, os diferentes governos não conseguiam reduzi-la. Por que isso acontecia?

Certamente havia razões econômicas para isso, mas parece que também existiu, por mais estranho que pareça, uma espécie de acomodação e de tolerância à medida que as pessoas aprendiam a conviver com a inflação.

Algumas pessoas tinham salários de milhões de cruzeiros, o que lhes dava a impressão de terem mais dinheiro do que realmente tinham. Isso era um tipo de ILUSÃO MONETÁRIA. De que adiantava ganhar um milhão de cruzeiros, se isso mal conseguia sustentar uma família com produtos básicos?



SUPERVISORES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

As sociedades modernas foram ficando cada vez mais complexas em todos os sentidos. Financeiramente falando, houve um tempo em que as pessoas que precisavam de dinheiro pediam a alguém e depois, como não havia regras previamente combinadas entre todo mundo, vinham as confusões. Aos poucos, as leis foram surgindo e as coisas foram se arrumando, mas como agora já são milhões e milhões de pessoas que precisam se entender nas questões da vida financeira, cada país criou seu próprio sistema de organização financeira.

No Brasil, o sistema financeiro possui quatro órgãos para “supervisionar”, ou seja, para ficar de olho nas quatro grandes áreas da vida financeira nacional: bancos e instituições financeiras, mercado de valores mobiliários (bolsas de valores), seguros, previdência complementar e capitalização. Com isso, o governo esclarece como as coisas devem ser feitas e protege os cidadãos contra irregularidades de instituições que cuidam do nosso dinheiro, da nossa aposentadoria etc.

Com tantas questões a serem compreendidas e resolvidas na vida financeira, é inevitável que as dúvidas apareçam. Veja se sua dúvida é alguma das que apresentamos nesta Seção de Cartas de uma revista. Se não for, busque informações nos sites dos órgãos Supervisores do Sistema Financeiro Nacional (**SFN**) citados aqui.

PERGUNTE AOS ESPECIALISTAS

ABRINDO O MEU PRÓPRIO NEGÓCIO

DÚVIDA: Meu maior sonho sempre foi ter meu próprio negócio, e chegou a hora de torná-lo realidade. Mas confesso que achei que fosse mais fácil. Estou encontrando muitas dificuldades. Fui orientada a fazer um plano de negócios para conseguir financiamento, já que eu não tenho dinheiro suficiente guardado. Mas não consegui entender muito bem. É uma boa alternativa? Como funciona? (Vanessa Magalhães, por e-mail)

ESPECIALISTA: Vanessa, todas as pessoas têm sonhos, projetos que desejam realizar, mas nem sempre têm o dinheiro necessário. Justamente para resolver esses problemas, facilitando a vida de poupadores (quem está com dinheiro disponível) e tomadores (quem está com dinheiro faltando), surgiu a atividade de intermediação financeira feita pelo mercado financeiro. Sugiro que você procure um banco de sua confiança ou uma cooperativa de crédito e se informe sobre as condições de financiamento no seu caso.

BANCO

Os bancos comerciais são os bancos mais conhecidos pelas pessoas em geral. Prestam serviços como pagamentos de cheques, cobranças, recebem impostos e tarifas públicas, conta poupança, recebem depósitos à vista, fundos de investimento, contas-salário para pagamento de funcionários, fornecem crédito (empréstimos pessoais ou financiamento de bens) normalmente de curto prazo para pessoas físicas e empresas. Enfim, são os bancos com os quais a maioria das pessoas está acostumada a lidar.



UM BANCO DIFERENTE?

DÚVIDA: O que faz exatamente o Banco Central? Ele é diferente dos outros bancos? (César Santos, por e-mail)

ESPECIALISTA: César, o Banco Central do Brasil (BCB) não é um banco comercial como os outros, ou seja, não oferece empréstimos ou financiamentos diretamente às pessoas. O Banco Central se relaciona diretamente com as instituições por ele reguladas e supervisionadas.

O BCB faz muitas coisas: fiscaliza e disciplina o mercado financeiro, define regras, limites e condutas das instituições financeiras, incluindo normas relacionadas às tarifas que um banco pode cobrar e aos serviços que devem ser gratuitos.

Além disso, empresta dinheiro aos bancos comerciais quando eles o necessitam, faz a gestão da política monetária do governo, centraliza as transferências financeiras entre o Brasil e o exterior e também é o banco do governo no gerenciamento da dívida pública interna e externa. O Banco Central define e controla a quantidade de moeda em circulação na economia, mas a impressão é feita pela Casa da Moeda, que funciona como uma espécie de gráfica da autoridade monetária. Agora você sabe quem imprime as cédulas e moedas de dinheiro que estão na sua carteira!

A atuação do Banco Central com relação às reclamações e denúncias tem por foco verificar o cumprimento das normas específicas de sua competência, para que as instituições supervisionadas atuem em conformidade às leis e à regulamentação. Para a solução de casos individuais, o cidadão deve procurar a própria instituição que lhe prestou o serviço ou comercializou o produto financeiro. Se as tentativas de solução por meio da agência ou posto de atendimento ou ainda dos serviços telefônicos ou eletrônicos de atendimento ao consumidor não apresentarem resultado, o cidadão deve procurar a ouvidoria da instituição financeira. Caso não tenha sucesso, denuncie ao Banco Central e aos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Visite o site do Banco Central: www.bcb.gov.br

A UNIÃO FAZ A FORÇA!

DÚVIDA: Um vizinho que é pescador me contou que ele e seus colegas de trabalho montaram uma cooperativa de crédito. O que é isso exatamente? Marília (por e-mail)

ESPECIALISTA: Em 2009, uma instituição financeira situada no Amazonas deu início a um projeto inovador que atenderia agricultores, pescadores e artesãos de Benjamin Constant e Atalaia do Norte, regiões de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. A expectativa era a de que cerca de 50 agricultores se tornassem sócios logo no primeiro mês e, como benefícios, eles teriam acesso a um crédito rural oficial para investimentos e custo de produção, seguros, cartão de crédito e cheques através de um acordo com o Banco do Brasil. As taxas de juros seriam mais baixas que as usadas normalmente no mercado e, com isso, os agricultores teriam a oportunidade de impulsionar seus pequenos e médios negócios de forma coletiva. A iniciativa foi bastante aproveitada pelos associados e hoje eles fazem parte de uma “cooperativa de crédito”.

As cooperativas de crédito são formadas por associados que contribuem para sua constituição e que recebem dela empréstimos e outros serviços financeiros em condições mais vantajosas do que as normalmente encontradas no mercado. Os associados podem ser funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, profissionais de determinado setor ou empresários.

O BCB é o órgão responsável pela supervisão das cooperativas de crédito. Assim, visite o site do Banco Central: www.bcb.gov.br, para consultar informações sobre esse tipo de instituição.

SEGURO INSEGURO?

DÚVIDA: Eu fiz um contrato de seguro contra acidentes e me deram várias garantias. Porém, no mês passado, sofri um acidente de carro e a seguradora apresentou vários entraves para me pagar. Quais são os meus direitos? Jorge (por carta).

ESPECIALISTA: Você tem o direito de receber o Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) independentemente de quem seja o culpado pelo acidente? É o tal “seguro obrigatório” que todos os donos de veículos têm de pagar anualmente.

Com relação à sua pergunta, você deve consultar as condições da sua apólice para conferir as coberturas que contratou, verificando também a lista de riscos excluídos. Em seguida entre em contato com a ouvidoria da seguradora, e caso não resolva, contacte a SUSEP para esclarecer a dúvida.

A **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)** é o órgão responsável pelo controle e pela fiscalização dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro. Ela faz parte do Sistema Nacional de Seguros Privados. Você já deve ter ouvido falar em seguro de vida, seguro de carro, seguro residencial etc. A **SUSEP** é quem fiscaliza as empresas que oferecem seguros.

Para saber mais visite o site: www.susep.gov.br



A CRISE DOS 40!

DÚVIDA: Fiz 40 anos e essa história de crise dos 40 é mesmo verdade. A boa notícia é que como dizem que estou na “meia-idade”, eu devo viver até 80. Eu já contribuo para o **fundo de pensão** da minha empresa, mas conversando com amigos, me pareceu interessante fazer outros investimentos além da poupança, como em fundos de renda fixa ou de ações.

Por falar em ações, eu sou meio desconfiada porque investir em bolsa é para colher em longo prazo. Mas como tenho um horizonte de 40 anos pela frente decidi investir em ações. Queria saber mais sobre o mercado de ações e sobre a **CVM**.



ESPECIALISTA: É importante alertar que aplicações no mercado de valores mobiliários se constituem em investimentos de risco, onde não há garantia de rentabilidade. As ações correspondem a uma parte do capital da empresa, do seu valor, equivalendo a uma parcela de propriedade. Assim, ao comprar ações você não está emprestando dinheiro para a empresa e sim se tornando proprietário dela, no percentual investido, estará se tornando um acionista da companhia. Isso quer dizer que comprando uma ação você pode se tornar sócia da empresa em que trabalha, ou do banco onde tem conta corrente, da cadeia de lojas em que você compra suas roupas, da empresa que produz o leite que você bebe, e por aí afora. Por isso, os acionistas recebem dividendo, um valor que corresponde a parte do lucro da empresa que é para eles distribuída.

Logo, é importante que, antes de efetuar sua aplicação, você verifique a empresa na qual está investindo, por meio dos dados econômicos e financeiros divulgados pela mesma, tornando-se conhecedor dos riscos envolvidos no investimento.

As ações das empresas são negociadas em Bolsa de Valores, que divulga os preços das cotações nos jornais de grande circulação.

É importante verificar, também, se a empresa está autorizada a captar recursos junto ao público, evitando ser vítima de golpes. No site da CVM (www.cvm.gov.br) é possível ter acesso à lista de companhias credenciadas e acompanhar as informações divulgadas periodicamente, mas também de forma eventual (como o anúncio de uma nova descoberta que possa afetar o preço da ação da empresa, sendo de interesse de todos os investidores).

Para aprender mais sobre esse mercado, acesse o Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br), onde encontrará informações básicas sobre o mercado, assim como terá acesso a histórias interativas e desafios para testar os seus conhecimentos.

Você também está correta no seu entendimento de que os investimentos em ações são de longo prazo, mas, podem ser bem compensadores (embora ninguém possa garantir que você não terá prejuízo no seu investimento). Além dos dividendos, os investidores em ações também ganham dinheiro pela valorização delas. Ou seja, você compra por um valor e vende por um valor maior no futuro. Sendo um investimento que implica em maiores riscos será necessário ter paciência para obter maior retorno. Para você ter uma ideia de como se deve avaliar o investimento em bolsa, e necessário ter em mente a expectativa de retorno a longo prazo, conforme podemos constatar a seguir: nos últimos 10 (dez) anos o retorno nominal em ações medido pela variação do IBOVESPA foi de 440,91% contra uma inflação de 98,67%; nos últimos 5 anos a variação do IBOVESPA foi negativa de 4,59% contra uma inflação de 37,71% e no último ano (2012 em relação a 2011) o IBOVESPA apresentou variação positiva de 7,40% contra uma inflação de 12,70%, ou seja, o rendimento em ações se verificou no longo prazo.

Quando uma empresa emite ações (novas) e vende aos investidores, essa é uma oferta feita no que se chama de “mercado primário”. Com isso, ela capta recursos junto ao público para desenvolver suas atividades e, por essa razão, ela deve divulgar os seus planos para o futuro, os riscos envolvidos e como pretende aplicar os recursos, para que os investidores possam decidir se desejam se tornar sócios desse empreendimento. Todas essas informações, entre outras exigidas pela CVM, são colocadas no prospecto. Posteriormente, as pessoas podem negociar ações entre si nas Bolsas de Valores, vendendo

ou comprando ações já emitidas, em que o dinheiro passa de um investidor (comprador) para o outro (vendedor). Esse é o “mercado secundário” de ações. Quem garante que essas transações corram bem e que os pequenos investidores não sejam prejudicados, zelando pela transparência das negociações é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A **Comissão de Valores Mobiliários – CVM** é uma autarquia responsável pela fiscalização do mercado de valores mobiliários. Ela tem por missão desenvolver e regular o mercado de valores mobiliários, garantindo que os investidores tenham acesso a boa informação para que, com base nas mesmas, possam realizar suas transações com segurança. Para saber mais: www.cvm.gov.br



FUNDOS DE PENSÃO

Diversas empresas, públicas e privadas, e organizações representativas de classe, possuem fundos de pensão para complementar a aposentadoria de seus funcionários ou associados. Somente os funcionários das empresas, ou grupo de empresas, ou ainda associados das organizações representativas podem aderir a esses fundos de pensão. No Brasil isso não é pouca coisa! O Sistema de previdência complementar do Brasil é o oitavo maior do mundo, com patrimônio aproximado de 670 bilhões de reais, administrados por cerca de 320 entidades fechadas de previdência complementar, do qual se beneficiam mais de 3 milhões de brasileiros, segundo dados de 2013. É muita gente!

A **superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)** é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável pela supervisão e fiscalização dos fundos de pensão. O órgão normativo do sistema de previdência complementar fechada é o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). A PREVIC, portanto, supervisiona, orienta e fiscaliza as atividades das entidades fechadas de previdência complementar. Afinal, estamos falando da aposentadoria de milhões de pessoas. Para saber mais: <http://www.previdencia.gov.br/previc/>



A PREVIC se chamava SPC (Secretaria de Previdência Complementar) até 2009 e, por esse motivo, você ainda poderá esbarrar com a sigla SPC em diversos locais, eventualmente, até mesmo dentro de certos sites.

Existem também as empresas de previdência complementar aberta, que são aquelas abertas a pessoas em geral que desejem investir para complementar sua aposentadoria pública. Você investe por muitos anos para garantir o seu bem-estar quando se aposentar, e é melhor que haja alguém de olho para que você não seja enganado ou prejudicado com uma falência, não é mesmo? Pois é, é isso o que a **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)** também faz. Para saber mais: www.susep.gov.br



POR ONDE COMEÇO?

DÚVIDA: Fala, professor. Eu recebi uma grana de herança da minha avó e estou pensando em investir para no futuro ter o meu próprio negócio. Um amigo me falou de um **clube de investimentos** e outro de **fundo de investimentos**. Qual é a diferença entre os dois? Qual é o melhor? (Mateus, por e-mail).

ESPECIALISTA: Estamos falando de duas alternativas diferentes para investir a sua herança e a poupança que você fizer daqui pra frente. A melhor opção para você será a mais adequada ao seu perfil de investidor e seus projetos de vida. Veja as características desses investimentos, mas não esqueça de que a escolha é sua!

Os **clubes de investimentos** são associações de pessoas, um clube mesmo, que se reúnem para investir em ações, podendo ser administrado por uma corretora (ou por distribuidora ou banco de investimento). Você pode chamar amigos, pessoas da família ou outras pessoas com as quais você tenha algum vínculo (colegas de trabalho) ou objetivos em comum (aposentados, professores etc.). Se ele for administrado por uma corretora de valores, ela cuidará de preparar a

documentação necessária e fazer todos os registros legais. Um dos documentos a ser preparado é o regulamento, que estabelecerá as regras de funcionamento do clube e deve ser aprovado pelos cotistas em assembleia geral (a assembleia define as regras e também acompanha como o dinheiro está sendo administrado). Os Clubes de Investimento investem principalmente em ações e debêntures conversíveis em ações, que são títulos representativos de empréstimos, feitos por particulares às empresas, que poderão ser convertidos em participações acionárias.

Mesmo quando o clube é administrado por uma corretora, os seus integrantes podem decidir que a gestão dos recursos (quem toma as decisões de compra e de venda de ações etc.) seja de um dos cotistas (desde que ele não seja remunerado por isso, já que para fazer isso profissionalmente, ou seja, ganhando dinheiro por esse trabalho, é necessário ter autorização da CVM). Também é comum que o clube se reúna periodicamente para discutir as estratégias de investimento, permitindo uma participação mais ativa na administração dos recursos comuns. Por essa razão, os clubes de investimento podem ser vistos também como uma boa forma de aprendizado sobre o mercado de ações. Os clubes são registrados na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) e fiscalizados por ela e pela CVM.

Os **fundos de investimento, outra alternativa de investimento coletivo**, são uma modalidade de aplicação de recursos financeiros em que diversos investidores são reunidos e adquirem cotas representativas de diferentes tipos de ativos, sob a administração de uma instituição financeira, que realizará uma série de atividades operacionais. Essa entidade também poderá gerir os recursos dos investidores (Gestão da Carteira) ou terceirizar essa atividade, mas, nesse caso contratando uma pessoa credenciada pela CVM.

Esses ativos são: títulos públicos ou privados, ações, commodities, moedas estrangeiras etc. Os fundos podem se especializar em algum desses ativos ou combiná-los em diferentes proporções. Por exemplo, um fundo pode aplicar os recursos depositados por seus cotistas em títulos públicos (renda fixa) e ações de empresas (renda variável) em proporções de 70% e 30%, respectivamente. Outro fundo pode oferecer as mesmas aplicações, mas com proporções opostas, de 30% e 70%. Cada investidor deve procurar o fundo cuja carteira (estrutura de aplicação) seja mais condizente com seu perfil.

Assim como os clubes, os fundos têm na assembleia geral o principal fórum de decisões e são regidos por um regulamento. Eles também possuem um prospecto que fica disponível para os investidores, com informações sobre a política de investimento, despesas e riscos envolvidos, para ajudá-los a se decidirem.

É como um condomínio:

- » cada morador (cotista) é dono de um apartamento (cota);
- » o prédio (fundo) tem um administrador (administrador do fundo) que é responsável por seguir as regras da convenção de condomínio (regulamento do fundo), aprovada pelos moradores em assembleia de moradores (assembleia geral de cotistas) e manter os moradores informados da sua administração;
- » o administrador contrata os serviços necessários (gestão, controle, consultoria etc.) para manter o prédio funcionando em boa ordem e os custos são rateados entre os moradores, que pagam a contribuição de condomínio (taxa de administração de um fundo); e
- » quem se torna morador do prédio (investidor, cotista) adere às regras de funcionamento (regulamento do fundo) e passa a ter voz na administração, podendo votar nas reuniões de condomínio, inclusive para mudar as regras e substituir o administrador.

Mas atenção, tome cuidado com golpes em clubes e fundos não autorizados. Invista apenas naqueles registrados na Bolsa (Clubes de Investimento) e na CVM (Fundos de Investimento). Se tiver dúvida, consulte essas entidades e se encontrar alguma oferta não autorizada, denuncie à CVM.

FALANDO
“ECONOMÊS”

DO YOU SPEAK
ENGLISH?

日本語を話しますか。

E “ECONOMÊS”,
VOCÊ FALA?

Tem gente que olha o caderno de Economia do jornal e pensa que está tudo escrito em japonês, que nunca vai conseguir entender o que está escrito ali. Calma, é possível entender, sim. Quer ver? Imagine que saiu o seguinte artigo no caderno de Economia do jornal que você lê:

“A ECONOMIA BRASILEIRA RETOMOU O CRESCIMENTO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DE POBREZA NO BRASIL”.

Em 2012, o **PIB** do Brasil nos colocou como a 7ª economia do mundo, com um **PIB per capita** superior ao da China. Isso porque, apesar de a China ter um **PIB** maior que o nosso, tem também uma população oito vezes maior. Outra boa notícia é que a concentração de renda vem diminuindo em nosso país nas últimas décadas.

A **taxa de crescimento do PIB** brasileiro se acelerou, contribuindo para reduzir a pobreza em nosso país.

Na verdade, o tamanho da nossa economia pode ser ainda maior, porque **empresas e profissionais informais** não entram nos cálculos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – para o PIB. Essa economia informal pode ser maior do que se imagina. Imagine os ganhos para o país se esse pessoal fizesse parte da economia formal.

Programas sociais, contribuem para reduzir a pobreza, mas a maioria dos especialistas concorda que investimentos maciços em educação são vitais para o desenvolvimento sustentável.

De um modo geral, é possível entender a ideia central do artigo. Alguns termos você pode desconhecer ainda, mas até o final deste livro, você já vai estar conhecendo cada um deles. Por enquanto vamos lhe ajudar com um tradutor de “economês”.



PIB

PIB (Produto Interno Bruto) – É a soma de tudo o que se produz no país. O PIB é a medida do tamanho de uma economia, ou seja, **quanto mais se produz num país, maior o PIB.**

O maior PIB do mundo em 2012 foi o dos Estados Unidos. Naquele ano, a economia americana produziu em bens e serviços o equivalente a US\$ 15,7 trilhões. O PIB do Brasil foi o 7º colocado nesse ranking. Em 2012, produzimos aproximadamente US\$ 2,4 trilhões.

Agora, uma pergunta: se o PIB é a soma de tudo o que se produz, não deveríamos estar falando de toneladas, metros cúbicos, litros, enfim, de unidades que representam volumes de produção, como toneladas de aço ou trigo, número de aviões produzidos etc.? **Por que o PIB é expresso em reais ou em dólares?**

A resposta é que não existe outra maneira de se somar bens e serviços tão diferentes entre si, como toneladas de aço, barris de petróleo e horas de aula na escola. A saída é atribuir valores a todos os itens que fazem parte do PIB e depois somar.

The background of the page is a light beige color. It is filled with a dense pattern of simple, black-and-white line drawings of human faces of various ages, genders, and expressions. Interspersed among these faces are several dollar signs (\$). The overall style is that of a hand-drawn illustration.

PIB PER CAPITA

O PIB “per capita” (se pronuncia “cápita”; “per capita” quer dizer “por cabeça”, ou seja, por pessoa) é o resultado da divisão do PIB pelo número de habitantes do país e dá uma medida do grau de desenvolvimento do país.

O PIB per capita equivale à renda per capita, o que dá uma ideia de qual PODERIA ser o ganho médio de cada indivíduo da população. Mas, é claro que nem todos ganham a mesma coisa. Muitos nem trabalham, como a maioria das crianças e das pessoas mais velhas. Pode haver também grandes distorções na distribuição de renda, concentrada nas mãos de poucos. Isso quer dizer que **poucas pessoas podem ser donas da maior parte da renda do país, sobrando pouco para as muitas outras**. Na Arábia Saudita, por exemplo, a renda média é equivalente à de países desenvolvidos do Mediterrâneo, mas um pequeno número de famílias recebe em conjunto 90% das remunerações. São as donas dos poços de petróleo.

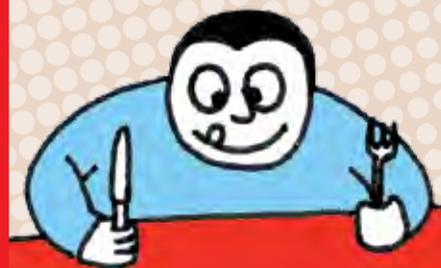
CONCENTRAÇÃO DE RENDA

No Brasil, o economista Edmar Bacha criou, em 1974, o termo “Belíndia” para se referir a um país fictício em que uma minoria viveria tão bem como na Bélgica, enquanto uma imensa maioria seria tão pobre quanto à Índia da época, devido à má distribuição de renda. Esse quadro ruim vem melhorando aos poucos desde os anos 1990, quando a inflação foi contida. Além disso, os programas de renda mínima, a retomada do crescimento econômico e a taxa de desemprego relativamente baixa têm também contribuído para esta desconcentração de renda.

Há muita coisa ainda a ser feita para melhorar o problema social de concentração de renda.

Para se ter uma ideia de como a renda é concentrada, imaginemos o seguinte: vamos colocar toda a população do país numa espécie de fila, em ordem decrescente de renda. Em seguida, vamos dividir essa fila em 100 grupos, com o mesmo número de pessoas. Ou seja, se dividimos os brasileiros em 100 grupos, cada grupo conteria 1% da população. O primeiro grupo teria as pessoas (e suas famílias) mais ricas do país, enquanto o centésimo grupo seria formado pelas mais pobres. Pois bem, esse cálculo é feito todo ano pelo IBGE, em suas pesquisas sociais (PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). É importante informar que, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 o Brasil atingiu sua menor desigualdade de renda em trinta anos. Porém, mais de 40% do rendimento ainda são concentrados nos 10% da população com renda mais elevada, lembrou a gerente da PNAD.

Em 2011, o Brasil apresentou uma população aproximada de 192 milhões de habitantes, logo, 19,2 milhões de brasileiros eram detentores dessa fatia mais elevada da renda..



TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

No ano de 2012 o PIB brasileiro fechou com crescimento de apenas 0,9%. Essa é uma medida do desempenho da economia. Normalmente se refere à **taxa de crescimento do PIB, que mostra quanto a renda nacional vem crescendo ao longo do tempo.**

| Grupo | Renda per capita | Renda familiar |
|-----------------------------------|------------------|--------------------|
| Extremamente pobre | Até R\$ 81 | Até R\$ 324 |
| Pobre, mas não extremamente pobre | Até R\$ 162 | Até R\$ 648 |
| Vulnerável | Até R\$ 291 | Até R\$ 1.164 |
| Baixa classe média | Até R\$ 441 | Até R\$ 1.764 |
| Média classe média | Até R\$ 641 | Até R\$ 2.564 |
| Alta classe média | Até R\$ 1.019 | Até R\$ 4.076 |
| Baixa classe alta | Até R\$ 2.480 | Até R\$ 9.920 |
| Alta classe alta | Acima de 2.480 | Acima de R\$ 9.920 |

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para a definição dos oito estratos socioeconômicos. Você já deve ter ouvido falar nas “classes econômicas”. De acordo com a renda mensal da família de cada domicílio, a população é agrupada em classes econômicas. O IBGE, outro órgão de governo, faz pesquisas importantes sobre a população brasileira para orientar as ações do governo. Entre os itens pesquisados está a situação econômica das famílias brasileiras.

Fontes: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)

O principal recurso econômico de que dispõem as pessoas das classes D e E é a sua capacidade de trabalho, que será mais valorizada se a economia crescer. Isto porque, **quando a economia cresce, aumentam as oportunidades de trabalho.** As empresas recebem mais encomendas e, para produzir em maior escala, precisam contratar. Um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostrou que a desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores brasileiros caiu quase 7% entre 2002 e 2008, período no qual o país cresceu bastante. Portanto, o crescimento do país alcança a todos, mas principalmente às pessoas mais pobres.

PROFISSIONAIS E EMPRESAS INFORMAIS

Você já se perguntou por que as mercadorias vendidas em camelô são mais baratas do que as vendidas em loja?

Essas mercadorias não trazem embutidos nos preços os impostos e taxas devidos, nem as despesas de uma loja, tampouco têm garantia legal de troca. Por isso é mais barato.

Trabalhar sem carteira assinada pode até facilitar obter uma ocupação. Por outro lado, dificulta obter crédito e compromete sua aposentadoria se você não contribuir para a Previdência Social. Quem é autônomo também precisa ter um registro de autônomo e pagar impostos.

A economia informal também reduz a arrecadação do governo em impostos e **contribuições previdenciárias**. Com isso, ele tem menos dinheiro para investir em serviços públicos.

PALAVRAS-CHAVE

IBGE – O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi fundado em 1937 com uma missão: identificar e analisar o território, contar a população, mostrar como a economia evolui por meio do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem. Para tanto, este órgão do governo estuda e publica uma série de dados estatísticos sobre diversos aspectos da nossa vida, como população (quantas pessoas há em quais lugares, em que trabalham, como vivem), economia (finanças públicas, PIB e resultados da indústria, agropecuária, comércio, serviços etc.), geociências (recursos naturais, mapas).

Contribuições previdenciárias – São geradas por empregadores e empregados que destinam parte de sua renda ao governo (por meio da Receita Federal do Brasil), para que, quando não possam mais trabalhar (por velhice, doença, invalidez ou por outro motivo), continuem recebendo algum pagamento mensal.

MERCADO



FAZER UMA TROCA

Na história da página anterior, um dos rapazes queria trocar seu casaco pelos óculos escuros do primeiro. Nesse caso, é preciso que haja uma dupla coincidência: o rapaz que tem o óculos se interessa pelo casaco do outro e o rapaz do casaco tem interesse no óculos do primeiro. Sem essa dupla coincidência não ocorre a troca. Porém, a moeda permite que as duas transações ocorram independentemente: os dois produtos podem ser trocados por moeda. Ou seja, o primeiro rapaz pode vender seu casaco e com o dinheiro comprar um óculos escuros em alguma loja ou feira. O segundo rapaz, se o desejar pode fazer o mesmo e vender seus óculos. Mas, onde vender e onde comprar? Como funciona em grande escala, isto é, com milhares ou milhões de pessoas, esse balançamento entre o que alguns querem adquirir e o que outros querem vender?

Nos primórdios da atividade econômica, quando não existia moeda, para obter um bem de que necessitava a pessoa oferecia em troca algo de que dispunha. Processo chamado de **escambo**, ou seja, troca direta de uma mercadoria por outra.

MERCADO

Ainda hoje existem os mercados como locais físicos de encontro para compra e venda, como as feiras livres, mas em economia, mercado normalmente significa o conjunto de compradores e vendedores de um bem ou serviço em uma determinada área. Assim, o mercado de pães da sua cidade é formado por quem vende pão, geralmente padarias e supermercados (oferta), e por quem compra pão, donas de casa, escolas que servem lanche aos seus alunos e funcionários etc. (demanda), no município em que você mora. Atualmente, as transações podem ser feitas até pela internet. O “local” do mercado pode ser virtual.

The background of the page is a repeating pattern of ice cream cones. Each cone has a yellow wafer cone base and a purple scoop of ice cream on top. The cones are arranged in a grid-like pattern, with some overlapping.

DEMANDA

A **demanda** não é apenas o desejo, mas principalmente a intenção de pagar para dispor de um determinado bem ou serviço, como um sorvete ou um corte de cabelo. Ela pode ser influenciada por diferentes fatores como o gosto (gosto não se discute), a renda das pessoas (quanto dinheiro elas têm), suas expectativas (de aumento ou queda de salário) e os preços. Em princípio, se o preço de um produto sobe, as vendas caem, as pessoas deixam de comprar porque não podem pagar, acham caro ou procuram produtos substitutos. Se o cachorro-quente está caro, que tal comprar um hambúrguer? Se o sorvete do José subiu de preço, vou comprar meu sorvete no João. Da mesma forma, se o preço cai, as vendas tendem a subir. Às vezes o que caiu foi o preço de um produto complementar, o que permite criar combinações interessantes. Por exemplo, você pode achar caro pagar R\$ 2,00 por um cachorro-quente, mas, ao mesmo tempo, considerar que R\$ 3,00 por um cachorro-quente e um refrigerante já valem a pena.

OFERTA

A **oferta** é composta pelas pessoas e empresas querendo vender um produto ou serviço por um determinado preço. Em princípio, quando os preços sobem, a oferta aumenta, pois as pessoas se sentem mais motivadas a vender. Além do preço, outras coisas afetam a quantidade oferecida, como os insumos e seus preços (componentes da oferta. A máquina precisa de energia para funcionar, o pipoqueiro precisa de milho etc.), a tecnologia que pode tornar uma produção maior mais fácil (uma nova máquina permite consertar sapatos e bolsas mais rapidamente que antes), as expectativas (se vai chover, as pessoas precisarão de guarda-chuvas. Isso motiva um vendedor de guarda-chuvas a levar seu produto para a praça em quantidade maior do que levaria num dia de sol).



PALAVRA-CHAVE

Insumo: um bem ou serviço utilizado na produção de outro bem ou serviço

LEI DA OFERTA E DA DEMANDA

A lei da oferta e da demanda afirma que toda vez que a demanda fica maior do que a oferta, o preço sobe. Se a demanda supera a oferta, alguém sempre pode se dispor a pagar mais pelo produto, e os preços começam a subir. Ou então o vendedor, percebendo que há muito interesse pelo seu produto, aumenta o preço. É o caso dos sorveteiros num dia de calor. Conforme o preço vai subindo, mais e mais pessoas vão desistindo de comprar. Se o sorveteiro subir demais o preço da casquinha, ele não consegue vender, mesmo com o calor. Depois de algum tempo, oferta e demanda se igualam novamente e o mercado fica equilibrado.

Do mesmo modo, se a oferta fica maior que a demanda, o preço cai. Quando a oferta supera a demanda, significa que existe sobra do produto. No final da feira, os preços diminuem. Há produtos que sobraram e não podem ser guardados porque estragam. É melhor vender a um preço mais baixo do que jogar fora.

MONOPÓLIO

Quando só uma pessoa ou empresa pode fornecer um produto ou serviço, temos a situação de **monopólio**, e ela tem poder sobre os preços das transações. Se uma empresa é a única que fornece televisão a cabo ou banda larga em um local, ela pode subir seus preços até onde as pessoas puderem pagar, porque elas não têm opção. Nesses casos, se diz que a empresa tem poder de mercado. Ela consegue cobrar pelos seus produtos um preço mais alto do que cobraria se tivesse concorrentes. Se um bairro tem apenas uma farmácia, ela pode cobrar mais pelos remédios que vende do que se tivesse uma concorrente no quarteirão ao lado.

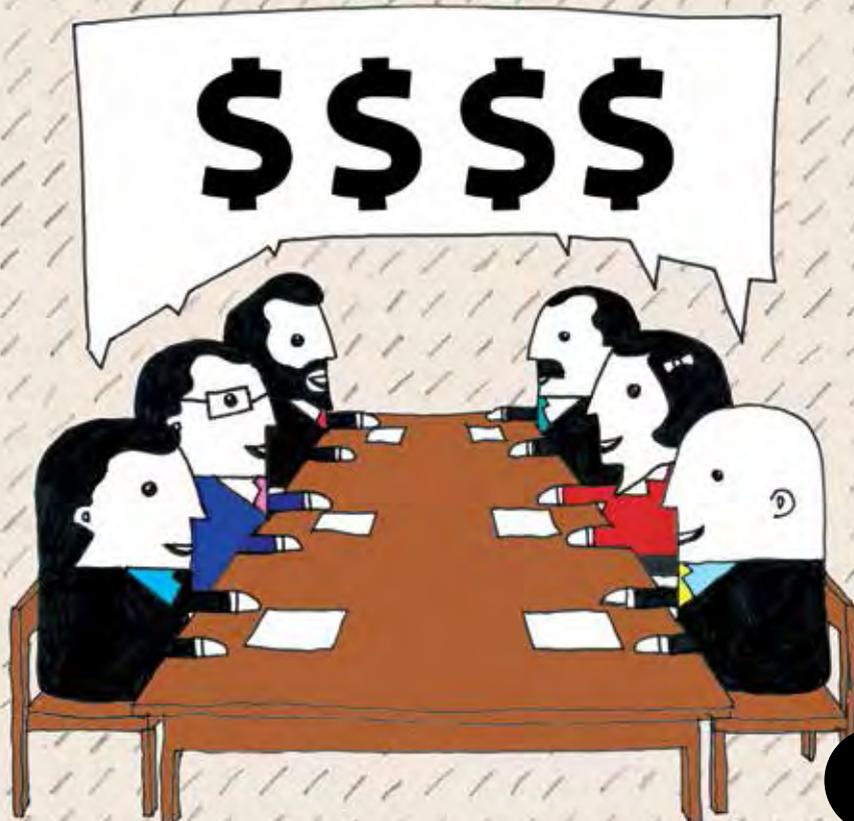
Um **oligopólio** é quando um pequeno grupo de empresas controla a oferta de um bem ou serviço. Não tem o mesmo poder de um monopólio, mas também influencia os preços. Exemplo: um determinado remédio só é fabricado por dois ou três grandes laboratórios farmacêuticos. (Uma saída é o genérico, que aumenta a competição.)

Um **cartel** consiste em um acordo feito entre empresas do mesmo ramo. As empresas que formam o cartel normalmente têm produtos similares e fazem o acordo para coordenar preços, produção, parcelas do mercado, alocação de consumidores, dividir territórios de atuação, acertar quem vencerá quais concorrências públicas para prestar serviços ao governo etc. O objetivo é maximizar os lucros, minimizando a concorrência e impedindo o surgimento de novas empresas do ramo na sua área. A formação dos cartéis prejudica os consumidores e é proibida em alguns países, dentre eles o Brasil, e é fiscalizada pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

ECONOMIA DE MERCADO

No Brasil, e na maioria dos países, a economia é formada por muitos mercados, em que os preços sobem e descem em função da oferta e da demanda. Daí a expressão **economia de mercado**. Mas, no fundo, não existe economia de mercado pura. Em qualquer país, há sempre alguns produtos e serviços ofertados pelo governo. São os bens públicos, como segurança, iluminação e boa parte do ensino básico. As economias em que a produção é feita em vários mercados diferentes, mas há também espaço para a oferta governamental de bens e serviços, chamam-se economias mistas. Um caso extremo, em que o governo controla a oferta de todos os produtos e não há mercados é o das economias centralmente planejadas, que na prática não existem mais.

Nas economias que se organizam a partir de mercados, os preços são sinais que orientam as decisões das pessoas: preços altos estimulam a oferta, fazendo com que os produtores atuais expandam sua produção e até mesmo que outras pessoas queiram passar a ofertar aquele produto ou serviço. Se os preços caem, ocorre o movimento contrário.



PISCA ALERTA

Você já reparou que às vezes parece que todo mundo está fazendo coisas parecidas? Todas as crianças parecem estar brincando das mesmas coisas e vendo os mesmos desenhos, com a clássica divisão de “brinquedo de menino” e “brinquedo de menina”. E aquela música que toca interminavelmente no rádio? O programa de TV a que todo mundo assiste, o novo “point”, lugar badalado, onde “você tem que ir”. E o filme que todo mundo está comentando? Por vezes, quem não acompanha essas ondas sofre. É a pessoa que está por fora, que não está sabendo de nada, é a esquisita.

POR QUE ISSO?

Porque, como um grande grupo de pessoas, o mercado também sofre influências psicológicas, é o caso do COMPORTAMENTO DE MANADA. Isso mesmo, que nem gado. Muitas pessoas tendem a imitar o comportamento umas das outras, **sem pensar muito por que estão fazendo aquilo.** (Rosa é cor de menina porque é, ora. Eu vejo esse programa porque todo mundo vê.)

Por exemplo: moda, lugares badalados, redes sociais (como assim, você não tem Facebook?!) e, também, tipos de gastos e de investimentos. Tem gente que não analisa seu perfil e o dinheiro de que dispõe para decidir onde investir o que poupou, simplesmente imita os outros, segue o que as outras pessoas estão fazendo o que pode ser um erro, pois a situação dela pode ser bem diferente da situação daquela pessoa que ela está imitando.

Existem razões para que isso aconteça:

- » Imitar é o modo mais básico de aprendizagem humana, sempre está presente em nós.
- » As pessoas são gregárias, buscam a companhia dos outros e se sentem mais seguras assim – inclusive para fazer suas escolhas.
- » Muitas pessoas costumam ter a fantasia de que os outros estão em melhor situação do que elas próprias – por isso, deveriam se juntar ao grupo para se dar bem também – “Não posso ficar aqui de fora, como o único otário...” é uma fantasia muito comum.



PREVIDÊNCIA

AGÊNCIAS DE TURISMO CRIAM PACOTES ESPECIAIS PARA A TERCEIRA IDADE

Esqueça o dominó na praça e o tricô. A terceira idade agora tem novos planos: viajar. De olho nessa fatia de mercado, as agências de turismo começaram a criar pacotes especiais para seus clientes. Entre os serviços diferenciados estão programações sem correria, guias especializados e cuidados específicos com a saúde.

Ana Margarida, de 70 anos, garante que essa é a melhor época da sua vida:

— Meus filhos estão criados, estou aposentada, agora é a minha vez de aproveitar. No início minha filha ficou preocupada: “Mãe, como assim você vai para o Chile sozinha, você não fala espanhol, nem inglês, não vai conseguir se virar.” Pois eu fui mesmo assim, em uma excursão especial para a terceira idade, com um guia falando português. Depois que eu mostrei as fotos para minha filha, ela resolveu até fazer uma previdência complementar. Disse que quer fazer a mesma coisa quando se aposentar!

Depois de certa **idade** ou de certo **tempo de contribuição**, o brasileiro pode se aposentar. Imprevistos também acontecem: um acidente pode fazer com que uma pessoa fique incapaz de trabalhar, sendo aposentada por **invalidez**. O maior risco é a incapacidade para o exercício da profissão, geralmente associado à idade.

APOSENTADORIA POR IDADE

Segundo as regras atuais, têm direito a se aposentar por idade os trabalhadores urbanos do sexo masculino a partir dos 65 anos e do sexo feminino a partir dos 60 anos. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos: a partir dos 60 anos, homens, e a partir dos 55 anos, mulheres.

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A aposentadoria por tempo de contribuição pode ser **integral** ou **proporcional**.

Para ter direito à **aposentadoria integral**, o trabalhador homem deve comprovar pelo menos 35 anos de contribuição e a trabalhadora mulher, 30 anos. Os homens podem requerer aposentadoria proporcional aos 53 anos de idade e 30 anos de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para completar 30 anos de contribuição.

Para requerer a **aposentadoria proporcional**, o trabalhador precisa combinar dois requisitos: tempo de contribuição e idade mínima. As mulheres têm direito à proporcional aos 48 anos de idade e 25 anos de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para completar 25 anos de contribuição.

APOSENTADORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS

Os servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112/90, dispõem de regras diferentes de aposentadoria, que incluem não apenas tempo de contribuição e idade, como também tempo de exercício no cargo público. Existe um simulador de aposentadoria de servidor público, cujo manual descreve as regras constitucionais de aposentadoria no serviço público e está disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Simulador/Manual.pdf>

Depois de aposentadas, as pessoas passam a receber uma aposentadoria como receita para cobrir suas despesas. A

partir daí, algumas pessoas param de trabalhar e passam a viver apenas desse dinheiro, outras trabalham apenas o quanto quiserem e somente no que gostam, e ainda existem aquelas que continuam trabalhando normalmente e apenas complementam a renda com o dinheiro da aposentadoria.

A área do governo que garante a renda do contribuinte em caso de velhice, doença, acidente, gravidez, morte e prisão é a **previdência social**. Previdência pública disponível para todos os brasileiros. A previdência social tem como meta garantir que as pessoas em geral tenham aposentadorias que lhes permitam viver com estabilidade e dignidade.

Para poder cobrir essas despesas, o governo cobra contribuições previdenciárias das empresas, dos assalariados e dos profissionais autônomos. No Brasil e na maioria dos países, o pagamento das contribuições previdenciárias pelos que trabalham e empregam é o que financia quem está aposentado pela previdência pública. A lógica do sistema de previdência pública no Brasil e na maioria dos países é que os novos contribuintes financiam os rendimentos dos aposentados. Este é o regime de “repartição”.

Há também o regime de “capitalização”, em que cada um contribui para a previdência ao longo da fase ativa e quando se aposenta, passa a receber em parcelas o montante que acumulou. Esse montante em geral é maior do que a poupança que se fez durante os anos de trabalho. Isso acontece porque os valores são “capitalizados”, isto é, rendem juros ou outras formas de remuneração. Esse é também o princípio da previdência complementar.

Para saber mais:

Visite o site do Ministério da Previdência Social www.previdenciasocial.gov.br

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Para muitas pessoas o dinheiro da aposentadoria pago pela previdência social não é suficiente para ter certo nível de conforto. Uma das maneiras de se conseguir isso é fazer uma **previdência complementar**. A previdência complementar pode ser **aberta**, ou seja, disponível a qualquer pessoa que tenha interesse em participar (o mercado financeiro tem opções assim), ou **fechada**, que inclui tanto aquela que é voltada a empregados quanto a trabalhadores vinculados a alguma entidade representativa, como sindicatos, cooperativas, associações e outras entidades.

A previdência complementar é uma alternativa para completar a aposentadoria da previdência social oferecida pelo governo. Enquanto **a previdência social é pública e obrigatória**, **a previdência complementar é opcional**. A maioria das pessoas que a faz busca uma complementação de renda para garantir seu padrão de vida.

Os recursos efetivamente arrecadados pela previdência pública nem sempre têm sido suficientes para cobrir toda a despesa com benefícios, o que pode tornar necessário que o governo desembolse a diferença. Veja o que aconteceu em 2012:

O INSS arrecadou R\$ 284 bilhões

O INSS pagou em benefícios R\$ 326 bilhões

É só fazer a conta para verificar o tamanho do déficit:

284 bilhões

- 326 bilhões

- 42 bilhões (ou seja, 42 bilhões negativos, que é quanto teve de ser coberto pelo governo).

SONEGAÇÃO

A situação da economia pode auxiliar ou complicar a situação financeira da previdência. Nas fases de recessão, aumenta o desemprego e menos pessoas contribuem para o sistema. Nessas fases, o déficit previdenciário aumenta. A **sonegação** (as pessoas e empresas que deixam de recolher as suas contribuições) **pode ter um relevante papel negativo no comportamento das receitas da previdência.**

Não fica difícil perceber que do jeito que está não dá para continuar e isso afeta você diretamente por dois motivos. A curto prazo porque, segundo o economista Armando Castelar Pinheiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “a conta acaba recaindo sobre os impostos e sobre os investimentos que deixam de ser feitos, além de restrições que são impostas a políticas de salários de pessoal em setores importantes, como educação básica, segurança e saúde”. Ou seja, o governo tem de cobrir o déficit da previdência aumentando impostos e investindo menos em educação, saúde, segurança, transporte. Sobra menos dinheiro para pagar melhor os professores e médicos e para equipar escolas e postos de saúde.

No longo prazo, outro problema que pode surgir: se os seus pais não conseguirem boas aposentadorias, vão depender financeiramente do dinheiro que você conseguir ganhar para poderem sobreviver. Se pensar mais longe ainda e considerar que nada vai mudar, o que será de você quando for velho, ou se sofrer um acidente grave?

BRASIL, UM PAÍS QUE JÁ FOI CONSIDERADO “JOVEM”

Antigamente, os brasileiros não viviam muito, e nasciam muitas pessoas por ano. Por isso, o país era considerado “jovem”: tínhamos muitas pessoas jovens sustentando as aposentadorias de poucos idosos e as contas fechavam com maior facilidade. Quem olhava para a distribuição etária (por idade) da população via uma pirâmide, com uma grande base de jovens e poucos idosos no topo. Só que os tempos mudaram.

SALÁRIO MÍNIMO

★★★★★ • 1^o de maio de 1940

Museu Imperial de Petrópolis – elegância e seriedade

Com pouco mais de um mês de sua inauguração, em 29 de março, o Museu Imperial de Petrópolis já se firma como mais uma opção para abrilhantar a cultura de nosso país. O visitante curioso sobre a história do país não sairá decepcionado de seu passeio.



O exército franco-britânico é derrotado na Noruega, em Lillehammer

O poderio nazista alemão já havia ocupado a Dinamarca e agora se faz presente na Noruega. Apesar das derrotas no mar contra os britânicos, os alemães firmam sua posição na Escandinávia.

Sucesso na inauguração do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho em São Paulo.

O novo estádio municipal teve uma inauguração de grande sucesso no dia 27 de abril, sendo mais um trunfo para o universo desportivo da capital paulista. As atenções se voltam agora para a inauguração do Autódromo de Interlagos no próximo dia 12.



INSTITUÍDOS OS VALORES DO SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo foi instituído no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas, por meio da lei nº 185 de janeiro de 1936 e pelo decreto-lei nº 399 de abril de 1938. Agora seus valores são fixados pelo decreto-lei nº 2.162 e o salário mínimo entra em vigor a partir de 1º de maio de 1940 em todo o país. Atualmente existem 14 valores diferentes para o salário mínimo, tabelados de acordo com uma divisão do país em diferentes regiões e sub-regiões. A relação entre o maior e o menor valor em 1940 é de 2,67. Esses valores serão mantidos por três anos, quando haverá novo reajuste.

A medida gerou controvérsias com economistas afirmando que o salário mínimo poderia gerar desemprego, enquanto outros afirmavam que se tratava de uma questão de distribuição de renda que beneficiaria o país como um todo. O tempo diria.

415-777-1111 46e

SALÁRIO MÍNIMO

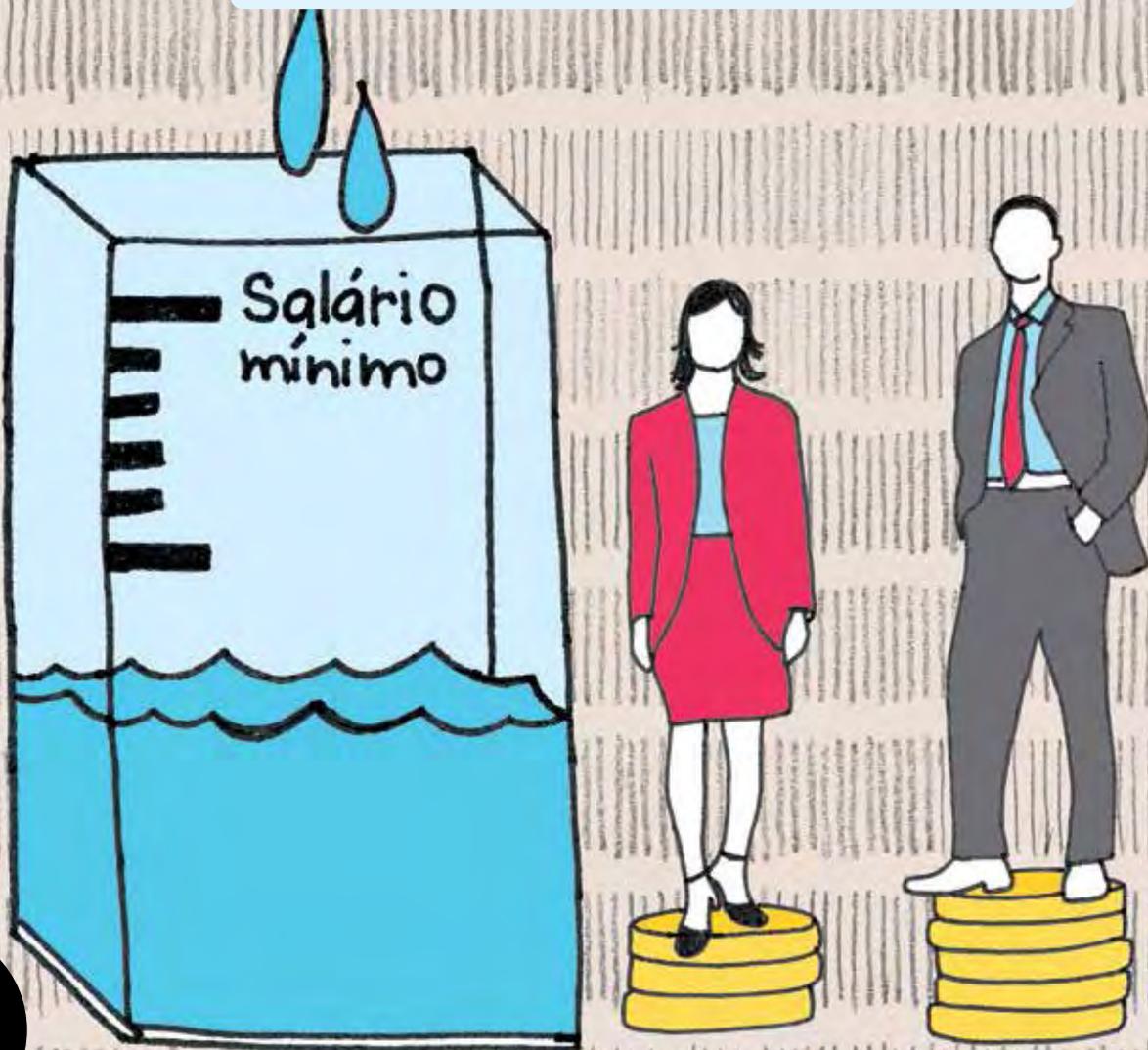
A constituição federal brasileira de 1988 estabelece, no capítulo II (Direitos Sociais), artigo 6º, o direito de todo trabalhador a um salário mínimo. A cláusula IV define o valor do salário como “capaz de atender a suas [do trabalhador] necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. Além disso, a cláusula IV também garante reajustes periódicos do salário mínimo para preservar o poder aquisitivo do trabalhador diante da inflação. Por isso o salário mínimo tem seu valor reajustado todo ano.

No período de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2013, o salário mínimo federal teve valor de R\$ 678,00(*). Os estados podem estipular valores acima desse mínimo para os trabalhadores que neles residem, mas não abaixo.

() Anualmente este valor é reajustado pelo governo federal.*

SALÁRIO MÍNIMO PODE GERAR DESEMPREGO?

Há uma discussão a respeito das consequências do salário mínimo para a vida dos trabalhadores. Alguns economistas acham que certos trabalhadores ficam sem emprego porque há empregadores que, embora não consigam pagar o salário mínimo, poderiam pagar um outro valor que estaria abaixo do estipulado como mínimo. Mas, não sendo isso permitido por lei, esses trabalhadores ficam sem a opção de aceitar um pagamento menor do que o mínimo e acabam sem receber coisa alguma. Outros economistas defendem o salário mínimo argumentando que esses problemas são relativamente pequenos diante do bem-estar social proporcionado para os trabalhadores mais pobres, que são os que têm mais dificuldade de negociar seus salários com os contratantes.



DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A distribuição de renda na economia é a forma como ela é repartida pelos habitantes de um país ou região. Isso quer dizer que não basta conhecer a riqueza de um país e seu número de habitantes para se ter uma boa noção de seus níveis de pobreza. Se a renda for muito concentrada, isto é, se estiver nas mãos de poucos, o país pode ser muito rico e seus habitantes, muito pobres. Por outro lado, o país pode não ser tão rico, mas seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida melhor que o da maioria dos habitantes de um país com economia maior. Essa diferença nasce de como a renda gerada no país é distribuída entre os seus habitantes. Vamos ver como isso funciona no Brasil.

No nosso país, a renda nacional é muito concentrada: a metade pobre da população brasileira ganha quase o mesmo valor (12,5% da renda nacional) que o 1% mais ricos (13,3%). Imagine se o Brasil tivesse 100 habitantes e uma renda nacional de R\$ 1.000,00. Com essa distribuição de renda uma única pessoa ficaria com R\$ 133,00 e as 50 pessoas mais pobres teriam que dividir R\$125,00 entre si. Isso indica uma grave desigualdade social, ou seja, poucos com muito e muitos com pouco. O salário mínimo tem como uma de suas metas a diminuição da desigualdade social ao garantir um padrão mínimo de renda para os trabalhadores mais pobres do país.

Estudos mostram que há pessoas muito pobres, sobretudo em regiões rurais, que recebem menos de um salário mínimo. Essas pessoas não se beneficiam da política de reajustes do salário mínimo (trabalham em mercados onde a oferta de pessoas pouco qualificadas é grande ou a demanda é fraca, ou os dois), permanecendo na pobreza. Para elas, políticas públicas sociais podem ser eficazes.



VOCÊ SABIA?

SALÁRIO MÍNIMO INFLUENCIA O VALOR DAS APOSENTADORIAS

O salário mínimo também é usado como base para o pagamento de aposentadorias pela previdência social. **Nenhum aposentado pode ganhar menos de um salário mínimo.** Nas últimas décadas, o salário mínimo tem subido acima da inflação e, com isso, mais que dobrou o seu poder aquisitivo. Embora desejável, esse ganho pressionou o orçamento da previdência, que precisa arrecadar dos trabalhadores os recursos para pagar os benefícios dos aposentados e pensionistas. Para poder cobrir as despesas da previdência pública, o governo cobra contribuições previdenciárias das empresas, dos assalariados e dos profissionais autônomos. No Brasil e na maioria dos países, o pagamento de contribuições previdenciárias por quem trabalha (e emprega) financia quem está aposentado pela previdência pública. A lógica do sistema de previdência pública é que os novos contribuintes financiam os rendimentos dos aposentados.

1.

**FASCÍCULO
ESPECIAL
SOBRE MOEDA**



2.

**RÁDIO
SUL-AMERICANA**

3.

**O JOGO DOS
BLOCOS
ECONÔMICOS**



4.

**NEGÓCIO
DA CHINA**





5.

**ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

ECONOMIA DO MUNDO

6.

**O BEM-ESTAR
DO SEU PAÍS**



7.

**MOMENTO
DE CRISE: E EU
COM ISSO?**

FASCÍCULO ESPECIAL SOBRE MOEDA

Em tempos muito antigos, o dinheiro não existia. As pessoas moravam em pequenas comunidades em que viviam do que conseguiam produzir. Ou seja, comiam a carne dos animais que caçavam, pescavam ou criavam. Consumiam os vegetais que plantavam ou colhiam. Usavam as vestes e utensílios que conseguiam fabricar. Quando precisavam de algo de que não dispunham, tinham de trocar com pessoas de outras comunidades que possuísem o item desejado. Esse tipo de troca direta de mercadorias, chamado de “escambo”, às vezes podia ser muito complicado! Por exemplo: se você tivesse mel e quisesse trocar por uma cabra para ter leite e queijo, tinha que encontrar alguém disposto a trocar a cabra pelo seu mel. E ainda tinha outro problema: quantos jarros de mel valem uma cabra? E vender “meia cabra” é possível? O surgimento da moeda veio acabar com problemas desse tipo. Assim conseguimos entender uma das funções da moeda como **meio de troca**. Se todos usam dinheiro para vender e comprar, você pode comprar sua cabra sem precisar trocá-la diretamente por mel. Pode vender o mel para outras pessoas e conseguir o dinheiro para comprar o que deseja. O dinheiro também é **divisível**.

» Os reis africanos chegaram a usar búzios e plumas de avestruz como moedas.

» Na Antiga Roma usou-se sal como forma de pagamento dos legionários. Daí a palavra “salário”.

» Com o tempo, a maioria dos povos optou por metais preciosos, como ouro e prata, porque eles eram raros, bonitos, moldáveis e duráveis: o que lhes dava valor e facilitava o manuseio.

» Surgiram as moedas feitas de cobre, prata e ouro. O dinheiro então se torna **medida de valor**, indicando os preços de itens como mel, cabras, peixes, sapatos, serviços de limpeza etc. Por extensão permitindo que as pessoas façam **reservas de valor**, preservando seu patrimônio e riqueza. É importante observar que guardar moeda é uma forma (pouco eficiente) de armazenar riqueza. Afinal, a inflação diminui o valor da moeda.

» O papel-moeda surgiu na China por volta dos anos 900 d.C. Ele derivou-se de notas promissórias e era usado em paralelo com as moedas de metal.

VOCÊ SABIA?

Uma **nota promissória** é uma promessa de pagamento. Por exemplo, José pega R\$ 270,00 emprestados com Ana prometendo pagar de volta em trinta dias. O valor da nota promissória será os R\$ 270,00 mais os juros da transação.

FALANDO EM MOEDAS

As primeiras “moedas” foram barras de metal que eram usadas na civilização da antiga Babilônia, há cerca de 5.000 anos. As moedas como nós as conhecemos surgiram na Lídia, que ficava numa região da atual Turquia, há uns 2.500 anos. Elas não eram redondas e só tinham um dos lados gravados. A própria palavra moeda significa peça de metal. E de certa forma vai dar origem à palavra dinheiro, já que esta vem de *denarius*, nome de uma antiga moeda romana.

Após se tornar medida de valor e reserva de valor, a moeda passa a ser utilizada em larga escala. Qualquer coisa pode ser convertida em moeda (algumas mais depressa do que outras) e ela pode ser usada para adquirir qualquer bem. Uma pessoa pode vender seus serviços de médico, receber dinheiro para comprar roupas e alugar um apartamento. Com o dinheiro as pessoas também podem liquidar suas dívidas, livrando-se delas. É o **poder liberatório** da moeda.

VALE QUANTO PESA

Carregar sacos de moedas em viagem além de trabalhoso era arriscado, pois as pessoas ficavam muito sujeitas a assaltos. Por isso, muitos comerciantes deixavam seus sacos de moedas com ourives de confiança e levavam recibos que usavam como prova de que tinham a quantia necessária para o negócio. O desenvolvimento do comércio fez com que os ourives de uma cidade aceitassem os recibos de ourives de outra. Você podia então depositar seu dinheiro na Itália, levar um recibo e trocá-lo de novo por dinheiro na França. Com o tempo, esse sistema evoluiu para os bancos, o dinheiro sob a forma de cédulas e o **dinheiro escritural**, ou seja, aquele não está lá fisicamente, sendo representado por instrumentos como saldos de contas bancárias. O dinheiro perdeu então o seu “valor intrínseco”, que tinha na fase metálica. Como assim? Se uma moeda de ouro fosse derretida, você tinha ouro. O metal de que era feita a moeda garantia, pelo menos em parte, o seu valor.

Hoje em dia, com os cartões de crédito e débito, transações pela internet, as pessoas usam cada vez mais o dinheiro virtual. Uma pessoa pode fazer um serviço no Rio de Janeiro para outra em Salvador e receber por transferência bancária via internet. As pessoas que realizam a transação não precisam nem conhecer umas as outras.

Porém, ainda usamos o dinheiro físico para muitas compras e vendas. O uso do dinheiro físico requer alguns cuidados. Primeiro, **imprimir o dinheiro tem um custo**, gasta-se energia e material, o que tem um impacto ambiental. Logo, deve-se buscar conservar o dinheiro, evitando rasgá-lo, rasurá-lo, perdê-lo etc. As cédulas de dinheiro são colocadas em circulação através de bancos do governo e privados e são recolhidas e substituídas quando ficam muito gastas. A vida útil média das células brasileiras, em estatística apresentada em janeiro de 2012, após pesquisa realizada pelo Banco Central do Brasil é a seguinte:

Com relação à durabilidade das notas, a pesquisa revela que as cédulas de R\$ 2, 5, 10 e 20 têm vida útil em média de 14 meses. Já as cédulas de maior valor - R\$ 50 e 100 – podem durar em média 37 meses.

Nota-se que as notas de 2, 5, 10 e 20 reais duram menos que a metade do tempo que as de 50 e 100 reais. Se pudermos aumentar o tempo de duração das notas sendo mais cuidadosos, o governo terá que imprimir notas com menos frequência, reduzindo o impacto ambiental.

<http://www.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=3492&idpai=NOTICIAS>

Resultado da Pesquisa: http://www.bcb.gov.br/htms/mecir/Pesquisa_Qualidade_das_Cedulas_e_Entesouramento_de_Moedas_2012.pdf

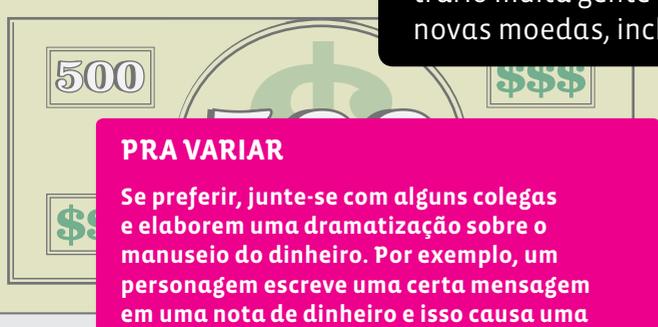
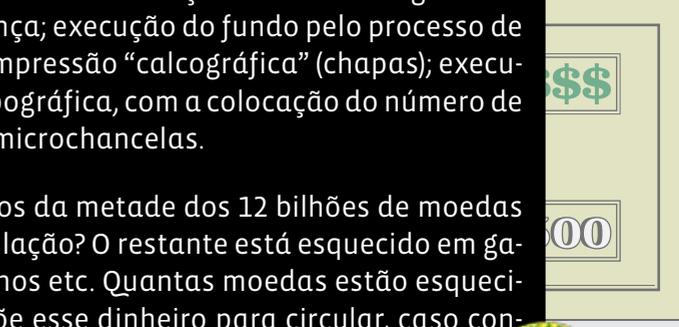
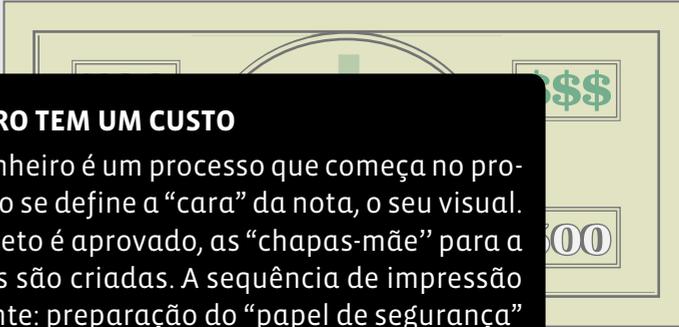


SEGUNDA FAMÍLIA DO REAL

Você sabia que foram lançadas novas cédulas que fazem parte da segunda família do Real? Pesquise nos links abaixo e entenda o porquê da mudança, a tecnologia utilizada para preparar as novas notas e outras informações importantes.

<http://www.novasnotas.bcb.gov.br>

<http://www.bcb.gov.br/?MECIRDUVIDASCEDFAMDOIS>



IMPRIMIR O DINHEIRO TEM UM CUSTO

Fazer as notas de dinheiro é um processo que começa no projeto artístico, quando se define a “cara” da nota, o seu visual. Depois que esse projeto é aprovado, as “chapas-mãe” para a impressão das notas são criadas. A sequência de impressão costuma ser a seguinte: preparação do “papel de segurança” conforme o projeto, com a introdução da marca d’água e do fio ou fita de segurança; execução do fundo pelo processo de “offset” (fotolitos); impressão “calcográfica” (chapas); execução da impressão tipográfica, com a colocação do número de série e da nota e as microchancelas.

Você sabia que menos da metade dos 12 bilhões de moedas de real está em circulação? O restante está esquecido em gavetas, bolsos, cofrinhos etc. Quantas moedas estão esquecidas em sua casa? Põe esse dinheiro para circular, caso contrário muita gente vai precisar pagar a conta de produção de novas moedas, inclusive a natureza!



PRA VARIAR

Se preferir, junte-se com alguns colegas e elaborem uma dramatização sobre o manuseio do dinheiro. Por exemplo, um personagem escreve uma certa mensagem em uma nota de dinheiro e isso causa uma tragédia ou uma série de confusões. Ao final, passa-se a mensagem da importância de se manusear responsável o dinheiro.

FIQUE LIGADO!

Você certamente já ouviu falar em dinheiro falso. É melhor prestar atenção para não ser passado para trás. Um cuidado importante a se tomar ao lidar com dinheiro físico é o de evitar cédulas falsas. Existem algumas dicas para conferir se o dinheiro em suas mãos é falso. As notas de Real são impressas em papel especial e contêm quatro elementos de segurança em sua estrutura: marca d'água, fibras coloridas, fibras luminescentes, fio de segurança (presente em algumas denominações). As cédulas de 20 reais contam também com uma faixa holográfica como elemento de segurança.

Saiba que se passar adiante uma nota que sabe que é falsa, mesmo que a tenha recebido de boa-fé, você pode ser condenado a uma pena de 6 meses a 2 anos de prisão. Caso receba do caixa eletrônico uma cédula que suspeite ser falsa, esclareça a dúvida rapidamente no banco do qual sacou o dinheiro. Se necessário, registre a ocorrência na delegacia mais próxima.

PISCA ALERTA

Quanto vale o dinheiro?

É bom lembrar que dinheiro nunca é só dinheiro. Essas moedas, cédulas, números no banco, sempre têm repercussões emocionais para todos. A abundância de dinheiro ou especialmente a falta dele afetam muitas pessoas em termos de:

- » identidade (rico ou pobre);
- » autoestima;
- » sentimentos de poder, controle ou dependência;
- » segurança;
- » comparação social;
- » sentimento de estar em dívida.

Por isso é que temos tantos provérbios envolvendo dinheiro: “um tolo e seu dinheiro logo se separam”, “dinheiro não traz felicidade”, “dinheiro não é tudo, mas é um bom começo” etc.

A propósito, você acha que o provérbio “é o dinheiro que faz o mundo girar” está certo?

RÁDIO SUL-AMERICANA

MATEUS — Fala, irmão, beleza?

RICARDO — Tudo bem. Como está a estrada aí pro Sul.
Estou com uma mercadoria para entregar na Argentina.

MATEUS — Eu acabei de vir de lá. Estava chovendo muito.

RICARDO — Alguém na escuta pode informar as condições
da estrada?

(...)





RENATO — Aqui é Renato. Fiquei horas preso por causa de um acidente. Finalmente liberaram. Alguém sabe se a cooperativa conseguiu renegociar o seguro?

RICARDO — Positivo. Melhoraram as condições sem aumentar o preço. Foi duro, mas a gente conseguiu.

MATEUS — **A união faz a força!**

RICARDO — Renato, como foi na fronteira? A alfândega criou problema para atravessar com as mercadorias?

RENATO — Foi na paz. Parece que aquela **disputa comercial** com a Argentina já foi resolvida. Além do que, todo mundo já se conhece.

MATEUS — Quando o **Mercosul** estiver a pleno vapor tudo isso melhora. Vocês vão para a festa da cooperativa no sábado?

RENATO — Eu vou com as crianças.

RICARDO — Eu não vou não. Já é a terceira vez este mês que faço esta rota e quero curtir um tempo em casa com minha mulher e minha filha.

MATEUS — Vai na paz, irmão!

RENATO — Boa sorte!

A UNIÃO FAZ A FORÇA!

A união faz a força. Acreditando nesse provérbio, alguns países se unem para formar os **blocos econômicos ou comerciais**. A primeira fase costuma ser a de criar uma área de livre-comércio com a isenção das tarifas de importação de produtos entre os países-membros. Desse modo, um artigo produzido num país pode ser vendido em outro sem a incidência de imposto de importação, respeitando-se apenas as normas sanitárias e outras leis.

Se tudo correr bem, o próximo passo pode ser uma “união aduaneira” que inclui metas como a criação de regras comuns de comércio com países exteriores ao bloco. União aduaneira é um acordo entre países de um determinado bloco que unifica as suas tarifas de importação. A união dos países dos blocos diante dos demais torna-se então mais forte. Um por todos, todos por um.

Finalmente, a proposta de um mercado comum é a de uma integração econômica mais profunda entre seus países-membros e implica medidas como a adoção das mesmas normas de comércio interno e externo, unificando as economias para, eventualmente, unificar moedas e instituições. Esse foi o percurso seguido pela União Europeia, mas não é de forma alguma um padrão que todos os blocos devam necessariamente seguir.

DISPUTA COMERCIAL

Muitas vezes existem disputas comerciais entre países sobre barreiras de importação, subsídios (no caso, auxílios governamentais para melhor competir com produtos estrangeiros) etc. A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma organização internacional que trata das regras sobre o comércio entre os seus países-membros (num total de 156 países em 2012). Os países que compõem a OMC negociam, resolvem seus conflitos e assinam acordos, que depois têm de ser confirmados pelo parlamento (ou congresso) de cada nação e passam a regular o comércio internacional.

MERCOSUL

O Mercosul, como é conhecido o Mercado Comum do Sul, começou como uma aliança comercial entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, estabelecendo uma área de livre-comércio entre esses países para dinamizar suas economias. Em 1995, a zona de livre-comércio do Mercosul converteu-se em união aduaneira. No caso do Mercosul, criou-se a Tarifa Externa Comum (TEC). Entre os pré-requisitos para admissão no Mercosul também se incluiu que os países-membros devem ser democracias.

Composição do Bloco:

- Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai*, Uruguai (desde 26 de março de 1991) e Venezuela (desde 12 de agosto de 2012).

* Na data da revisão deste material encontrava-se suspenso o direito do Paraguai de participar dos órgãos do MERCOSUL e das deliberações, nos termos da “Decisão sobre a Suspensão do Paraguai do MERCOSUL em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático”, adotada em 29/06/12.

- Estado Parte em Processo de Adesão: Bolívia (desde 7 de dezembro de 2012).
- Estados Associados: Bolívia (desde 1996), Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004).
- Estados com direito de participação em reuniões: Guiana e o Suriname (desde 2012).

Uma das metas atuais do bloco é a criação da universidade do Mercosul, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que será uma instituição de ensino superior pública sediada na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. Além de ser um polo de pesquisas em comum, a Universidade estudará propostas de integração entre os modelos educacionais dos países-membros do Mercosul.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) - No ano de 1994, foi assinada, por 34 países da América, a carta de intenções que cria as diretrizes para a implementação da ALCA. A formação de um bloco econômico de livre comércio nas Américas tem por objetivo eliminar, gradativamente, as barreiras alfandegárias entre os países. Cuba não faz parte deste acordo em função do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos.

O JOGO DOS BLOCOS ECONÔMICOS



Nesta atividade, você e seu grupo deverão negociar um acordo comercial entre países de um mesmo “bloco econômico”. **Um bloco econômico surge quando um grupo de países se une para tratar de objetivos comerciais ou econômicos comuns.** Com o desenvolvimento do bloco, são traçadas estratégias conjuntas que incluem a criação de regras comuns de comércio com países exteriores ao bloco. Isso faz com que países com economias pequenas, que teriam muita dificuldade em competir sozinhos, ganhem mais força para negociar com outros países depois de se juntarem em um bloco econômico. Afinal, a união faz a força!

Os grupos serão sorteados, portanto estude bem cada bloco para poder agir corretamente quando pegar o seu. Os conhecimentos sobre os outros blocos certamente serão úteis na sua estratégia de negociação. Portanto, prepare-se. Os países do seu bloco contam com você!

COMUNIDADE DOS ESTADOS INDEPENDENTES

SAARC

CCG

IGAD

SADC

UNIÃO EUROPEIA // // //

A União Europeia (UE) é o mais antigo dos blocos econômicos. Com a adesão da Croácia em 1 de julho de 2013, a UE passou a ter 28 estados-membros. O Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993, estabeleceu três pilares de integração para a União Europeia: comunitário (políticas comuns e mercado interno); política externa e segurança; assuntos internos (imigração, asilo, polícia, justiça etc).

Contudo, o elemento mais marcante da integração, para muitas pessoas, foi a adoção, em 1999, de uma moeda comum para diferentes países: o euro. Antes do euro, cada país tinha a sua moeda. Mas muitas companhias tinham negócios em vários países da região e nem sempre era muito fácil saber qual o custo de produção ou o preço a ser cobrado pelo produto. Um carro era fabricado na Espanha, com peças produzidas em Portugal, na Alemanha, na França e na Itália e, depois, vendido para a Holanda, Suécia e também fora da Europa (México e Brasil). Quantas moedas e taxas de câmbio estavam em jogo! Neste ponto, o euro simplificou a contabilidade das empresas, permitindo decisões mais rápidas e seguras. Para muitos europeus, abrir mão de suas moedas, o escudo português, a lira italiana, o franco francês, o marco alemão, foi uma decisão muito difícil, mas valeu a pena porque o euro se tornou um forte símbolo da união entre esses países.

MERCOSUL

O Mercosul, como a Argentina, tem como objetivo a livre circulação de mercadorias e a convergência dos níveis de desenvolvimento econômico dos países membros.

Outros

me

ad

NAFTA

O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio ou NAFTA basicamente é um tratado entre Canadá, México e Estados Unidos da América, tendo o Chile como associado, que entrou em vigor em 1994 e busca criar um ambiente de livre comércio, com custo reduzido para troca de mercadorias entre os três países. O NAFTA não pretende criar um conjunto de corpos governamentais supranacionais, como a União Europeia; seus objetivos restringem-se a ampliar os mercados e a produtividade de seus países membros, que passam a poder se instalar nos países que apresentarem os menores custos de produção. É só negócio.

Enquanto alguns defendem que o NAFTA consolidou o comércio na América Norte, beneficiando todos os seus membros, outros argumentam que a pobreza no México e o desemprego nos EUA aumentaram e que as economias mexicana e canadense ficaram subordinadas à americana.

ALCA

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é um projeto de acordo comercial idealizado pelos Estados Unidos que propõe a derrubada gradual das barreiras comerciais e tarifas alfandegárias para quase todos os itens de comércio entre os países do continente americano, com exceção de Cuba.

A ALCA era inicialmente vista por muitos como inevitável dentro do processo atual de globalização, que propõe um estreitamento das relações comerciais entre os países, de forma mais integrada e menos burocrática. Contudo, as resistências dos EUA em retirar os enormes subsídios agrícolas à agricultura americana e seu protecionismo em relação a produtos como o aço minaram o acordo. Como esses pontos são fundamentais para os países do Mercosul e outros que são importantes para os EUA, não lhes interessam negociar, houve um impasse até pelo menos meados de 2009. O Brasil tem defendido os interesses dos países do Mercosul e insistido em acordos entre blocos, enquanto os EUA tem buscado celebrar tratados bilaterais (entre apenas dois países) em que podem exercer maior pressão.

NEGÓCIO DA CHINA

NEGÓCIO DA CHINA

Você conhece a expressão “negócio da China”? Significa um grande negócio, uma excelente oportunidade. Poucos países são tão citados no noticiário econômico como a China. Por que isso?

Os números chineses são grandiosos, a começar da população de mais de 1,3 bilhões de habitantes, em 2012. No comércio internacional, a China tem papel de destaque, com exportações de 2,2 trilhões de dólares e importações de 1,9 trilhões em 2012. Para se ter uma ideia, o Brasil exportou, no mesmo ano, 282 bilhões de dólares e importou 304 bilhões. A China é o principal destino das exportações brasileiras, como minério de ferro e soja, produtos em que o Brasil tem posição de liderança. Por outro lado, é um grande exportador de produtos industriais, de máquinas a brinquedos. Com o peso que tem no comércio e na economia global, a China é observada de perto por governos e empresários de todas as partes do mundo.

PRODUTOS IMPORTADOS

Você sabia que o Brasil importa por volta de 60% do trigo que consome? Isso porque apesar dos esforços da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a produção de trigo no Brasil custa cerca de duzentos dólares por tonelada, ao passo que na Argentina, graças a vantagens no solo e no clima, custa apenas cem dólares. E o trigo é usado não somente no pão que consumimos, como também nos bolos, biscoitos, massas, pizzas, macarrão, entre vários outros itens.

Importação é quando compramos produtos ou serviços produzidos no exterior.

Exportação é quando vendemos produtos ou serviços produzidos no nosso país para o exterior.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional faz com que os países tendam a se especializar em áreas nas quais possuem **vantagens competitivas**. O Brasil tem grandes recursos naturais, enquanto o Japão os tem escassos. Seria quase impossível, portanto, para os japoneses competir conosco na produção e exportação de grãos de soja, por exemplo.

A mensagem principal do comércio é que ele aumenta as possibilidades de consumo nacionais. Isso nem sempre é visível e é um pensamento frequente o de que a importação destrói empregos no país. Na realidade, há um remanejamento de vagas, com redução em setores que não conseguem competir com os concorrentes importados e aumento nos que o país tem vantagens em produzir.

Se o Brasil tem dificuldades em competir com a Argentina na produção de trigo, se destaca no café e na soja e compete muito bem no gado de corte. Pode então exportar café, soja, aviões, carros e outros produtos para importar trigo e os outros itens de que precisa. O país prospera e os consumidores podem adquirir itens de qualidade, sejam eles brasileiros ou importados.



BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial é o valor das exportações de um país menos o valor das suas importações. Ela é superavitária quando as exportações superam as importações e deficitária em caso contrário. O país está em equilíbrio comercial se as importações forem iguais às exportações.

O comércio internacional traz benefícios no todo, e prejuízos para grupos específicos. Por exemplo, quando um país exporta um bem e o preço dele no mercado internacional é maior que no mercado interno, o preço dele no mercado interno tende a subir (ou os produtores preferirão exportar o máximo que puderem). Isso favorece os produtores e desfavorece os consumidores do bem. Se a situação for ao contrário e o bem for mais barato no mercado internacional que no interno, as importações aumentam e os produtores nacionais são forçados a baixar seus preços para poderem vender. Se a desvantagem for muito grande, os produtores internos podem ser forçados a fechar seus negócios. Isso desfavorece os produtores e favorece os consumidores.

Isso explica porque o Brasil, mesmo sendo um grande exportador de alguns produtos (carne, açúcar, soja etc.), recebe impactos no mercado interno de aumentos iniciados por problemas ocorridos em outros lugares. Em 2009, o preço do açúcar subiu muito no Brasil (cerca de 40% em um ano). A razão é a quebra de safra na Índia, outro grande produtor. Com isto, os estoques mundiais de açúcar diminuíram e os preços dispararam. Aí, se o preço interno não subir, os produtores brasileiros preferem exportar para aproveitar esta alta e faturar mais.

CONCORRÊNCIA

Existem casos em que competidores utilizam práticas inadequadas para vender mais. Empregam crianças, obtêm vantagens especiais do governo de seu país – como reduções de impostos ou ajuda financeira para baixarem seus preços –, não seguem práticas internacionais de higiene ou de proteção ambiental etc. Nessas circunstâncias, é legítimo que o país que sofre uma concorrência abusiva possa se defender colocando barreiras à entrada de produtos importados. Para proteger a produção nacional, e seus empregos, muitos governos usam recursos como impor **tarifas** (tornando as importações mais caras) ou **quotas de importação** (limitando as importações em volume). Esses recursos são usados também para compensar restrições feitas às nossas exportações por outros países. Apesar dessas disputas e da atitude que certos países tomam de protecionismo (proteção excessiva de suas indústrias), o comércio mundial cresce sem parar há várias décadas. Existe uma entidade internacional chamada Organização Mundial do Comércio (OMC), que estabelece regras e promove negociações entre países que travam conflitos comerciais.

SAIBA MAIS

INDUSTRIALIZAÇÃO

A industrialização brasileira teve várias etapas. Durante a Segunda Guerra Mundial, **nos anos 1940**, as dificuldades para a importação funcionaram como incentivo à produção nacional. Fábricas foram instaladas nesse período, com destaque para a produção siderúrgica. Nas décadas seguintes, a substituição de importações deixou de ser uma ocorrência casual como nos anos da guerra para se tornar uma política de desenvolvimento, aplicada não só pelo Brasil, mas por diversos países da América Latina. A produção de petróleo, com a criação da Petrobras, e a indústria automobilística são desse período.

No final dos anos 1980 a política de substituição de importações havia se esgotado e o país precisava se modernizar. A abertura comercial facilitou as importações, antes contidas pela cobrança de taxas e outras exigências burocráticas. Isso permitiu a modernização das instalações industriais em nosso país. Exposta à competição, a indústria brasileira se tornou mais eficiente e produtiva, embora algumas empresas tenham sido obrigadas a fechar suas portas por incapacidade de se adaptar.

AGRONEGÓCIO

Até o início do século XX, o Brasil basicamente exportou produtos agrícolas (pau-brasil, açúcar, café) ou minerais (ouro e pedras preciosas) e importou produtos industrializados como máquinas, determinados tipos de roupas, tecidos e móveis etc.

No século XIX havia inclusive a crença de que o país tinha uma “vocação agrícola”, o que retardou a adoção pelo governo de políticas de industrialização, como então acontecia nos EUA. Essa crença perdurou até o início do século XX. Foi nos **anos 1930** que se desenrolou a famosa polêmica entre Eugênio Gudin, defendendo a vocação agrícola, e Roberto Simonsen, afirmando o potencial industrial brasileiro. Passadas várias décadas, vê-se que os dois tinham sua dose de razão.

Hoje o agronegócio é um elemento importante da nossa economia, negócio no qual o Brasil é um dos líderes mundiais, com destaque na exportação de gado bovino de corte e soja. Porém, nosso país diversificou sua pauta de exportações, passando a incluir produtos industrializados ou manufaturados como joias, aviões, automóveis, peças de vestuário etc.

VOCÊ SABIA?

É DE BERÇO...

É um fato curioso que para a maioria das pessoas, apesar de todas as transações internacionais e da própria globalização, o país de origem continua exercendo forte influência em suas escolhas econômicas. Não somente em escolhas triviais como tomar um cafezinho em vez de chá, preferir abacate doce em vez de salgado e coisas assim. Mas, também para decisões que envolvam muito mais dinheiro. Por exemplo, existe um “viés de geografia” entre os investidores, que costumam dar preferência a comprar ações de seu próprio país – mesmo quando isso não é um bom negócio ou quando há negócios melhores com ações de outros países. Pelo visto o emocional por vezes supera o racional. Se isso é bom ou ruim? Você decide!

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

1ª PÁGINA

O PAÍS

ECONOMIA

CIÊNCIA

CULTURA

ESPORTES

VÍDEOS

MILHARES DE INSCRITOS PARA SE TORNAREM JOVENS EMBAIXADORES

O Programa Jovens Embaixadores é uma iniciativa de responsabilidade social da Embaixada dos Estados Unidos e representa uma oportunidade interessante para estudantes de Ensino Médio da rede pública de ensino. Os que apresentam bons resultados escolares (leia-se boas notas) e participam de atividades de responsabilidade social têm oportunidade de conhecer os EUA, frequentar aulas em escolas americanas e fazer apresentações sobre o Brasil.

O programa conta com a parceria dos setores público e privado de ambos os países, por intermédio da atuação do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED – e do Ministério da Educação – MEC. Esse tipo de intercâmbio é muito produtivo porque ajuda a firmar uma imagem positiva sobre o Brasil, que vem desempenhando no mundo um papel cada vez mais importante devido à sua estabilidade econômica e atuação nos organismos internacionais. Uma das candidatas, Fernanda, dá seu depoimento:

CONTINUE LENDO »

“Meu pai diz que na época dele era bem diferente. Tinha uma inflação louca e o Brasil toda hora tinha que pegar dinheiro emprestado com o FMI para fechar as contas. Agora nós é que cedemos dinheiro ao FMI. Eu sempre gostei desses assuntos. Eu quero estudar economia e trabalhar no Banco Mundial. Se eu conseguir passar, aumentam as minhas chances, não é?”

O foco de Maurício, outro candidato, é um pouco diferente, ele quer trabalhar na conscientização ambiental:

“Aquele documentário do Al Gore, *Uma verdade inconveniente*, abriu meus olhos. De que adianta ter um monte de barras de ouro sem um planeta onde gastá-las? O clima está cada vez mais maluco por causa da ação humana. A gente tem que encontrar um jeito de prosperar sem destruir o meio ambiente. Isso é o tal do “desenvolvimento sustentado”. E o Brasil tem muito que falar no BID e no G20 sobre isso.”

Apenas cerca de 35 jovens embaixadores serão aprovados dentre milhares de candidatos. Não é difícil imaginar que, entre esses rapazes e moças engajados, alguns poderão estar representando o Brasil na ONU daqui a algumas décadas. A conferir.

10 COMENTÁRIOS

 ENVIAR NOTÍCIA

 IMPRIMIR

NOME

COMENTÁRIO

ENVIAR



FMI

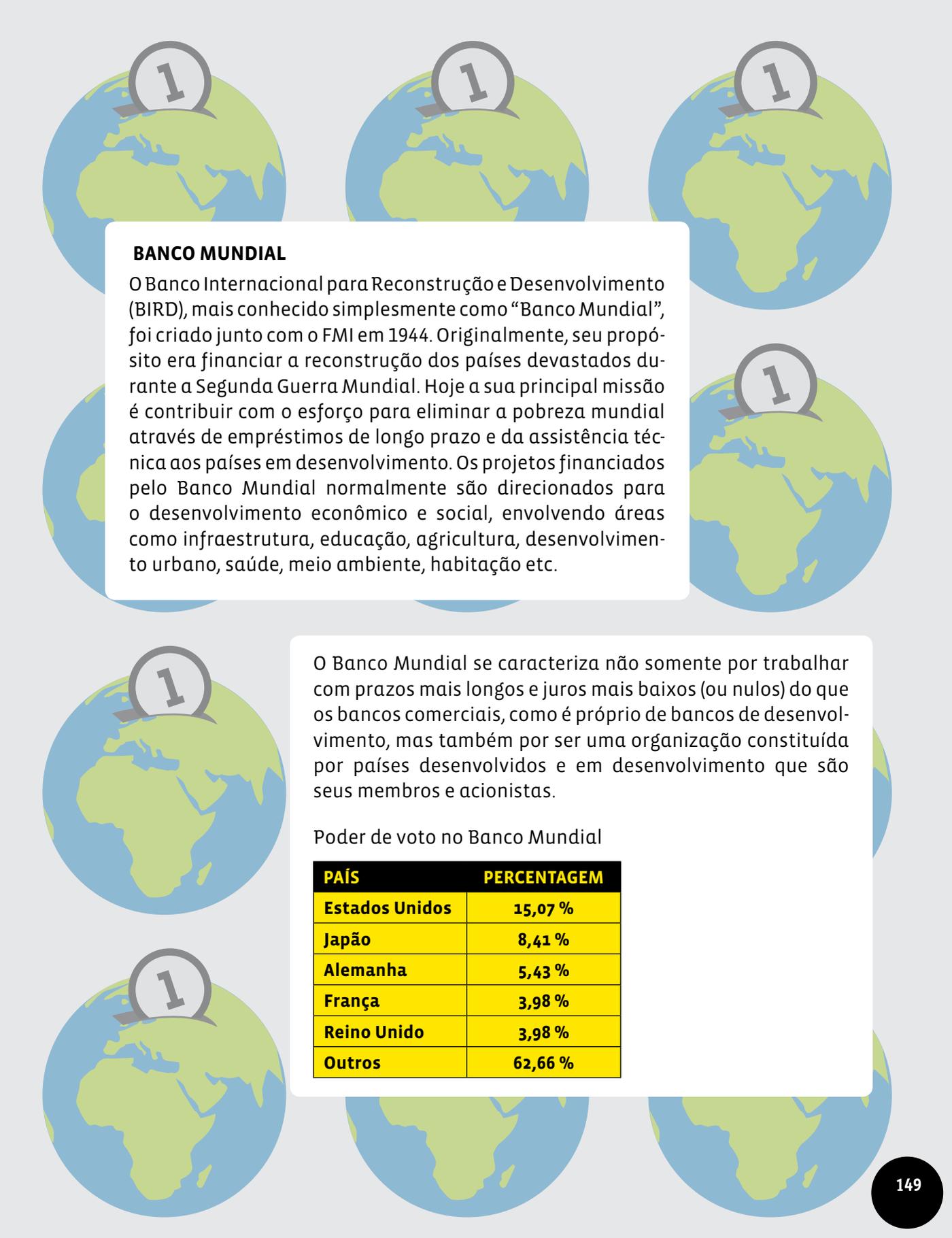
O FMI (Fundo Monetário Internacional) é muito citado nos jornais. Mas afinal, o que é o FMI?

Trata-se de uma organização que reúne países do mundo todo com a missão de trabalhar em prol da cooperação monetária, estabilidade financeira e comércio em nível internacional. Em 2009, havia um total de 186 países participantes dessa organização.

O FMI também inclui, entre suas metas, promover altos níveis de emprego e desenvolvimento econômico sustentável, além de reduzir a pobreza. O FMI busca atingir suas metas de diferentes formas, entre elas fornecendo assessoria técnica e ajuda financeira aos países-membros com dificuldades econômicas.

O dinheiro do FMI vem dos países-membros, entre os quais o Brasil. O poder de voto depende da contribuição de cada país. Portanto, ao passar de tomador para credor, o Brasil aumentou sua influência dentro do FMI.





BANCO MUNDIAL

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido simplesmente como “Banco Mundial”, foi criado junto com o FMI em 1944. Originalmente, seu propósito era financiar a reconstrução dos países devastados durante a Segunda Guerra Mundial. Hoje a sua principal missão é contribuir com o esforço para eliminar a pobreza mundial através de empréstimos de longo prazo e da assistência técnica aos países em desenvolvimento. Os projetos financiados pelo Banco Mundial normalmente são direcionados para o desenvolvimento econômico e social, envolvendo áreas como infraestrutura, educação, agricultura, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, habitação etc.

O Banco Mundial se caracteriza não somente por trabalhar com prazos mais longos e juros mais baixos (ou nulos) do que os bancos comerciais, como é próprio de bancos de desenvolvimento, mas também por ser uma organização constituída por países desenvolvidos e em desenvolvimento que são seus membros e acionistas.

Poder de voto no Banco Mundial

| PAÍS | PERCENTAGEM |
|----------------|-------------|
| Estados Unidos | 15,07 % |
| Japão | 8,41 % |
| Alemanha | 5,43 % |
| França | 3,98 % |
| Reino Unido | 3,98 % |
| Outros | 62,66 % |

BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma organização financeira internacional de atuação regional que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento econômico e social de países da América Latina e Caribe. O BID busca promover o comércio e a integração regionais e também atua fornecendo empréstimos e cooperação técnica aos países-membros. Apesar de ter sido gerado dentro da Organização de Estados Americanos (OEA), o BID não está ligado a ela. É controlado por seus países-membros, que têm o poder de voto proporcional ao montante de recursos que investiram na aquisição de seu capital.

Poder de voto no BID

| PAÍS | PERCENTAGEM |
|-----------------------|--------------------|
| Estados Unidos | 30.00 % |
| Argentina | 10.75 % |
| Brasil | 10.75 % |
| México | 6.91 % |
| Venezuela | 5.76 % |
| Japão | 5.00 % |
| Canadá | 4.00% |
| Chile | 2.95% |
| Colômbia | 2.95% |
| Outros | 20.93% |

G-20

O Grupo dos 20 (ou G-20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia-UE. O G-20 não é uma instituição financeira formal e não possui um quadro permanente de profissionais, sendo muito mais um fórum de discussão internacional. Ele foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990, e visa a favorecer a negociação internacional através de um diálogo mais amplo entre países que juntos compreendem 85% do produto nacional bruto mundial, 80% do comércio mundial (incluindo o comércio intra-UE) e dois terços da população mundial. A presidência do G-20 é rotativa.

ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) é muito mais uma organização preocupada com a paz e a segurança de populações pobres do que propriamente um órgão financeiro ou de promoção do desenvolvimento econômico. Na área econômica, no entanto, a ONU tem um papel importante na reunião de estatísticas que permitem a comparação entre as situações econômicas e sociais de diversos países. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi criado para medir o nível de bem-estar social das populações dos países do mundo. Ele é calculado regularmente pela ONU. Esse é um índice que engloba três dimensões: renda, educação e esperança média de vida. Seu objetivo é ser uma medida padronizada de avaliação do bem-estar da população de uma localidade (país, estado, município, bairro etc.). O IDH, portanto, pode ser calculado para um país, estado, cidade ou mesmo um bairro. Todos os países membros da ONU são anualmente avaliados e recebem seu valor de IDH.

CRASH, em inglês, quer dizer “colapso”, “quebra”.

PISCA ALERTA

DE OLHO NA ECONOMIA

Há diversos órgãos internacionais que buscam regular as finanças do mundo, além de outros em cada país. Ainda assim, os movimentos das pessoas não podem jamais ser inteiramente controlados – por isso, a economia se desenvolve de modo não linear, apresentando, periodicamente, altos e baixos.

E por que temos esses altos e baixos, ou seja, as chamadas “bolhas” e “crashes”? Existem várias razões, mas não se devem desconsiderar os aspectos emocionais das pessoas. Os impulsos emocionais tanto dos gestores quanto do povo em geral (consumidores, pequenos investidores), passando também pelos analistas econômicos e outros especialistas interferem em suas decisões. Isso quer dizer que as pessoas não tomam sempre decisões pela lógica. Além disso, há fenômenos cuja previsão é muito difícil ou mesmo impossível: desastres naturais, quedas de governos, fracassos comerciais gigantescos, epidemias etc.

As “bolhas” expressam otimismo excessivo de todos, que esquecem, por algum tempo, que sempre há riscos. Afinal, o imprevisto ocorre sem avisar (por isso que é imprevisto) e, portanto, os cenários econômicos e sociais não podem ser integralmente conhecidos. Além disso, depois de um movimento de forte alta, a tendência natural é cair.

Já nos “crashes”, quando todo mundo entra em pânico, acontece o oposto: pessimismo excessivo, sentimento de que é o fim do mundo, de que não tem mais saída, de que tudo acabou, de que nada mais tem jeito etc.

Em ambos os casos as pessoas costumam acompanhar o humor geral, entram no “espírito da coisa”, quase viram uma manada seguindo os líderes sem pensar direito no que estão fazendo, e se esquecem completamente de que as coisas normalmente não são tão boas ou tão ruins quanto lhes parece.

Por isso é preciso ter muita calma, conhecimento e experiência para manter uma visão equilibrada das coisas.

O BEM-ESTAR DO SEU PAÍS

O BEM-ESTAR DO SEU PAÍS

Não é só você que precisa se cuidar e se sentir bem, o seu país também. Um dos índices usados pelas Nações Unidas para medir o nível de bem-estar social das populações de seus países é o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, o qual engloba três aspectos essenciais do desenvolvimento humano: conhecimento (medido por indicadores de educação), saúde (medida pela longevidade) e padrão de vida digno (medido pela renda)

Seu objetivo é ser uma medida padronizada de avaliação do bem-estar da população de uma localidade (país, estado, município, bairro etc.), medindo o desenvolvimento não apenas pelo rendimento nacional, mas também pela esperança de vida e pela alfabetização. O IDH, portanto, pode ser calculado para um país, estado, cidade ou mesmo um bairro.

Muitos países-membros da ONU são anualmente avaliados e recebem seu valor de IDH, que varia entre 0 e 1 (quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano). Os países são classificados em categorias considerando o nível de desenvolvimento: muito alto, alto, médio e baixo desenvolvimento humano.

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou o seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), o qual media o desenvolvimento humano não apenas pelo rendimento nacional, mas também pela esperança de vida e pela alfabetização.

Segundo os IDH calculados com dados relativos a 2012, a maior economia do mundo, os EUA, ficou em 3º lugar com IDH de 0,937, Enquanto o Japão ficou em 10º lugar com IDH de 0,912 (esses dois países estão classificados na categoria “desenvolvimento humano muito alto”). O Brasil está em 85º lugar, com IDH de 0,730 (no grupo dos países com “desenvolvimento humano alto”) e a China, em 101º, com IDH de 0,699 (entre os países com “desenvolvimento humano médio”). O primeiro colocado é a Noruega, com 0,955, e o último (dos países que entraram no ranking de 2012) é o Níger, na 186ª posição, com 0,304.

Fonte: ONU <http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>

E você? Quais são os índices que indicam o seu bem-estar? Felicidade? Dinheiro? Amor? Saúde?



PIB “SARADO”

O tamanho da economia de um país é dado por seu PIB (Produto Interno Bruto), que mostra quanto o país produziu em um ano. O “PIB per capita” (se lê per “cápita”, que significa por pessoa) é a divisão desse valor pelo número de habitantes do país, o que dá uma ideia da renda média da população, isto é, quanto cada um receberia se a renda do país fosse dividida por igual entre seus habitantes.

$$\frac{\text{PIB}}{\text{Nº de habitantes}} = \text{PIB per capita}$$

A economia do país vem crescendo ao longo do tempo. No século passado, o PIB do Brasil cresceu em média 5,04% ao ano (o PIB per capita cresceu 2,6%). “Em média” porque houve anos de maior e outros de menor crescimento econômico. Crescendo 5,04% ao ano, o PIB brasileiro chegou ao fim do século XX superando em mais de 109 vezes o PIB do início do século. O PIB per capita cresceu aproximadamente 12 vezes. Isso quer dizer que um jovem brasileiro tem, em média, um padrão de vida 12 vezes melhor do que seu jovem bisavô na virada do século. Quer uma prova? A expectativa de vida de um brasileiro nascido em 1900 era de apenas 33,7 anos. Em 2010, um bebê nascido no Brasil tinha uma expectativa de vida de 73,8 anos (ou 73 anos, 9 meses e 3 dias).

O PIB per capita nos dá elementos para ter uma ideia do bem-estar social dos habitantes dos países ao indicar a renda média de cada país. Contudo, ele não indica como está a distribuição desta renda, o estado de saúde da população, a qualidade da sua educação, a preservação de seu meio ambiente, a beleza de sua arte e poesia, a sua riqueza cultural, se as pessoas estão seguras ou vivem num país violento, ou quais são seus valores éticos e morais. Mas, se há mais renda, existe pelo menos mais condições para o país investir em bons sistemas de saúde e de educação, em programas culturais, em projetos de desenvolvimento sustentado que preservem o meio ambiente, em políticas de segurança que previnam e combatam o crime etc. Por isso, o crescimento do país costuma indicar uma melhoria geral do nível de vida, mesmo que mais para uns do que para outros.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E QUALIDADE DE VIDA

A economia brasileira fez mais do que simplesmente crescer. Ela mudou junto com o Brasil. Aliás, **crecimento econômico geralmente provoca bastante mudança nos modos de vida de uma população**. A grande maioria dos brasileiros morava no campo, na roça, e o país vivia de exportar produtos agrícolas. Não se fabricava quase nada além de roupa e comida. No século XIX, quando dependia do café, o Brasil se mostrou muito vulnerável. Se o café não vendesse no exterior, a crise era geral! Além disso, o país era forçado a importar boa parte dos produtos industrializados que consumia. Atualmente, o Brasil é industrializado e urbanizado e tem a grande maioria de sua população vivendo nas cidades.

A prosperidade de um país está ligada à produtividade de seus habitantes, a qual depende de investimentos em infraestrutura (equipamentos, geração de energia, vias de transporte etc.), educação, tecnologia, preservação de seus recursos naturais etc. É difícil trabalhar bem se não há escolas para os filhos nem hospitais e postos de saúde, se não há boas estradas para se chegar aos lugares, se falta água, luz etc.



DESENVOLVIMENTO DE UM PAÍS: UMA VISÃO DE LONGO PRAZO

O desenvolvimento de um país também depende da visão de seus líderes. Essa visão deve ser de longo prazo, buscando-se preservar a estabilidade política e das leis, manter os programas necessários ao desenvolvimento e, assim, preparar o caminho para as gerações futuras.

A prosperidade (riqueza) econômica não garante necessariamente o bem-estar social, pois ela pode ser gerada sem preocupações com o meio ambiente ou com os direitos humanos, mas é difícil ter recursos para garantir a segunda sem a existência da primeira. Um dos principais desafios de hoje em dia é justamente garantir o desenvolvimento econômico preservando o meio ambiente, ou seja, o **desenvolvimento sustentável**.

A visão de longo prazo também é útil para o seu desenvolvimento pessoal. Onde você se imagina estar daqui a cinco anos? Está estudando e trabalhando para isso? Quando chegar lá, não se esqueça de preparar o legado de seus filhos.



FELICIDADE INTERNA BRUTA

Somente o dinheiro avalia o desenvolvimento de um país? O cálculo do PIB é quantitativo, nada diz sobre a qualidade dos investimentos feitos. Se o governo é percebido como honesto e competente, ou corrupto e ineficiente. O investimento em usinas termoelétricas que podem comprometer o meio ambiente tem o mesmo peso quantitativo do que o feito em energia eólica ou solar, que são ecologicamente responsáveis.

Foi pensando nessas questões que o rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, criou, em 1972, o termo Felicidade Interna Bruta (FIB) ou Gross National Happiness (GNH) como um conceito de desenvolvimento social alternativo ao Produto Interno Bruto (PIB). Sua meta foi construir uma política econômica adaptada aos valores budistas do país, em que os aspectos religiosos e morais tivessem tanto peso quanto os econômicos. Os quatro pilares da FIB são: desenvolvimento socioeconômico sustentável e igualitário; preservação e promoção de valores culturais; conservação do meio ambiente; bom governo (ético, eficiente e responsável). Inicialmente visto quase como uma curiosidade (ou mesmo excentricidade), o FIB vem atraindo a atenção de pesquisadores de vários países do mundo.

A questão central levantada pela FIB é: só a riqueza econômica avalia o desenvolvimento de um país? Ou há outras variáveis igualmente importantes para medir isso que foram ignoradas?

MOMENTO DE CRISE: E EU COM ISSO?

Algumas vezes, você deve abrir o jornal e pensar: “o que é que eu tenho a ver com isso?” Sou brasileiro, por que tenho que ficar lendo sobre uma crise que está acontecendo nos Estados Unidos?

Quer ver como isso afeta a sua vida?

Você lê no jornal:

A CRISE DAS HIPOTECAS SE AGRAVA NOS EUA

O que essa matéria significa? Entenda a crise das hipotecas nos EUA.

Um dos fatores que deflagraram essa crise financeira foi a elevação dos juros pelo Banco Central americano. Este aumento começou em 2006, quando a economia crescia, os consumidores estavam confiantes na manutenção de seus empregos e os bancos, dispostos a emprestar sem maior rigor. Esse é um cenário propício ao aumento da inflação. Por esse motivo, o Banco Central americano iniciou um processo gradativo de elevação dos juros. A alta dos juros diminuiu a movimentação da economia (produção, vendas, emprego etc.), reduzindo as pressões inflacionárias.

A map of the Americas is shown in the background. A blue text box is overlaid on the map, containing text about the US housing market. Two black arrows point from the text box to the United States and South America. The arrow pointing to the US is labeled 'CRISE' and the arrow pointing to South America is labeled 'VOCÊ ESTÁ AQUI'.

Nos EUA, os financiamentos habitacionais previam correções periódicas dos juros contratados para mantê-los alinhados aos do Banco Central. Essa correção automática, no entanto, era desconhecida pela grande maioria das pessoas que financiaram a casa própria (chamadas de mutuários), embaladas pelas ofertas sedutoras das instituições de crédito. Com juros mais altos, as prestações começaram a subir, e muitas famílias não conseguiram mais pagar seus financiamentos. Várias tentaram vender suas casas, que ficaram desvalorizadas (passaram a valer menos dinheiro) pela falta de compradores. As hipotecas tornaram-se, então, péssimos investimentos para os bancos, que se viram em dificuldades.

↑
CRISE

↓
VOCÊ ESTÁ AQUI

PALAVRAS-CHAVE

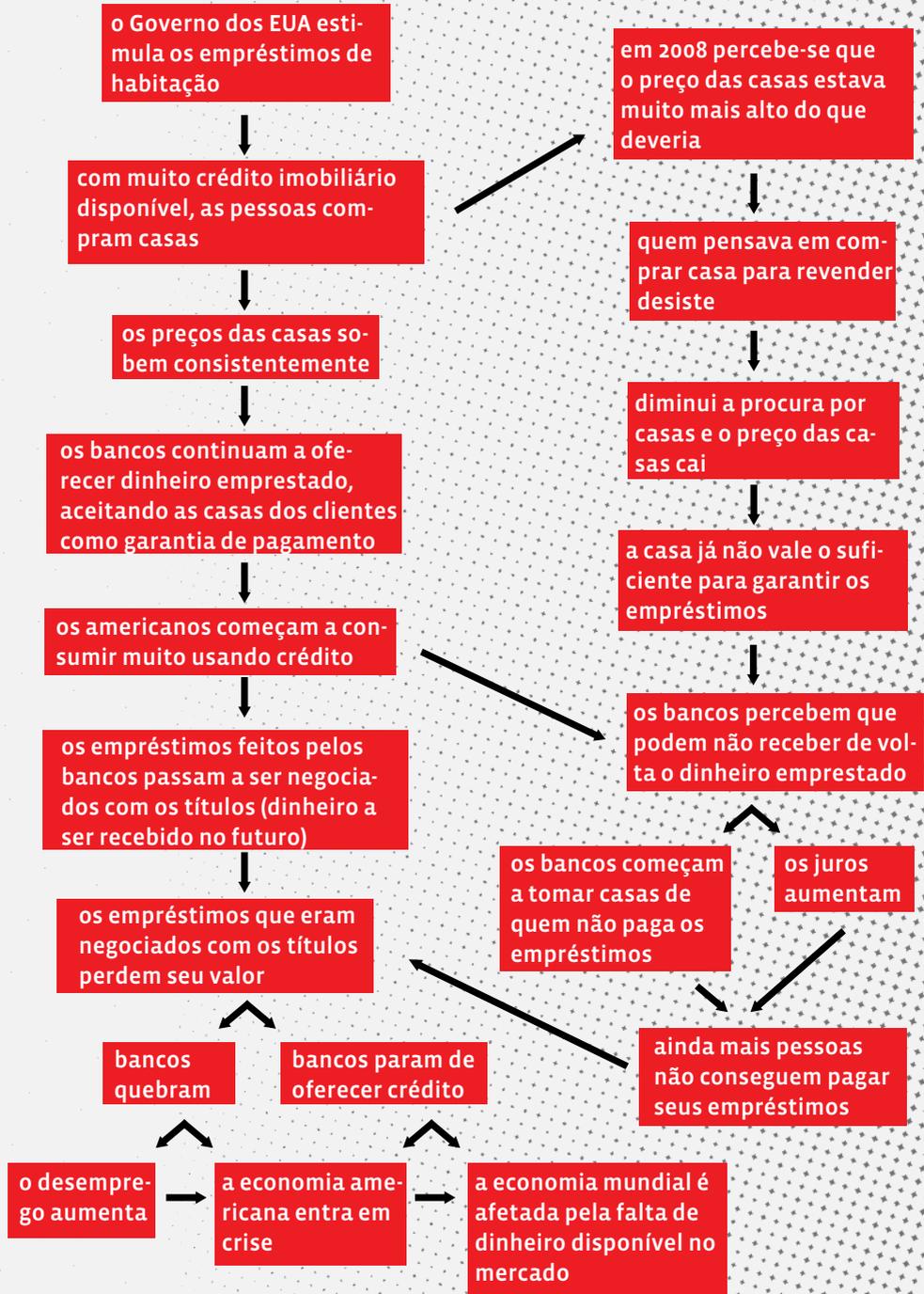
Hipoteca é uma tomada de empréstimo bancário, dando um imóvel como garantia de pagamento.

Inadimplência é o não pagamento de dinheiro devido.

Você lê no jornal:

CRISE INICIADA NOS EUA CONTAMINA O MUNDO

Veja um esquema de como a crise no setor imobiliário dos EUA afetou o mundo. Este diagrama detalha as etapas da crise, que começou no mercado imobiliário americano e evoluiu para se transformar na pior recessão mundial deste a Grande Depressão.



ENTÃO O BRASIL FOI AFETADO

A disseminação da crise se deu em setembro de 2008, com a falência do banco de investimentos americano Lehman Brothers. Esse episódio, em um ambiente de grande incerteza, levou a maioria dos bancos a se retrair para evitar perdas com empréstimos que, na visão de seus executivos, não seriam pagos. Esta retração afetou o Brasil e vários outros países, que não puderam continuar a tomar os empréstimos que tomavam habitualmente, para financiar importações e outras operações bancárias. O que se seguiu foi uma redução profunda na produção industrial, que deflagrou uma primeira onda de desemprego.

O QUE O GOVERNO PODE FAZER?

Em todos os países os governos tomaram medidas para atenuar o impacto da crise. Essas medidas envolveram empréstimos aos bancos em dificuldade, para que não se interrompessem completamente os empréstimos concedidos pelos bancos. A decisão dos governos de emprestar somas de grande vulto é consequência do aprendizado com crises passadas, notadamente a de 1929, quando a postura mais distanciada das autoridades econômicas prolongou a duração e aprofundou os efeitos negativos da crise.

E VOCÊ COM ISSO?

Bem, já mostramos como a crise afetou o Brasil. E, se ela chegou até o seu país, chegou até você. Imagine que sua família queira comprar uma casa própria... Imagine que seu pai esteja querendo abrir um negócio e precise de um empréstimo... ou que necessite vender o carro e não consiga obter um preço justo porque não tem quem possa pagá-lo... Esses são alguns exemplos dos impactos da crise na vida das pessoas. Enfim, mesmo tão longe, você foi afetado, sim, pela crise americana.

SAIBA MAIS

A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929

Esta não é a primeira crise de proporções mundiais. Em 1929, por exemplo, houve a “Quebra da Bolsa de Nova York”, que causou a ruína de muitas pessoas dentro e fora dos Estados Unidos. Por uma série de fatores, a oferta de produtos ficou maior do que a demanda. Com a queda do consumo, os produtos encaharam, o que causou a perda de emprego para cerca de 12 milhões de norte-americanos, a hiperdesvalorização dos papéis na Bolsa de Valores de Nova York e a falência de milhares de bancos, indústrias e empresas rurais.

Abalados, os Estados Unidos reduziram a importação de produtos estrangeiros e suspenderam os empréstimos a outros países, ocasionando uma crise mundial. No Brasil, o preço do café despencou e a queda na receita de exportações (o Brasil era o maior exportador de café do mundo) dificultou as importações de bens de consumo e matérias-primas para o funcionamento de outras indústrias, gerando milhares de desempregados. O estrago não foi maior porque o governo brasileiro comprou café dos fazendeiros e queimou. Essa estranha atitude, ao reduzir a oferta do produto, evitou que os preços caíssem ainda mais, o que levaria a maiores prejuízos.

SONHO PLANEJADO

Chegou a hora de você utilizar tudo o que aprendeu no Bloco 3 e fazer um planejamento financeiro para um sonho coletivo!

Nestas páginas são apresentadas etapas que envolvem planejamento, tomadas de decisão e pesquisas. Utilize o Caderno do Aluno para anotar ideias e organizar seu planejamento. Essa é uma atividade em grupo, já que se trata de um sonho compartilhado e que há necessidade de um esforço coletivo para realizá-lo.

DIZ-SE POR AÍ

Um sonho sonhado sozinho é só um sonho, mas um sonho sonhado em conjunto vira realidade.

PESSOA MODELO – MARTIN LUTHER KING

“Eu tenho um sonho...”

“I have a dream...”

Essa frase foi dita em 1963 e é famosa até hoje! Fez parte do discurso de Martin Luther King durante a chamada “marcha pelo emprego e pela liberdade”, uma marcha pacífica que ele liderou em Washington (EUA).

Martin Luther King (1929-1968) foi um pastor norte-americano que lutou por um tratamento igualitário e contribuiu para a melhoria da situação da comunidade negra, por meio de protestos pacíficos e discursos enérgicos sobre a necessidade do fim da desigualdade racial. Veja alguns trechos de seu famoso discurso:

“Eu tenho um sonho que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que todos os homens são criados iguais.”

“Eu tenho um sonho que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Eu tenho um sonho hoje!”

SONHOS COLETIVOS

Há sonhos que temos que são só para nós mesmos e para as pessoas próximas a nós.

Mas há também os sonhos que temos para o mundo. Sonhos maiores, coletivos e que não dependem só da gente para serem realizados. Sonhos que nem sabemos se serão realizados algum dia, mas que nos movem a persistir na luta por eles.

Às vezes, justamente quando estamos cheios de sonhos para um mundo melhor é quando ouvimos aquelas frases desanimadoras como: “Quando eu era jovem eu também pensava assim, mas essa vontade passa!”; “Não adianta nada lutar, você vai ver”; “Até parece! Isso nunca vai mudar”.

Meu sonho é fazer uma faculdade

Quero dar uma vida melhor para meus pais e meus filhos

Mas se nada mudasse, não teríamos mudanças históricas para estudar e a humanidade viveria da mesma forma durante séculos e séculos. Se conquistamos cada vez mais direitos, por exemplo, é porque muita gente lutou em conjunto para que isso acontecesse. E então temos como resultado conquistas como a Declaração de Direitos Humanos – proclamada em 1948 e cada vez mais respeitada entre os países.

A própria ONU (Organização das Nações Unidas) é resultado de uma sensibilidade coletiva provocada pela Segunda Guerra Mundial. Ela foi fundada nesse pós-guerra para “manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos”.

Para saber mais, visite o site www.onu-brasil.org.br

Quais são os seus sonhos pessoais para sua comunidade, seu país, para o mundo? Escreva-os em seu CADERNO DO ALUNO.

Adoraria ser guitarrista

Viajar para Fernando de Noronha

SONHOS COLETIVOS QUE DEPENDEM DE DINHEIRO

Junte-se com alguns colegas e conversem sobre os sonhos que vocês compartilham para sua comunidade, seu país, para o mundo. Dentre esses sonhos compartilhados, quais deles vocês acham que poderiam ser realizados com a ajuda de dinheiro e de planejamento financeiro?

Será que vocês poderiam montar uma central de voluntariado para conectar pessoas oferecendo trabalho voluntário com organizações ou instituições que estão precisando de ajuda? Essa central teria um telefone, um local, um e-mail, um site? Vocês provavelmente teriam que se deslocar para conhecer as instituições, fotocopiar e enviar documentos, fazer muitas ligações. Como vocês bancariam esses gastos (mesmo que baixos)? Como fariam a logística (gerenciamento) dessa central?

Será que utilizar o espaço da escola à noite ou aos finais de semana para cursos profissionalizantes para os pais ajudaria as pessoas da sua comunidade? Ah, mas vocês precisam muito de computador e a escola já disse que não tem como conseguir esse recurso... Como vocês conseguiriam?

Vocês vão escolher um sonho coletivo para planejem sua realização. Não precisa começar de cara tentando acabar com a fome no mundo. Comecem com algo bem menor e mais próximo a vocês. Pensem nas necessidades da sua localidade.

Escreva em seu CADERNO DO ALUNO o sonho que vocês escolheram.

SONHO E META

Agora analisem o sonho de vocês e tentem estabelecer uma meta.

Veja alguns exemplos:

Sonho: que as pessoas da minha comunidade possam ter maiores chances profissionais.

Meta: dentro dos próximos 2 anos, profissionalizar 60 adultos com oficinas noturnas gratuitas de manicure no espaço da escola.

Sonho: que o meu bairro seja um lugar melhor para morar.

Meta: utilizar a força da associação dos moradores para incluir no orçamento municipal a verba para pavimentar as ruas principais.

Sonho: construir um mundo sustentável.

Meta: angariar fundos e buscar as informações necessárias para tornar a minha escola autossustentável em 5 anos.

AÇÕES NECESSÁRIAS PARA CUMPRIR METAS INTERMEDIÁRIAS

Muitas vezes a meta do sonho é de longo prazo. Nesse caso, é preciso estabelecer algumas metas intermediárias para permitir o acompanhamento de resultados sistemáticos.

Veja um exemplo de como detalhar o planejamento de algumas metas intermediárias.

Começa-se com um planejamento mais geral. Aos poucos, conforme se vai tomando decisões mais detalhadas e pesquisando dados reais, tem-se maior clareza das ações, do dinheiro e do tempo necessários para alcançar cada meta intermediária.



| META PRINCIPAL | Dentro dos próximos 2 anos, capacitar 15 adultos por semestre, durante 2 anos, com oficinas noturnas gratuitas de manicure no espaço da escola | | |
|---|--|--|--|
| METAS INTERMEDIÁRIAS | AÇÕES GERAIS NECESSÁRIAS | DINHEIRO NECESSÁRIO | TEMPO NECESSÁRIO |
| Garantir uma sala equipada para as oficinas | Negociar com a direção da escola o espaço a ser utilizado e as condições | – | 1 mês |
| | Comprar material que será utilizado nas oficinas (esmaltes, algodão, removedor, alicate, lixa etc.) | A pesquisar | 1ª compra: 2 a 5 dias Depois: compras mensais regulares |
| Contratar profissional | Pesquisar disponibilidade de profissionais da comunidade | Telefonemas e internet | 2 a 3 semanas |
| | Contratar o profissional | Telefonemas | 1 a 2 semanas |
| Divulgar a oficina na localidade | Especificar público-alvo e levantar meios mais adequados de divulgação | – | 1 semana |
| | Produzir material de divulgação | Despesas com material de impressão (a detalhar) | 2 semanas |
| | Distribuir material de divulgação | Despesas com transporte para panfletagem e com telefonemas | 1 mês |

Agora criem o planejamento de vocês nesta tabela no **CADERNO DO ALUNO**. Lembrem que um planejamento não é uma camisa de força. Ele é um guia para suas ações e pode ser alterado conforme vocês forem especificando e concretizando suas ações.

E agora... mãos à obra! Quem sabe você e seu grupo sejam responsáveis por uma mudança positiva na escola ou na localidade de vocês!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOVESPA. **Educação Financeira**. Material didático de uso interno.

CAVALCANTE, Francisco. MISUMI, Jorge Yoshio. RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de capitais. O que é, como funciona**. Mercado de Capitais/Comissão Nacional de Bolsas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COREMEC, **Proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira nas Escolas**. BRASIL, 2009.

ESCOLA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Manual de direito do consumidor**. Brasília, 2009.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Decisões econômicas: você já parou para pensar?** São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Psicologia Econômica – estudo sobre comportamento econômico e tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

MANKIWI, Gregory N. **Introdução à economia. Princípios de micro e macroeconomia**. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Revisão técnica de Reinaldo Gonçalves. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

TOLEDO, Denise Campos de. **Assuma o controle das suas finanças: você feliz com dinheiro hoje e no futuro**. São Paulo: Editora Gente, 2008.

UNIBACEN. **Educação Financeira: Gestão Financeira Pessoal**. Material didático de uso interno.

WEBSITES INDICADOS

Banco Central: <http://www.bcb.gov.br>

Banco Central do Brasil – Moedas emitidas: <http://www.bcb.gov.br/?MOEDASBC>

Corrupção e crescimento econômico: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_244942.shtml

Câmara dos Deputados – Plenarinho: <http://www.plenarinho.gov.br>

CGU – Olho Vivo no Dinheiro Público: <http://www.cgu.gov.br/olhovivo/>

CGU – Controladoria Geral da União: <http://www.cgu.gov.br/Denuncias/formDenuncia.asp>

CVM: <http://www.cvm.gov.br>

Destruir dinheiro é ilegal! Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/148259/rasgar-papel-moeda-e-crime-ou- apenas-um-ato-de-loucura>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Investimentos por Estudantes por nível de ensino: http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157@articleId=24560@version=1.6

Leãozinho – site da Receita Federal que traz informações interessantes e ideias para apresentar aos jovens os conceitos e informações sobre tributos, de forma lúdica e atraente: <http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/>,

<http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/pnef/default.htm>

Mercosul: <http://www.mercosul.gov.br/dados-gerais>

Ministério do Trabalho e Emprego. Cartilha Lei do Estágio. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/cartilha-lei-do-estagio.htm>. Acesso em: 28 out. 2013

PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal: <http://www.receita.fazenda.gov.br/educafiscal/pnef.htm>

Portal Brasil: <http://www.portalbrasil.net/>

Portal da Transparência: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

Previc: <http://www.previdencia.gov.br/previc/>

Programa de educação fiscal da Receita Federal: <http://www.receita.fazenda.gov.br/educafiscal/default.htm>

SUSEP: <http://www.susep.gov.br/>

Transparência Internacional - Corrupção: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121205_transparencia_corupcao_percepcao_rw.shtml

GLOSSÁRIO

A

AGÊNCIAS REGULADORAS: fazem, de certo modo, o papel da concorrência onde ela não existe. Uma empresa de energia elétrica ou uma companhia de metrô não tem concorrentes diretos. Não há mercado suficiente para duas delas. É o que às vezes se chama de monopólio natural. A agência reguladora, que é um órgão do governo, por meio de estudos técnicos, estabelece um limite para os preços, retirando parte do poder de mercado dessas empresas.

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA): projeto de acordo comercial idealizado pelos Estados Unidos que propõe a derrubada gradual das barreiras comerciais e tarifas alfandegárias para quase todos os itens de comércio entre os países do continente americano, com exceção de Cuba. A ALCA era inicialmente vista por muitos como inevitável dentro do processo atual de globalização, que propõe um estreitamento das relações comerciais entre os países, de forma mais integrada e menos burocrática. Contudo, as resistências dos EUA em retirar os enormes subsídios agrícolas à agricultura americana e seu protecionismo em relação a produtos como o aço minaram o acordo.

APOSENTADORIA POR IDADE: segundo as regras atuais, têm direito a se aposentar por idade os trabalhadores urbanos do sexo masculino a partir dos 65 anos e do sexo feminino a partir dos 60 anos. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos: a partir dos 60 anos, homens, e a partir dos 55 anos, mulheres.

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO INTEGRAL: o trabalhador homem deve comprovar pelo menos 35 anos de contribuição e a trabalhadora mulher, 30 anos. Os homens podem requerer aposentadoria proporcional aos 53 anos de idade e 30 anos de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para completar 30 anos de contribuição.

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL: o trabalhador precisa combinar dois requisitos: tempo de contribuição e idade mínima. As mulheres têm direito à proporcional aos 48 anos de idade e 25 anos de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para completar 25 anos de contribuição.

B

BALANÇA COMERCIAL: valor das exportações de um país menos o valor das suas importações. Ela é superavitária quando as exportações superam as importações e deficitária em caso contrário. O país está em equilíbrio comercial se as importações forem iguais às exportações.

BANCO CENTRAL (BCB): responsável, entre outras atribuições, pela normatização e supervisão das atividades realizadas por várias instituições do mercado financeiro. Fiscaliza e disciplina o mercado financeiro, define regras, limites e condutas das instituições financeiras, incluindo normas relacionadas às tarifas que um banco pode cobrar e aos serviços que devem ser gratuitos. Empréstimo dinheiro aos bancos comerciais quando eles o necessitam, faz a gestão da política monetária do governo, centraliza as transferências financeiras entre o Brasil e o exterior e também é o banco do governo no gerenciamento da dívida pública interna e externa.

BANCOS COMERCIAIS: são os bancos mais conhecidos pelas pessoas em geral. Prestam serviços, como pagamentos de cheques, cobranças, recebem impostos e tarifas públicas, conta poupança, recebem depósitos à vista, fundos de investimento, contas-salário para pagamento de funcionários, fornecem crédito (empréstimos pessoais ou financiamento de bens) normalmente de curto prazo para pessoas físicas e empresas.

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO: diferentes dos bancos comerciais, se parecem bastante com os bancos de investimento. Uma grande diferença entre esses dois é que os bancos de desenvolvimento são instituições públicas – estaduais ou federais (BNDES) –, que agem para promover o desenvolvimento econômico e social da região em que atua.

BANCOS DE INVESTIMENTO: diferentes dos bancos comerciais porque não recebem depósitos à vista, e estão voltados para apoiar empresas e que precisam de recursos para se modernizar, ampliar sua capacidade de produção etc. Os bancos de investimento também oferecem créditos de médio e longo prazo.

BANCO MUNDIAL: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido simplesmente como “Banco Mundial”, foi criado junto com o FMI em 1944. Atualmente sua principal missão é contribuir com o esforço para eliminar a pobreza mundial através de empréstimos a longo prazo e da assistência técnica aos países em desenvolvimento. Os projetos financiados pelo Banco Mundial normalmente são direcionados para o desenvolvimento econômico e social, envolvendo áreas como infraestrutura, educação, agricultura, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, habitação etc. O Banco Mundial se caracteriza não somente por trabalhar com prazos mais longos e juros mais baixos (ou nulos) do que os bancos comerciais, como é próprio de bancos de desenvolvimento, mas também por ser uma organização constituída por países desenvolvidos e em desenvolvimento que são seus membros e acionistas.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID): organização financeira internacional de atuação regional que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento econômico e social de países da América Latina e Caribe. O BID busca promover o comércio e a integração regionais e também atua fornecendo empréstimos e cooperação técnica aos países-membros. O BID é controlado por seus países-membros, que têm o poder de voto proporcional ao montante de recursos que investiram na aquisição de seu capital.

BLOCOS ECONÔMICOS OU COMERCIAIS: formados por alguns países para atuar de forma conjunta em prol de seus interesses. A primeira fase costuma ser a de criar uma área de livre-comércio com a isenção das tarifas de importação de produtos entre os países-membros. Deste modo, um artigo produzido num país pode ser vendido em outro sem a incidência de imposto de importação, respeitando-se apenas as normas sanitárias e outras leis. Se tudo correr bem, com o tempo chega-se a uma integração econômica mais profunda entre seus países-membros e implica medidas como a adoção das mesmas normas de comércio interno e externo, unificando as economias para, eventualmente, unificar moedas e instituições.

BOLSA DE VALORES: local onde as pessoas negociam (isto é, compram e vendem) as ações. Quando as empresas se valorizam, crescem, prosperam, suas ações se valorizam também. Quando elas se desvalorizam, o valor das ações cai.

C

CARTEL: consiste em um acordo feito entre empresas do mesmo ramo. As empresas que formam o cartel normalmente têm produtos similares e fazem o acordo para coordenar preços, produção, parcelas do mercado, alocação de consumidores, dividir territórios de atuação, acertar quem vencerá quais concorrências públicas para prestar serviços ao governo etc. O objetivo é maximizar os lucros, minimizando a concorrência e impedindo o surgimento de novas empresas do ramo na sua área. A formação dos cartéis prejudica os consumidores e é proibida em alguns países, dentre eles o Brasil, e é fiscalizada pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL): órgão da ONU que pesquisa, levanta e estuda dados e propõe medidas para auxiliar no desenvolvimento da região.

CLUBES DE INVESTIMENTOS: associações de pessoas, um clube mesmo, que se reúnem para investir em ações, podendo comprar também debêntures, que são títulos representativos de empréstimos feitos por particulares às empresas.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI): entidade que representa o setor industrial brasileiro e atua ativamente na defesa dos interesses do setor produtivo.

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNP): equivalente do CPF para as pessoas jurídicas, por isso toda empresa tem que ter o seu CNPJ. O seu número identifica uma pessoa jurídica junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN): órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN, das políticas da moeda, do crédito e do câmbio, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: geradas por empregadores e empregados que destinam parte de sua renda ao governo (por meio da Receita Federal do Brasil) para que, quando não possam mais trabalhar (por velhice, doença, invalidez ou por outro motivo), continuem recebendo algum pagamento mensal.

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF): banco de dados gerenciado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (órgão do Ministério da Fazenda), que armazena informações cadastrais de contribuintes (pessoas físicas brasileiras ou estrangeiras com negócios no Brasil) ou de cidadãos que se inscreveram voluntariamente.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM): regulamenta, fiscaliza e promove o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários (o que inclui ações, cotas de fundos de investimento, além de outros títulos e contratos emitidos para captar recursos junto ao público), protegendo os investidores de atos irregulares de outros participantes do mercado, assegurando o acesso a informações necessárias à tomada de decisão consciente e bem informada sobre suas aplicações, assegurando o funcionamento regular e eficiente do mercado, estimulando a formação de poupanças e a sua aplicação no financiamento das atividades econômicas.

CONTRIBUIÇÕES: contribuições de melhoria e contribuições sociais. Contribuição de melhoria – Quando o governo faz uma obra que valoriza os imóveis de um local, as pessoas têm de pagar algum valor para o governo. Contribuição social – Podem ser de vários tipos, a mais conhecida delas é a utilizada para custeio da seguridade social, ou seja, a saúde, a previdência e a assistência social.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO: formadas por associados que recebem dela empréstimos e outros serviços financeiros em condições mais vantajosas do que as normalmente encontradas no mercado. Os associados podem ser funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, profissionais de determinado setor ou empresários.

D **DEMANDA:** não é apenas o desejo, mas principalmente a intenção de pagar para dispor de um determinado bem ou serviço. Ela pode ser influenciada por diferentes fatores como o gosto, a renda das pessoas, suas expectativas e os preços. Em princípio, quando sobe o preço a demanda cai.

DESEMPREGO: acontece quando parte da força de trabalho de um país (ou seja, as pessoas em idade de trabalhar e que desejam fazê-lo) não consegue encontrar emprego.

DESEMPREGO FRICCIONAL: nível normal de desemprego que ocorre quando as pessoas saíram de um emprego e estão em busca de outro. Ou quando estão à procura de seu primeiro emprego. Há vaga, mas leva algum tempo até a pessoa encontrá-la.

DESEMPREGO ESTRUTURAL: as vagas de emprego não existem, obrigando a pessoa a mudar de profissão ou localidade. Normalmente causado por inovação tecnológica ou recessão, torna-se grave quando o problema é generalizado, atingindo várias ocupações e todo o país.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: significa desenvolver a economia do país preservando o meio ambiente. Esse parece ser o grande desafio do século XXI.

DESPESA: refere-se ao dinheiro que sai no orçamento, ou seja, o quanto uma pessoa gasta.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE): criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores.

DINHEIRO: o dinheiro ou moeda surgiu nas economias antigas, resolvendo muitos dos problemas causados pelo escambo. Possui algumas funções e poderes descritos abaixo:

MEIO DE TROCA: uma das funções da moeda. Se todos usam dinheiro para vender e comprar, você pode comprar o que deseja sem precisar trocar diretamente mercadorias como no escambo. Por exemplo, pode vender o mel que produz para outras pessoas e conseguir o dinheiro para comprar o que deseja. Medida de valor, indicando os preços de itens como mel, cabras, peixes, sapatos, serviços de limpeza etc. Por extensão, permitindo que as pessoas façam reservas de valor, preservando seu patrimônio e riqueza. É importante observar que guardar moeda é uma forma (pouco eficiente) de armazenar riqueza, mas não sua causa. Afinal, a inflação diminui o valor da moeda. Com o dinheiro as pessoas também podem liquidar suas dívidas, livrando-se delas. É o poder liberatório da moeda. O dinheiro também é divisível.

DINHEIRO ESCRITURAL: aquele não está lá fisicamente, sendo representado por instrumentos como saldos de contas bancárias.

DIREITOS SOCIAIS DOS CIDADÃOS: para promover a igualdade e garantir certo nível de bem-estar social, o governo mantém serviços de saúde e educação públicos, entre outros, mantidos com os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhorias) que todos nós pagamos.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA ECONOMIA: forma como a renda é repartida pelos habitantes de um país ou região. Se a renda for muito concentrada, isto é, se estiver nas mãos de poucos, o país pode ser muito rico e seus habitantes, muito pobres. Por outro lado, o país pode não ser tão rico, mas seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida melhor que o da maioria dos habitantes de um país com economia maior. Essa diferença nasce de como a renda gerada no país é distribuída entre os seus habitantes.

E

ECONOMIA DE MERCADO: no Brasil, e na maioria dos países, a economia é formada por muitos mercados, onde os preços sobem e descem em função da oferta e da demanda. Nas economias que se organizam a partir de mercados, os preços são sinais que orientam as decisões das pessoas: preços altos estimulam a oferta, fazendo com que os produtores atuais expandam sua produção e até mesmo que outras pessoas queiram passar a ofertar aquele produto ou serviço. Se os preços caem, ocorre o movimento contrário. Não existe economia de mercado pura. Em qualquer país, há sempre alguns produtos e serviços ofertados pelo governo. São os bens públicos, como segurança, iluminação e boa parte do ensino básico.

ESCAMBO: troca direta de mercadorias. Por exemplo, você produz mel e troca alguns jarros por uma cabra. Depende de que os donos dos produtos queiram fazer a troca em questão.

ESPAÇO PÚBLICO: As cidades devem possuir, além das áreas privadas, uma esfera pública, pertencente e usada pela comunidade. Atualmente, o espaço público é planejado de forma mais integrada e harmônica com as necessidades e desejos das comunidades.

ESPAÇOS PÚBLICOS LIVRES: incluem as áreas de circulação (como a rua), espaços de lazer (como uma praça), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica). O governo não cobra ingressos e garante a livre circulação das pessoas.

ÊXODO DE MORADORES: quando uma localidade não tem condições de empregar todos os seus moradores, muitos deles são forçados a partir em busca de emprego em outras cidades.

EXPORTAÇÃO: quando produtos ou serviços produzidos no nosso país são vendidos para o exterior.

EXTERNALIDADE: efeito colateral ou consequência para pessoas externas à transação econômica ou ao negócio, e pode ser positiva ou negativa. Quando as ações de indústrias têm impacto sobre o bem-estar de pessoas que não participaram da ação, estamos diante de uma “externalidade”. O papel do governo é fazer com que o causador da externalidade assuma seus custos, se ela for negativa, ou receba seus benefícios, se positiva.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO): órgão da ONU cujo foco é a segurança alimentar, sobretudo das populações mais pobres. A FAO divulga estatísticas e estudos e realiza conferências internacionais com o objetivo de orientar governos em suas políticas alimentares.

FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB): ou Gross National Happiness (GNH) como um conceito de desenvolvimento social alternativo ao Produto Interno Bruto (PIB). Os quatro pilares da FIB são: desenvolvimento socioeconômico sustentável e igualitário; preservação e promoção de valores culturais; conservação do meio ambiente; bom governo (ético, eficiente e responsável). Inicialmente visto quase como uma curiosidade (ou mesmo excentricidade), o FIB vem atraindo a atenção de pesquisadores de vários países do mundo.

FUNDO DE INVESTIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO (FICART): composição de recursos, por meio de quotas, constituída na forma de fundos de investimentos e destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos. Compete à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, disciplinar a constituição, o funcionamento e a administração do FICART através de instruções específicas.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV): centro de ensino de qualidade e excelência que dedica seus esforços ao desenvolvimento intelectual do país.

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS): todos os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (funcionário de empresa particular ou empregado público) devem possuir uma conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na Caixa Econômica Federal para cada vínculo empregatício existente. Nessa conta, o empregador deve depositar o valor referente a 8% do salário bruto desse trabalhador, à exceção do menor aprendiz, cujo recolhimento é de 2% da remuneração. O Estado brasileiro usa esses recursos para amparar os trabalhadores em alguns casos (para isso existe o FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador) e também para investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura. Os trabalhadores podem sacar o FGTS em alguns casos como demissão sem justa causa, para comprar a casa própria, em caso de certas doenças e também em programas de compras de ações de grandes empresas como a Petrobras e a Vale.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI): organização que reúne países do mundo todo com a missão de trabalhar em prol da cooperação monetária, estabilidade financeira e comércio em nível internacional. Suas metas também incluem promover altos níveis de emprego e desenvolvimento econômico sustentável, além de reduzir a pobreza. O FMI busca atingir suas metas de diferentes formas, entre elas fornecendo assessoria técnica e ajuda financeira aos países-membros com dificuldades econômicas. O dinheiro do FMI vem dos países-membros, entre os quais o Brasil.

FUNDO NACIONAL DE CULTURA (FNC): tem o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais. Sendo um Fundo constituído de recursos diversos oriundos de fontes governamentais e particulares, destinado ao financiamento de projetos culturais de pessoas físicas e jurídicas de caráter cultural, administrado pelo Ministério da Cultura.

G **GRUPO DOS 20 (G-20):** grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia (UE). O G-20 não é uma instituição financeira formal e não possui um quadro permanente de profissionais, sendo muito mais um fórum de discussão internacional. A sua presidência é rotativa.

H **HIPOTECA:** é uma tomada de empréstimo bancário, dando um imóvel como garantia de pagamento.

I **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE):** sua missão é identificar e analisar o território, contar a população, mostrar como a economia evolui por meio do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem. Para tanto, este órgão do governo estuda e publica uma série de dados estatísticos sobre diversos aspectos da nossa vida, como população (quantas pessoas há em quais lugares, em que trabalham, como vivem), economia (finanças públicas, PIB e resultados da indústria, agropecuária, comércio, serviços etc.), geociências (recursos naturais, mapas).

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO (ICMS): é o mais importante tributo cobrado pelos Estados que incide sobre cada etapa da circulação de todo tipo de mercadoria e de alguns serviços. Em cada uma das etapas, deve haver a emissão de nota ou cupom fiscal. O imposto também incide sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de comunicações e de energia elétrica, dentre outros. Na maioria dos casos, as empresas repassam esse imposto ao consumidor, embutindo-o nos preços dos produtos. As mercadorias normalmente são tributadas de acordo com sua importância. Assim, para produtos básicos, como o arroz e o feijão, o ICMS cobrado é menor do que no caso de produtos supérfluos, como cigarros, bebidas alcoólicas e perfumes.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH): criado para medir o nível de bem-estar social das populações dos países do mundo. Ele é calculado regularmente pela ONU. Este é um índice que engloba três dimensões: renda, educação e esperança média de vida. Seu objetivo é ser uma medida padronizada de avaliação do bem-estar da população de uma localidade (país, estado, município, bairro etc.). O IDH, portanto, pode ser calculado para um país, estado, cidade ou mesmo um bairro. Todos os países membros da ONU são anualmente avaliados e recebem seu valor de IDH, que varia entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento pleno).

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO (IGPM): indexador que toma por base o preço de mercado de alguns produtos

IMPORTAÇÃO: quando compramos produtos ou serviços produzidos no exterior.

IMPOSTOS: são tributos obrigatórios e independem de qualquer contrapartida. O contribuinte não sabe exatamente onde o dinheiro será investido. O governo tem o poder de impô-lo, por isso o termo imposto, mas há limites legais para esse poder. Os impostos podem ser diretos ou indiretos. No caso dos indiretos, estes estão embutidos nos preços dos produtos ou serviços. A gente paga indiretamente quando compra alguma coisa ou contrata um serviço. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo. Nesse caso, o percentual do imposto não varia de acordo com a renda da pessoa, como acontece com o Imposto de Renda, que é um exemplo de imposto direto porque incide direto sobre a renda.

IMPOSTO DE RENDA: imposto federal que incide sobre valores recebidos por todos os contribuintes que tenham obtido um ganho acima de um determinado valor. O valor do imposto de renda é calculado com base na renda da pessoa, quanto maior a renda, mais ela paga de imposto. Existem deduções que podem ser feitas do imposto devido, é o caso de dependentes, contribuições previdenciárias, despesas médicas e com educação etc.

INADIMPLÊNCIA: é o não pagamento de dinheiro devido.

INSUMO: um bem ou serviço utilizado na produção de outro bem ou serviço

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS): órgão público que administra as contribuições para a manutenção do Regime Geral da Previdência Social, sendo o responsável pelo pagamento da aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros benefícios previstos em lei. Todos que tem remuneração em carteira assinada contribuem para o INSS.

ÍNDICE DE INFLAÇÃO: um número expresso em porcentagem, que mostra como os preços variaram entre duas determinadas datas, medindo a inflação.

INFLAÇÃO: aumento contínuo e generalizado dos preços. Como o nome diz, os preços dos produtos estão inflados.

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU): é um imposto municipal que as pessoas pagam pelo imóvel que possuem como proprietárias.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS): é um imposto municipal pago por empresas ou profissionais autônomos ou liberais ao prestarem serviço para alguém, como médicos, advogados, qualquer tipo de consultoria etc. Apesar de o imposto ser pago por quem presta o serviço, muitos municípios determinam que os clientes são os responsáveis pelo recolhimento do imposto, devendo descontar seu valor do pagamento feito à empresa ou ao autônomo.

L **LEIS DE “INCENTIVO FISCAL”:** permitem que as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) apliquem uma parte do seu imposto de renda em ações culturais ou esportivas.

LEI ROUANET: lei de incentivo fiscal porque permite que as empresas usem até 4% do valor do Imposto de Renda (IR) para projetos culturais. Assim, se a empresa deve R\$ 100.000,00 de IR ao governo, pode usar até R\$ 4.000,00 para ajudar a produzir um filme ou uma peça de teatro.

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE (LEI Nº 11.438, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006): contém incentivos similares aos da Lei Rouanet.

LEI DA OFERTA E DA DEMANDA: afirma que toda vez que a demanda fica maior do que a oferta, o preço sobe. Se a demanda supera a oferta, alguém sempre pode se dispor a pagar mais pelo produto, e os preços começam a subir. Do mesmo modo, se a oferta fica maior que a demanda, o preço cai. Quando a oferta supera a demanda, significa que existe sobra do produto.

M **MECENATO:** apoio conferido por pessoas físicas ou jurídicas contribuintes do imposto sobre a renda a projetos culturais aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, destinando ou aplicando parte do imposto devido em favor desses projetos.

MERCADOS: locais físicos ou virtuais de encontro para compra e venda, como as feiras livres ou determinados sites. Em economia, mercado normalmente significa o conjunto de compradores e vendedores de um bem ou serviço em uma determinada área. Assim, o mercado de pães da sua cidade é formado por quem vende pão, geralmente padarias e supermercados (oferta), e por quem compra pão, donas de casa, escolas que servem lanche aos seus alunos e funcionários etc. (demanda), no município em que você mora.

MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL): bloco econômico que começou como uma aliança comercial entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, estabelecendo uma área de livre-comércio entre esses países para dinamizar suas economias. Em 1995, a zona de livre-comércio do Mercosul converteu-se em união aduaneira. Uma das metas atuais do bloco é a criação da universidade do Mercosul, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que será uma instituição de ensino superior pública sediada na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

METAS PARA A INFLAÇÃO: estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é quem formula a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade dos preços e o desenvolvimento econômico e social do país. O governo então assume o compromisso de evitar a inflação.

MOEDA: ver dinheiro.

MONOPÓLIO: quando só uma pessoa ou empresa pode fornecer um produto ou serviço. Ela tem poder de mercado. Ela consegue cobrar pelos seus produtos um preço mais alto do que cobraria se tivesse concorrentes.

N

TRATADO NORTE-AMERICANO DE LIVRE-COMÉRCIO (NAFTA): basicamente é um tratado entre o Canadá, México e Estados Unidos da América, tendo o Chile como associado, que entrou em vigor em 1994 e busca criar um ambiente de livre-comércio, com custo reduzido para troca de mercadorias entre os três países. O NAFTA não pretende criar um conjunto de corpos governamentais supranacionais, como a União Europeia; seus objetivos restringem-se a ampliar os mercados e a produtividade de seus países-membros, que passam a poder se instalar nos países que apresentarem os menores custos de produção.

NOTA PROMISSÓRIA: é uma promessa de pagamento.

O

OFERTA: composta pelas pessoas que querem vender um produto ou serviço por um determinado preço. Em princípio, quando os preços sobem, a oferta aumenta, pois as pessoas se sentem mais motivadas a vender. Além do preço, outras coisas afetam a quantidade oferecida, como os insumos e seus preços, a tecnologia que pode tornar uma produção maior mais fácil, as expectativas.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT): agências do Sistema das Nações Unidas fundada com o objetivo de promover a justiça social, a OIT é a única que tem estrutura tripartite, na qual os representantes dos empregadores e dos trabalhadores têm os mesmos direitos que os do governo.

OLIGOPÓLIO: é quando um pequeno grupo de empresas controla a oferta de um bem ou serviço. Não tem o mesmo poder de um monopólio, mas também influencia os preços.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC): organização internacional que trata das regras sobre o comércio entre os seus países membros (um total de 153 países em 2009). Os países que compõem a OMC negociam, resolvem seus conflitos e assinam acordos que depois têm de ser confirmados pelo parlamento (ou congresso) de cada nação e passam a regular o comércio internacional.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU): instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a Segunda Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos.

ORÇAMENTO PÚBLICO: ferramenta financeira que pode ser entendida, em termos mais simples, como sendo similar a uma tabela em que de um lado estão as receitas, e, do outro, as despesas (o orçamento de um país pode ser a maior tabela que você já viu, com mais de 5 mil linhas). As receitas representam o dinheiro que entra, com o qual se pagará as despesas. A fonte de receita dos governos vem principalmente dos tributos (taxas, impostos e contribuições de melhorias) que os cidadãos pagam. O orçamento público indica quanto dinheiro está destinado a cada serviço público que o governo presta à população.

P

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): ao aderir ao PDE, os municípios e estados devem realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local. A partir desse diagnóstico, desenvolverão um conjunto coerente de ações. Esse conjunto de ações é o PAR.

PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO (PDE): busca melhorar as condições de acesso, permanência, conclusão e sucesso dos alunos de forma a não comprometer o presente e o futuro das novas gerações e do desenvolvimento social e econômico do país. O plano foi pensado para funcionar com a colaboração dos municípios e estados e também das famílias e da comunidade, num esforço de todos para melhoria dos indicadores educacionais.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): presta assistência financeira às escolas públicas de educação básica. O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB): soma de tudo o que se produz no país. O PIB é a medida do tamanho de uma economia, ou seja, quanto mais se produz num país, maior o PIB.

PIB “PER CAPITA”: (se pronuncia “cápita”; “per capita” quer dizer “por cabeça”, ou seja, por pessoa) é o resultado da divisão do PIB pelo número de habitantes do país e dá uma medida do grau de desenvolvimento do país. O PIB per capita equivale à renda per capita, o que dá uma ideia de qual PODERIA ser o ganho médio de cada indivíduo da população.

PLANEJAMENTO: refere-se ao conjunto de ações que se inicia ao traçar metas e avaliar as dificuldades do caminho para vencê-las, depois evolui para se elaborar um plano com etapas para atingir as metas, contornando ou resolvendo as dificuldades previstas.

PODER AQUISITIVO OU PODER DE COMPRA: significa o quanto você consegue comprar. Se o salário não acompanha a inflação, o poder de compra cai.

POUPADORES: pessoas que gastam menos do que ganham, dispõem de excedentes financeiros.

POUPANÇA: é a parte da receita que não é consumida, ou seja, é o dinheiro que se guarda, com o objetivo de utilizá-lo no futuro.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: sistema de acumulação de recursos visando a proporcionar, na aposentadoria, uma renda mensal complementar aos valores pagos pela Previdência Social. A previdência complementar é opcional, pode ser aberta, ou seja, disponível a qualquer pessoa que tenha interesse em participar (os produtos de previdência complementar aberta são elaborados por seguradoras ou entidades abertas de previdência complementar – EAPC), ou fechada, que inclui aquela que é voltada tanto a empregados quanto a trabalhadores vinculados a alguma entidade representativa de classe, como sindicatos, cooperativas, associações e outras.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: área do governo que garante a renda do contribuinte em caso de velhice, doença, acidente, gravidez, morte e prisão. Previdência pública disponível para todos os brasileiros tem como meta garantir que as pessoas em geral tenham aposentadorias que lhes permitam viver com estabilidade e dignidade. É pública e obrigatória.

PRONAC: instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que financia projetos culturais de pessoas físicas e/ou jurídicas de natureza cultural, via captação e distribuição de recursos financeiros através do Fundo Nacional de Cultura – FNC, do Mecenato e do Fundo de Investimento Cultural e Artístico – FICART.

R

RECEITA: refere-se ao dinheiro que entra no orçamento, ou seja, o quanto uma pessoa recebe.

RECESSÃO: ciclo econômico em que há uma queda da renda e da produção, e o desemprego aumenta. Quando se agrava, torna-se uma depressão.

S

SALÁRIO MÍNIMO: a constituição federal brasileira de 1988 estabelece, no capítulo II (Direitos Sociais), artigo 6º, o direito de todo trabalhador a um salário mínimo. A cláusula IV define o valor do salário como “capaz de atender a suas [do trabalhador] necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. A cláusula IV também garante reajustes periódicos do salário mínimo para preservar o poder aquisitivo do trabalhador diante da inflação. Por isso o salário mínimo tem seu valor reajustado todo ano.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN): ambiente em que se faz a intermediação do mercado financeiro. As instituições financeiras, as empresas privadas ou públicas que podem fazer essa intermediação recebendo depósitos à vista (se forem bancárias) ou não (se não forem bancárias, trabalhando com ações, por exemplo), compõem o “subsistema operativo do SFN”. Elas operam dentro de um conjunto de regras e são fiscalizadas principalmente pelos órgãos públicos do subsistema supervisor do SFN

SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO: mais conhecidas como “financeiras”. Elas se dedicam ao financiamento de “bens duráveis” para pessoas físicas, ou seja, emprestam recursos para que as pessoas possam comprar a prazo coisas como máquina de lavar, carro, geladeira, por meio do crédito direto ao consumidor. Elas também podem repassar recursos do governo e fazer empréstimos pessoais.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC): responsável pela supervisão e fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar, mais conhecidas como fundos de pensão, visando garantir o pagamento dos benefícios aos participantes dos planos de previdência fechados.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP): autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro.

T

TARIFAS: para proteger a produção nacional, e seus empregos, muitos governos usam recursos como impor tarifas (tornando as importações mais caras) ou quotas de importação (limitando as importações em volume). Esses recursos são usados também para compensar restrições feitas às nossas exportações por outros países.

TAXAS: tributo para o qual há uma vinculação. Como a prestação de um serviço público de que a população necessita. Ex: taxa de incêndio que garante verbas para os bombeiros. As taxas estão relacionadas à fiscalização e licenciamentos em geral e são organizadas em “competências”, em níveis federal, estadual, municipal ou distrital. Portanto, só o município pode cobrar taxas de competência municipal, como a taxa de coleta domiciliar de lixo.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB: mostra quanto a renda nacional vem crescendo ao longo do tempo.

TOMADORES: pessoas que precisam de mais recursos do que dispõem para cobrir seus gastos ou para empreender abrindo seu próprio negócio.

TRIBUTOS: principal fonte de receita dos governos municipais, estaduais e federal.

U

UNIÃO EUROPEIA: o mais antigo dos blocos econômicos, em 2009 possuía 27 estados-membros. O Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993, estabeleceu três pilares de integração para a União Europeia: comunitário (políticas comuns e mercado interno); política externa e segurança; assuntos internos (imigração, asilo, polícia, justiça etc). Contudo, o elemento mais marcante da integração, para muitas pessoas, foi a adoção, em 1999, de uma moeda comum para diferentes países: o euro. Antes do euro, cada país tinha a sua moeda.

Este livro foi composto com as famílias tipográficas Vista Sans
e Info Text. Impresso em papel offset
90g/m² no miolo e em cartão supremo 250 g/m² na capa.